

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL
AMANDA ORGUIM SIMIONI

**A RELAÇÃO BILATERAL ENTRE A VENEZUELA E OS ESTADOS UNIDOS:
UMA ANÁLISE CENTRADA NOS PILARES PARA CONSTRUÇÃO DA
HEGEMONIA AMERICANA**

RIO DE JANEIRO

2021

AMANDA ORGUIM SIMIONI

**A RELAÇÃO BILATERAL ENTRE A VENEZUELA E OS ESTADOS UNIDOS:
UMA ANÁLISE CENTRADA NOS PILARES PARA CONSTRUÇÃO DA
HEGEMONIA AMERICANA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Economia Política Internacional.

Orientadora: Prof.^a Cristina Soreanu Pecequilo

RIO DE JANEIRO
2021

FICHA CATALOGRÁFICA

S589 Simioni, Amanda Orguim.

A relação bilateral entre a Venezuela e os Estados Unidos: uma análise centrada nos pilares para construção da hegemonia americana / Amanda Orguim Simioni. – 2021.

141 f.; 31 cm.

Orientadora: Cristina Soreanu Pecequilo.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, 2021.

Bibliografia: f. 127 – 137.

1. Geopolítica. 2. Caribe. 3. Petróleo. I. Pecequilo, Cristina Soreanu, orient. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Economia. III. Título.

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária: Luiza Hiromi Arao CRB 7 – 6787 Biblioteca Eugênio
Gudin/CCJE/UFRJ

AMANDA ORGUIM SIMIONI

**A RELAÇÃO BILATERAL ENTRE A VENEZUELA E OS ESTADOS
UNIDOS: UMA ANÁLISE CENTRADA NOS PILARES PARA CONSTRUÇÃO
DA HEGEMONIA AMERICANA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Economia Política Internacional.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. CRISTINA SOREANU PECEQUILO - UFRJ
Orientadora

PROF. Dr. MAURÍCIO MÉDICI METRI - UFRJ
Examinador

Prof.^a Dra. CAROLINA SILVA PEDROSO - UNIFESP
Examinadora

RIO DE JANEIRO – NOVEMBRO de 2021

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. Dessa forma, agradeço em primeiro lugar a CAPES pelo apoio que possibilitou a realização dessa pesquisa e pelo acesso a uma formação acadêmica de qualidade.

Depois, à minha família, sem eles nada disso seria possível. Agradeço pelo apoio e respeito ao longo da escrita da dissertação que possibilitaram que eu seguisse acreditando na ciência em meio a um período singular, que compreendeu a escrita da dissertação. Obrigada mãe, Julia Orguim da Silva, por acreditar em mim sempre e pelo estímulo a ser uma pesquisadora, se hoje entrego essa pesquisa é porque tu me ensinaste sobre força e determinação e sobre a importância da ciência e da leitura. À minha irmã Natália e ao meu irmão Paolo, muito obrigada por tanto apoio e pela presença que me trouxeram um aconchego em momentos de trabalho e de descanso por meio de gestos amorosos e de cuidado. À minha madrinha, Angélica, minha avó Honorata, meu padrinho João Carlos, minha tia, Simone, e meu tio Ismael agradeço com todo o coração pelo apoio integral que recebi ao longo desse período. Nos espaços em que pudemos estar juntos pude aprender e refletir muito sobre a pesquisa e sobre outros desafios que compreenderam a escrita do trabalho. Não poderia deixar de agradecer a minha segunda família Daher Bastos por tanta generosidade, amor e companheirismo, sem vocês este trabalho não seria possível.

À minha orientadora, Dra. Cristina Soreanu Pecequilo, que contribuiu significativamente para a realização da pesquisa, com quem partilho essa pesquisa, pois a conduziu magistralmente em singular época. Sua trajetória enquanto intelectual e sua coerência política, em meio a um cenário tão desafiador, servem de exemplo para que eu me sinta inspirada a continuar pesquisando sobre caminhos que pavimentem o sonho de um país autônomo. Aos professores que participaram da banca de qualificação, Dr. Maurício Médici Metri e Dra. Juliana Bigatão Puig, que contribuíram para a continuidade da pesquisa, com um olhar atento para a agenda de pesquisa e seus desafios. À Dra. Carolina Pedroso, avaliadora que contribuiu para a versão final desse trabalho por seu olhar atento e seus comentários que contribuíram e abrem novas possibilidades para que eu siga pesquisando nos próximos anos. É uma honra imensurável contar com as reflexões de pesquisadoras que admiro em um ambiente que enfrenta cada vez mais às desigualdades e à violência de gênero. Somo-me a essas mulheres e pesquisadoras no sonho de uma academia mais plural.

Ao programa de Pós-Graduação ao qual estou vinculada, agradeço especialmente aos intelectuais professores, com quem tive valiosas trocas e estive imersa em um ambiente de aprendizado em sala de aula e nos corredores do Instituto de Economia: Dr. Darc Costa, Dr. Raphael Padula, Dr. Nicholas Trebat, Dr. Daniel Barreiros, e, por fim, Dr. José Fiori. Aos colegas e amigos que fiz em sala de aula e na saudosa salinha da pós, Pedro, Luiz, Danilo, Juan, Caroline, Haluska, Matheus, Ítalo, e aos colegas da turma de 2018. Agradeço a todas essas pessoas por tantos debates instigantes, cada um (a) tem um espaço importante no desenvolvimento dessa pesquisa.

Às mulheres que dividiram comigo os momentos mais desafiadores dessa pesquisa e que torcem pelo meu desenvolvimento: Liana, Áurea, Joana/Laura, Julia e Shayene. Eu aprendo constantemente com vocês. Ao meu grande amigo Luiz, gaúcho como eu, e aos meus amigos do Parque Guinle, com quem também dividi minhas inquietações e que me acolheram um sem número de momentos. Obrigada.

Por fim, agradeço ao meu companheiro Felipe, por tanto apoio, pela presença e por dividir comigo as alegrias e as dores da vida acadêmica. Você me ensina todos os dias sobre ciência e sobre a construção de um Brasil com o qual nós progressistas sonhamos.

RESUMO

A RELAÇÃO BILATERAL ENTRE A VENEZUELA E OS ESTADOS UNIDOS: UMA ANÁLISE CENTRADA NOS PILARES PARA CONSTRUÇÃO DA HEGEMONIA AMERICANA

Amanda Orguim Simioni

Orientadora: Dra. Cristina
Soreanu Pecequilo

No campo das relações interestatais, o governo de Hugo Chávez Frías foi marcado pela polarização e instabilidade política, consequências de ações empreendidas por ingerências norte-americanas. Para compreender a inflexão que atinge seu ápice durante seu governo, é preciso antes fazer um movimento de retomada da inserção da Venezuela no Sistema Interestatal Capitalista e compreender como esse território articula-se às transformações desse sistema, aqui está inserida sua utilização pela política externa estadunidense. Dessa forma, buscamos responder o que motiva a atuação organizada dos Estados Unidos nesse território? Da mesma forma, como compreender os limites e as motivações da atuação externa dos Estados Unidos no governo de Hugo Chávez Frías? Na história hemisférica, não é possível pensar sobre o desenvolvimento venezuelano marginalizando seu relacionamento externo mais importante: os Estados Unidos da América. Da mesma forma o inverso também ocorre, os Estados Unidos também dependeram do controle político da Venezuela para monopolizar o acesso e o mercado da principal matriz energética e recurso estratégico, para a economia e a guerra: o petróleo. Ao longo do trabalho iremos inserir esse tema em um escopo de duas temporalidades, antes e após o petróleo. A pesquisa tem como objetivo testar a hipótese de que a Venezuela representa uma fratura geopolítica na América por sua importância geoestratégica e a presença de extensas reservas de petróleo, e, por isso, os Estados Unidos mantêm o controle político desse território. A partir de extensa revisão bibliográfica de autores da geopolítica e da economia política internacional explicaremos por meio de uma análise qualitativa as relações bilaterais entre os Estados Unidos e a Venezuela.

Palavras-chave: Geopolítica, Grande Caribe, Petróleo, Estados Unidos, Venezuela.

ABSTRACT

THE BILATERAL RELATIONSHIP BETWEEN VENEZUELA AND THE UNITED STATES: AN ANALYSIS CENTERED ON THE PILLARS THAT BUILT THE AMERICAN HEGEMONY

Amanda Orguim Simioni

Orientadora: Dra. Cristina Soreanu
Pecequilo

In the arena of interstate relations, the government of Hugo Chávez Frías was marked by polarization and political instability, consequences of actions undertaken by North American influence. In order to understand the inflexion that reached its apex during his administration, it is first necessary to take a look at Venezuela's insertion in the Capitalist Interstate System and understand how this territory articulates itself to the transformations of this system, including its use by US foreign policy. In this way, we seek to answer what motivates the organized action of the United States in this territory? In the same way, how can we understand the limits and motivations of the United States' foreign actions in the government of Hugo Chávez Frías? In hemispheric history, it is not possible conceive of the development of Venezuela marginalizing its most important external relationship: the United States of America. Likewise, the inverse also occurs, the United States also depended on the political control of Venezuela to monopolize the access and the market of the main energy matrix and strategic resource, for the economy and for the war. Throughout this research we will embed this theme a scope of two temporalities, Venezuela before and after oil in a debate of cross-cutting dimensions: geostrategic and energy, and also territorial control and political dominance. The research aims to test the hypothesis that Venezuela represents a geopolitical fracture in America due to its geostrategic importance and the presence of extensive oil reserves, and because of this, the United States maintains political control over this territory. Based on extensive literature review of authors of geopolitics and international political economy we will explain through a qualitative analysis the bilateral relations between the United States and Venezuela.

Key-words: Geopolitics, Greater Caribbean, Oil, United States, Venezuela.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO 1 — A GEOESTRATÉGIA AMERICANA DE LONGA DURAÇÃO NO GRANDE CARIBE	13
1.1 CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DA CATEGORIA TERRITÓRIO NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL	13
1.1.1 A Política Externa Americana e a Expansão Territorial.....	16
1.2 A POLÍTICA EXTERNA AMERICANA NO GRANDE CARIBE	24
1.2.1 A Inter-relação entre a Política, a Segurança e a Guerra: a Geoestratégia Americana no Grande Caribe.....	29
1.2.2 O Mediterrâneo Americano segundo as análises da geopolítica clássica: as leituras de Alfred Thayer Mahan e Nicholas J. Spykman.....	36
CAPÍTULO 2 — O PETRÓLEO NAS RELAÇÕES BILATERAIS ENTRE OS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA E A VENEZUELA DURANTE O LONGO SÉCULO XX.....	45
2.1 OS RECURSOS NATURAIS E O PETRÓLEO NA POLÍTICA INTERNACIONAL: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA.....	46
2.1.1 Qualificando o debate histórico sobre o petróleo na guerra.....	50
2.2 O PETRÓLEO NA VENEZUELA: Das Origens à Democratização.....	54
2.3 DA DEMOCRATIZAÇÃO À DITADURA: Um país em permanente instabilidade: 1935-1958	66
2.4 O PERÍODO DE VIGÊNCIA DO <i>PACTO DE PUNTO FIJO</i>	78
CAPÍTULO 3 — AS RELAÇÕES BILATERAIS ENTRE A VENEZUELA E OS ESTADOS UNIDOS DURANTE O GOVERNO DE HUGO CHÁVEZ FRÍAS: A INTERSECÇÃO ENTRE GEOESTRATÉGIA E ENERGIA (1999/2013).....	90
3.1 A ESTRATÉGIA AMERICANA PARA O HEMISFÉRIO OCIDENTAL ENTRE 1999-2013	91

3.2 A CONCEPÇÃO POLÍTICA CHAVISTA: O LÍDER, O IDEÁRIO E O PRINCÍPIO DA SOBERANIA	97
3.3 A POLÍTICA EXTERNA DE HUGO CHÁVEZ.....	101
3.3.1 <i>Soft Balancing the U.S.</i> : A Aproximação e Fortalecimento da Parceria Estratégica com a Rússia e a China.....	108
3.4 AS RELAÇÕES BILATERAIS ENTRE OS ESTADOS UNIDOS E A VENEZUELA	113
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	122
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	127
ANEXO 1.....	139

INTRODUÇÃO

Essa pesquisa parte do seio das teorias do Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, do Instituto de Economia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. O tema analisado que é a relação bilateral entre os Estados Unidos e a Venezuela dialoga com duas temporalidades: a primeira, de longa duração, que remonta ao século XVIII, quando do início do experimento de independência americana e, posteriormente, após a descoberta das extensas reservas de petróleo na Venezuela, em meados do século XX, mais precisamente, entre as décadas de 20 e 30 do século XX. Aqui, delimitamos que os dois pilares dessa relação são a geopolítica e a energia. Ao longo do trabalho entraremos em detalhe de forma aprofundada, também explorando os aspectos que fazem com que ambos tornem-se caráter eliminatório na manutenção de um Estado na disputa pelo “trono” no Sistema Interestatal. Dessa maneira, o diferencial desta pesquisa é a proposta de compreender as bases do tensionamento na relação entre os Estados Unidos e a Venezuela, que atinge seu ápice no governo de Hugo Chávez. Com isso, a grande contribuição e os resultados atingidos são consequência da perspectiva teórica e metodológica em privilégio. A hipótese é a de que pela região onde está inserida: o Grande Caribe, e as extensas reservas de hidrocarbonetos, a Venezuela é uma fratura geopolítica onde convergem temas sensíveis na disputa pelo poder global. Ela é, portanto, país diferenciado em uma região que possui especial importância para o projeto americano, isso também não deve ser dissociado do Sistema Internacional como um todo. Buscaremos responder de que forma os Estados Unidos realizaram seu domínio político nesse território; e como compreender os limites e as motivações que sustentam a atuação externa dos Estados Unidos no governo de Hugo Chávez Frías. Por que voltar ao século XX para compreender a relação bilateral entre os Estados Unidos e a Venezuela durante o governo de Hugo Chávez? Por que o território venezuelano é central para a expansão do poder americano? O Estado americano interferiu na política doméstica venezuelana motivado por uma agenda de política externa?

A pesquisa tem como principal objetivo trazer maior complexidade ao campo de pesquisas sobre a instabilidade política venezuelana permanente, pois somente ao realizar um movimento de dupla temporalidade é possível compreender as bases do interesse americano nesse território observando de que forma dois fatores nucleares para o poder americano (geoestratégia e energia) implicam na atuação americana para garantia de energia e hegemonia política no hemisfério. Ainda que haja a produção de artigos científicos recentes que versam sobre esse assunto, o trabalho tem como base os conceitos e categorias utilizadas por Mahan (1890) e Spykman (1942) e análises consolidadas de obras seminais acerca da

história do petróleo em Yergin (2010) e Klare (2004). Optamos por dialogar com textos produzidos nos ambientes acadêmico-militares com estudos centrados na influência da geopolítica sobre a grande estratégia americana. Em síntese, de que maneira as análises geopolíticas influenciam a definição do interesse nacional americano e, também, como são interpretadas pela academia militar para realização do cálculo estratégico. Para isso utilizamos os estudos de Cohen (1957), Fox (1985), Kaplan (2012), Lacoste (1988).

A pesquisa visa utilizar o aporte teórico da economia política internacional para compreender o tensionamento que ocorreu entre a Venezuela e seu principal relacionamento externo, os Estados Unidos da América. Visa com isso compreender as origens da inflexão entre ambos os países para compreendê-la em sua totalidade. A partir de extensa revisão bibliográfica de autores da geopolítica e da economia política internacional EPI explicaremos por meio de uma análise qualitativa as relações bilaterais entre os Estados Unidos e a Venezuela. Em síntese, a pesquisa tem como proposta analisar a relação bilateral entre os Estados Unidos e a Venezuela com o arcabouço teórico da EPI e o pensamento geopolítico clássico e contemporâneo. Trazendo o Estado para o centro da análise. Demonstraremos que esse viés soluciona lacunas que estão diretamente vinculadas à presença dos Estados Unidos neste território, desde o século XX, período em que o Estado-Nação venezuelano ainda está em constituição, não-consolidado. Por essa razão, essa é a relação mais importante já mantida por esse Estado no contexto Interestatal mundial. Por fim, o esforço de revisão bibliográfica recupera autores venezuelanos e estadunidenses com importantes contribuições para o avanço dessa agenda de pesquisa.

A pesquisa está dividida em três partes, as duas primeiras partes compreendem fatores de interesse nacional dos Estados Unidos para expansão: geoestratégia e petróleo. O último capítulo volta-se para a disputa de poder na relação bilateral, quando houve resistência por parte da Venezuela, apresentando em documentos oficiais, análise e indicadores referentes à compra de armamentos e parcerias estratégicas, uma agenda distinta daquelas realizadas nos governos do *Pacto de Punto Fijo*, ao longo da segunda metade do século XX. Isso será contextualizado em uma conjuntura mundial e hemisférica que foi singular, que correspondeu aos desdobramentos do período do Pós-guerra Fria. Sublinhando, ter sido esse o primeiro governo eleito dentro da chamada “Onda Rosa”. Sobretudo, a agenda americana para manutenção e disputa pelo poder global, e a ascensão de futuras (ex) potências.

O primeiro capítulo recupera as análises sobre a relação entre o território e o poder, com as contribuições de Ratzel (1990) e Kaplan (2012). Dentro desse grande debate inserimos

a história americana e a construção de uma identidade nacional, simultaneamente, ocorre a expansão territorial que torna esse Estado bi oceânico e agrega variadas culturas e etnias. Analisamos a relação existente entre o Destino Manifesto e a criação da identidade nacional, assim como o desenvolvimento interno acelerado, influenciado por dois importantes conflitos: a Guerra de Secessão (1865) e a Guerra Hispano-Americana (1898). Com isso é possível compreender que a história dos Estados Unidos aponta para a necessidade do domínio do Grande Caribe, situado na atuação expansionista e neocolonialista, ainda que, como aponta Pecequillo (2011) esse Estado manifeste-se como anticolonialista e não mantenha seu domínio territorial da forma que o fazem as potências europeias.

O segundo capítulo recupera importantes contribuições sobre a história do petróleo no Sistema Interestatal. Esse capítulo tem como objetivo demonstrar a estruturação do *Big Oil* e a intersecção entre o petróleo e o interesse nacional, que interfere em nome de seus interesses para aumento do poder e da riqueza do Estado. Pelo viés da indústria esse capítulo dialoga com as análises de Spykman (1942) acerca da importância do monopólio do mercado de *commodities* no hemisfério para garantia do funcionamento da máquina industrial americana. Por isso, novamente reiteramos que poder e riqueza não são dissociados. A segunda parte do capítulo analisa a energia na relação bilateral entre os Estados Unidos e a Venezuela ao longo do século XX, em conjunto às transformações na conjuntura mundial e as contribuições referentes à disputa de poder e o controle político das reservas de petróleo.

O terceiro e último capítulo tem como foco a inflexão na relação bilateral entre a Venezuela e seu poderoso vizinho do norte, inserindo-se na continuidade dos dois primeiros capítulos. Em um contexto particular, consequência das decisões americanas no pós-guerra Fria, a reconstrução russa e a expansão acelerada da China, Chávez insere-se em um contexto singular e o cálculo estratégico do governo passa por essa reorganização de poder no sistema Interestatal.

A partir desse desenho de pesquisa articulamos elementos econômicos característicos do país, suas grandes reservas de petróleo, à dinâmica política do país a partir de processos sociais característicos de uma região geográfica maior, o Grande Caribe. Analisaremos dois eixos fundamentais da agenda americana adotada pelos governos venezuelanos: geoestratégia e energia, ambos essenciais para catapultar o poder de um Estado na disputa pelo poder global. Os objetivos propostos iniciaram a partir de uma observação do exercício de poder do Império Americano em um recorte de longa duração, assim sendo, a

investigação sobre o país vizinho colabora para um entendimento de questões relevantes à própria sociedade brasileira, que também está inserida no tabuleiro geopolítico da América.

Para a teoria que utilizamos como embasamento da análise, o Poder Global (FIORI, 2007), a natureza do sistema Interestatal é a competição pela expansão de poder e riqueza por parte dos Estados nacionais. Nesse contexto, a guerra é a síntese da disputa, é ela que integra todos os Estados a um mesmo sistema em uma relação dialética de destruição e construção. Portanto, é essencial para a sobrevivência estatal sua capacidade de sustentar a guerra. Ela também determina qual será a paz imposta. Nesse sistema não há vácuo de poder, por isso é fundamental manter o domínio sobre regiões estratégicas e recursos minerais, porque tanto os desenvolvimentos industriais que visam à autonomia manufatureira quanto à capacidade de sustentar guerras dependem disso. Contando com uma elevada competição para monopólio desses recursos o Estado que tem como objetivo a hegemonia deve garantir que Estados opositores e ameaças externas não se aproximem de regiões estratégicas.

Com o marco da vitória na Guerra Hispano-Americana em 1898, consolida-se o domínio político dos Estados Unidos sobre a região do Mar do Caribe. A região é parte da visão fundamentada pela Doutrina Monroe de domínio hemisférico, ainda que não esteja formalmente dentro das fronteiras dos Estados Unidos, o uso dos recursos desse território, insumos e mão-de-obra, e o domínio político total, apontam para um processo de colonização distinto daquele realizado pela Europa, com colônias formais. A Venezuela é, desde o século XIX, palco de disputas entre as grandes potências pela partilha das extensas reservas de hidrocarbonetos a condições vantajosas, catapultando o desenvolvimento industrial e a capacidade de sustentar guerras das potências ali presentes.

O petróleo venezuelano foi decisivo para o abastecimento do grupo dos aliados, na Segunda Guerra (1939/1945) e durante a crise do Yom Kippur (1973). A abundância das reservas de hidrocarbonetos em território venezuelano garantiu para os Estados Unidos o acesso a uma fonte segura de petróleo, comparativamente muito vantajosa em relação ao Oriente Médio, em permanente instabilidade política. Entretanto, o cenário mudou a partir do século XXI com a ascensão do governo de Hugo Chávez Frias.

Devido a suas políticas de oposição aos Estados Unidos e autonomia externa, o governo de Hugo Chávez Frías foi marcado pela polarização e pela instabilidade política, contando com uma série de ações por parte dos norte-americanos para o enfraquecimento e a troca de regime ao longo dos 13 anos de governo (PEDROSO, 2011; GILL, 2019; EMERSBERGER; PODUR, 2021). Na história das relações interamericanas, não é possível

pensar sobre o desenvolvimento venezuelano descolando esse território da região do Grande Caribe, tabuleiro onde acontece seu relacionamento externo mais importante, aquele com os Estados Unidos da América. Da mesma forma o inverso também é verdadeiro, diante da dependência dos Estados Unidos do controle político da Venezuela, o monopólio das reservas de petróleo soma-se ao controle territorial do Grande Caribe no marco da doutrina de segurança hemisférica (SPYKMAN, 1942) e da combinação entre as rotas comerciais e o uso estratégico do domínio marítimo, pontuado por Mahan (1890). Nesse contexto o Grande Caribe desempenharia para os Estados Unidos o mesmo papel do Mediterrâneo europeu, no século XVI.

Ainda, a pesquisa propõe-se a realizar um diálogo entre a luta pelo poder do Império Americano e as tensões observadas na Venezuela hoje, a partir da importância que o petróleo venezuelano ocupa na história da exploração dessa riqueza, iniciada ainda no século XIX no território correspondente à Venezuela e a posição geográfica que ocupa no Caribe. Soma-se a esse fator a adoção de uma agenda de política externa voltada para a cooperação Sul-Sul e o não-alinhamento automático a partir de 1999. Nosso recorte, portanto, se estende da formação nacional americana até o final do governo de Hugo Chávez, em 2013, com seu falecimento.

CAPÍTULO 1 - A GEOESTRATÉGIA AMERICANA DE LONGA DURAÇÃO NO GRANDE CARIBE

Ao analisar a geoestratégia americana de longa duração partiremos da inter-relação entre a geografia e o território, sobretudo no relacionamento específico entre a estratégia nacional e a geografia (COHEN, 1957). Todo Estado delimita seu território circunscrito a fronteiras que são reconhecidas pelos demais Estados. Por essa razão, o espaço corresponde à expressão da distribuição da gama total de características físicas e culturais do ambiente e suas inter-relações (COHEN, 1957: 9).

O capítulo será desenvolvido em torno de dois grandes temas: política externa e geopolítica, ensejando um diálogo. Em um primeiro momento analisaremos a relação entre a expansão do poder político e militar americano e sua projeção externa, entendendo o significado da relação entre a expansão territorial e as transformações na postura americana em relação ao engajamento externo (PECEQUILO, 2011).

Em um segundo momento, tendo como fundamento as contribuições da geopolítica clássica e contemporânea, analisaremos o posicionamento americano no tabuleiro geopolítico do Grande Caribe. Para isso, combinamos as teorias sobre distribuição de poder à expansão territorial, inter-relacionando a análise sobre as determinações geográficas à busca por poder e riqueza. Serão utilizados autores realistas da ciência política e autores da economia política internacional (EPI) combinados a estudos militares. Com isso, objetiva-se compreender as dinâmicas que permeiam a geoestratégia americana de longa duração no Grande Caribe em sua totalidade.

1.1 CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DA CATEGORIA TERRITÓRIO NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL

Partimos do princípio das Relações Internacionais de que o território é um recurso limitado, adicionalmente nesta porção do espaço geográfico é exercida a jurisdição de um governo que a partir da força e da coerção assegurou seu domínio sobre essa porção territorial (todo Estado reivindica a circunscrição de suas fronteiras em um primeiro momento) (GOTTMAN, 2012). Segundo Gottmann (2012: 523) “descreve a arena espacial do sistema político desenvolvido em um Estado nacional ou uma parte deste que é dotada de certa autonomia”. No contexto internacional há uma dinâmica de disputa pelo poder que se desenvolve sobre esse espaço. Dito isso, a geopolítica versa sobre como a geografia deve orientar a política dos Estados e como os fatores ou condições geográficas influenciarão a política e a estratégia dos Estados. Nesse sentido, a geoestratégia que é o núcleo central desse

capítulo privilegia a análise sobre a prática da estratégia desde as contribuições do campo da geopolítica porque a estratégia de um Estado é embasada nas características fixas e mutáveis e também nas debilidades e potencialidades de um determinado território. Sobretudo, a posição relativa desse Estado em relação tanto a mares e continentes quanto aos pólos de poder determinam seu espaço de atuação e sua expansão de riqueza e poder nesse sistema. Em uma intersecção entre a ciência política e a geografia não é possível pensar o Estado dissociado dos processos que permeiam a organização do território, a organização política suplanta primeiro a unidade econômica, depois a unidade de afinidades e se eleva acima destas abarcando ambas (RATZEL; FERNANDES, 1990: 77). Além disso, “a noção moderna de soberania dificilmente pode ser compreendida e aplicada sem a definição de seu sustentáculo territorial” (GOTTMANN, 2012: 524).

Na arena de disputa interestados há a luta para que cada Estado afirme sua soberania, uma vez que não é um fato dado. Por essa razão, os Estados devem impor seu poder nesse sistema com uso das armas, do comércio e/ou da diplomacia. A invocação do princípio de soberania surge com a criação dos Estados nacionais. Esta invocação representa um contraponto à adesão e submissão desses novos Estados às políticas imperiais que faziam parte da corrente principal da época, por isso a reivindicação à independência.

A tarefa do Estado continua sendo em última análise apenas uma: a da proteção. Naqueles países que alcançaram o apogeu do desenvolvimento político, servem a este objetivo não só as fronteiras e as disposições para a defesa destas, mas também o tráfico e o desenvolvimento dos recursos do solo, em suma, todos os meios que servem para aumentar a potência do Estado. [...] **E é ainda esta necessidade que está na base da mais elevada entre todas as formas que possam assumir as relações entre Estado e território** [...] A sociedade que consideramos, seja grande ou pequena, desejará sempre manter sobretudo a posse do território sobre o qual e graças ao, qual ela vive. Quando esta sociedade se organiza com esse objetivo, ela se transforma em Estado (RATZEL; FERNANDES, 1990: 76).

Segundo nossa leitura sobre as contribuições dos estudos de Ratzel e Fernandes (1990), o território é a manifestação das seguintes determinações de um Estado:

1. Vocação espiritual;
2. Vocação política;
3. Vocação econômica;
4. Vocação Social.

Todas as determinações guardam íntima relação com o território onde o Estado é construído porque ele é fruto da sinergia entre um agrupamento de pessoas e a transformação do solo onde pisam. Assim como sua resposta às adversidades para sua reprodução, por meio da adaptação das condições internas às condições externas (RATZEL; FERNANDES, 1990;

POLANYI, 2012). O território onde é fundado o Estado se molda através da relação entre o indivíduo e a terra, ou seja, as características que os analistas de Ciência Política e Relações Internacionais chamam de identidade nacional tem nesse espaço sua origem, que aqui será chamada de vocação espiritual do Estado. Escolhemos esta denominação porque aqui surge um conjunto de características que afetará os desdobramentos políticos e econômicos do Estado de maneira permanente, atuando como o conjunto de valores que os influenciará.

Além das influências fisiológicas e geográficas a natureza exerce ainda outras na medida em que pode permitir pelo menos a um povo ou a uma fração deste ampliar, ou reforçar cada uma de suas características, ou adquirir outras através de associações adequadas (RATZEL; FERNANDES, 1990: 59)

A natureza exerce uma influência mediata sobre a essência íntima de cada povo que exerce impondo a ele condições geográficas que favorecem seu isolamento ou facilitam a miscigenação com outros povos (RATZEL; FERNANDES, 1990). Adiciona-se a isso a maior ou menor riqueza de recursos naturais que poderá ou não facilitar a obtenção dos meios necessários à vida, e depois dos meios necessários ao exercício da indústria e do comércio e dessa forma a expansão de sua riqueza (RATZEL; FERNANDES, 1990). Observa-se, assim, a influência que tem a natureza sobre os destinos da humanidade. A maior parte das influências que a natureza exerce sobre a vida espiritual do ser humano se manifesta através das condições econômicas e sociais - que no que lhe concerne estão intimamente ligadas entre si (RATZEL; FERNANDES, 1990).

Ao analisar a construção da identidade nacional analisamos a origem do núcleo que constrói o Estado, no caso dos EUA entram em choque dois povos a partir de que foi construída e moldada a identidade nacional: nativos e imigrantes. Faz-se necessário considerar a ação através do tempo, sobre cada povo manifestam-se também as influências hereditárias de muitos territórios que já foram habitados por seus ancestrais, na América Setentrional encontra-se na estreita Nova Inglaterra o ponto de partida de onde se originam as mais fortes influências que se estendem do Texas até o Alasca (RATZEL; FERNANDES, 1990). As características herdadas dos imigrantes europeus são um híbrido do elemento germânico agricultor com o povo celta industrial em que reside a essência da identidade americana transposta para sua excepcional construção da nação; dizemos por essa razão que o Estado é cingido à natureza de seu território (RATZEL; FERNANDES, 1990).

A expansão de um território é influenciada em grande medida pela concorrência social decorrente do aumento da densidade da população, isso gera uma conseqüente necessidade

maior de garantia de alimentos e necessita da mais minuciosa divisão do trabalho e da maior extensão da cooperação (RATZEL; FERNANDES, 1990). A história do teatro dos acontecimentos americana se inicia a partir de um diminuto espaço que correspondia às 13 Colônias. À medida que o tempo avança (após um longo período voltado ao desenvolvimento interno) podemos observar como atua o princípio da concorrência social na expansão do território, na conquista do Oeste, na guerra contra o México, e anexação dos territórios pertencentes à França e à Espanha (PECEQUILO, 2011). Aqui serão decisivas as relações geográficas de vizinhança nas suas inumeráveis formas (RATZEL; FERNANDES, 1990: 43).

1.1.1 A Política Externa Americana e a Expansão Territorial

A Nova Inglaterra é povoada por imigrantes europeus que trazem consigo já uma visão de mundo, têm suas próprias concepções de sociedade, política e religião. Um processo importante na colonização é a intersecção entre o velho e o novo, que cria a síntese do colono americano, como explica José Martí¹:

Tendo sido interrompida, pela conquista, a obra natural e majestosa da civilização americana, criou-se, com a chegada dos europeus, um povo estranho [...] porque a seiva nova rechaça o corpo velho; não-indígena, devido à ingerência de uma civilização devastadora, duas palavras que, sendo antagônicas, constituem um processo (RODRÍGUEZ, 2006: 11).

Segundo as contribuições de Pecequilo (2011: 33) Podemos periodizar a expansão do território formal que hoje conhecemos como os Estados Unidos em três momentos, todos estão relacionados às suas relações internacionais e a agenda de política externa:

1. Construção da nação (século XVII-XVIII);
2. Consolidação da Nação e desenvolvimento interno (século XVIII-XIX)²;
3. Consolidação do Império Continental e a Doutrina Monroe (século XIX-XX).

Em um quarto momento, a partir do século XX, ocorre a projeção externa do poder americano e o engajamento externo em outros territórios

4. Inserção internacional e busca pela hegemonia mundial (século XX).

O território estadunidense expande-se de acordo com três demandas: segurança territorial, concorrência social e, por fim, disputa pelo acúmulo de poder no Sistema

¹ Na citação Martí refere-se à América Ibérica. Todavia, com todos os cuidados e especificidades próprias à colonização das duas Américas o processo espiritual da colonização é similar na América na totalidade. Esse processo é fundamental durante a construção da vocação espiritual do povo americano, efetuada através de um processo conflituoso, mediado pela violência.

² O período da construção corresponde aos momentos que antecedem a Revolução Americana e os posteriores, já a consolidação se refere à afirmação da jovem nação que ocorre durante o século XVIII.

Interestatal. Até o século XIX, a agenda de política externa americana estava voltada à reiteração e garantia do território das 13 Colônias e alguns territórios conquistados após a Revolução Americana, contudo, esse período é crucial se quisermos compreender as bases para a projeção externa ocorrida após a Guerra Hispano-Americana. A excepcionalidade é uma das principais, senão a principal, característica do experimento de colonização empresarial norte-americano (KARNAL, PURDY, et al, 2007). Naquele momento, os imigrantes enxergavam seu lugar nos Anais da história da humanidade porque pela primeira vez um povo poderia escolher seu sistema de governo. O Iluminismo, a partir da contribuição de filósofos como Thomas Paine e Thomas More, pavimentou a utopia que habitava o imaginário de alguns dos revolucionários à época e habitou os debates ocorridos durante o século XVIII que reivindicavam um sistema político pautado em eleições populares, na separação dos poderes e na supremacia da Constituição (HAMILTON; JAY; MADISON, 2008).

O que torna o processo da Independência das Treze Colônias especial é não uma desorganização política, mas uma explosão espontânea que reivindicava seu direito a delimitar a atuação das instituições em sua *res publica*, por isso é a constituição, nas palavras de Goldman, “O verdadeiro ponto culminante da revolução” (HAMILTON; JAY; MADISON, 2008). Nesse contexto, o nacionalismo permeia todos os valores no processo de busca pela coesão em um país construído em meio a uma miríade de identidades internamente. A imigração europeia, que primeiro faz parte da faixa litorânea conhecida como as 13 colônias, onde os EUA nascem em toda sua grandeza, projetou esse país como um gigante. O nacionalismo e a busca pela liberdade estão condensados na luta da democracia americana contra seus inimigos, também característico desse processo anticolonialista, antiabsolutista, e pioneiro, ocorrido antes da Revolução Industrial. Esse conjunto de ideais foi imortalizado na constituição americana pelas mãos de seus Pais Fundadores (HAMILTON; JAY; MADISON, 2008).

Como aponta o autor José Luís Fiori (2004) os EUA são uma exceção entre as colônias da América, são produto do processo de competição do Sistema Interestatal Europeu, que se conforma após o tratado de Westphalia, em 1648 - que eclode durante o século XVII-XVIII, representou uma continuação e a culminação das incursões europeias que datam do final do século XV (FIORI, 2004; SMITH, 1996). A Inglaterra à época, envolvida nas guerras que ocorriam na Europa, não podia manter-se ativa na fiscalização, repressão e combate às

rebeliões que ocorriam na colônia americana que aconteciam antes mesmo da eclosão das batalhas de Lexington e Concord³.

Na Guerra de Independência foram definidores os apoios da França e Espanha como decisivos para sua vitória na guerra (MCCULLOUGH, 2001; HAMILTON; JAY; MADISON, 2008). Após a vitória das Treze Colônias a Inglaterra mudou o caráter de sua relação com a antiga colônia, tornando-os seus aliados estratégicos, isso ocorre em grande parte pela superioridade provada pelas 13 colônias ao vencerem a guerra com a Inglaterra e realizarem um adequado cálculo da balança de poder europeia. Por esses motivos a Grã-Bretanha percebe que a futura nação americana não pode ser submissa, e, tampouco subestimada. Sobretudo, a parceria com a ex-colônia lhe traria vantagens na expansão continuada de poder e riqueza, com isso esse torna-se mais um caso de colonização bem-sucedida porque mesmo após perderem e guerra inserem-se em um tipo de parceria que seguiria mantendo-a em posição de poder (FIORI, 2004; METRI, 2021). Diante do que foi exposto até aqui, desde o século XIX a inserção internacional americana é diferenciada por seu caráter e pelo contexto do sistema internacional, bem como a balança de poder da época, utilizaram seu poder militar e naval para disputar posições em sua projeção externa (BANDEIRA, 2016). Nesse sentido, a postura estadunidense nas relações internacionais é muito diferente da postura de política externa das demais colônias europeias no hemisfério ocidental (FIORI, 2004).

Podemos falar na importância do idealismo como valor que soergue a república, uma vez que teve a diplomacia e o tratamento da política externa papel central na Revolução Americana e na concepção do Estado americano, primeiro com o Congresso da Filadélfia e depois com o Tratado de Paris, sendo a França e a Holanda dois Estados sem os quais não alçariam sua liberdade (MCCULLOUGH, 2001). A agenda da política externa americana tem dois pilares, e conforme seu período da história faz diferentes combinações de ambos, por vezes faz maior uso do primeiro e menor do segundo, mas essa combinação é uma constante: idealismo e realismo, ou, moralismo e pragmatismo (KISSINGER, 1994; 2014; PECEQUILO, 2011: 52). A percepção dos Estados Unidos sobre si, sobre si mesmos no mundo e sobre a América está embasada no “Destino Manifesto”⁴ é essa a doutrina que condensa os valores

³Essa situação altera-se após o fim da Guerra dos Sete Anos, no século XVIII, quando a Grã-Bretanha passa a dispendar maior montante com o envio de tropas militares para fiscalização e repressão. Além disso, diminui a liberdade comercial das colônias e aumenta sua carga fiscal.

⁴O termo foi usado em primeira mão por John O’Sullivan, em meados do século XIX em um ensaio sobre a anexação do Texas, não obstante, o espírito do Destino Manifesto é ainda mais antigo e carrega fortes significados no imaginário estadunidense. Com o reconhecimento religioso e a missão enviada diretamente dos céus, por Deus, os Estados Unidos tomavam o direito de agir de forma reacionária de modo a ocupar territórios e

presentes no empreendimento colonizador e constrói quem é o outro que desafia esse sistema de valores americano. Ao recusarem-se a aceitar que seus territórios fossem anexados aos EUA os “habitantes locais eram considerados pecadores, pois estavam negando o representante enviado por Deus para realizar a missão do progresso” (COSTA, 2011: 2267).

Diante disso, o único resultado possível para esse sistema de valores é a realização da missão civilizatória daqueles considerados inferiores (COSTA, 2011: 2274). Isso se complica ainda mais e pode ser observado amplamente ao longo da história da política externa: há um impasse também contido na diferença racial porque ela impossibilitaria a equiparação dos povos inferiores aos estadunidenses.⁵ Essa **intolerância** molda a combinação entre idealismo e realismo. A concepção política e social do Ocidente interfere com o objetivo de consolidar uma agenda pautada tanto em um modelo de sociedade que siga o projeto da democracia protestante e do progresso individualista quanto forneça os elementos materiais para sua realização nos campos político e econômico. Isso ocorre sob o manto legitimador dos direitos humanos, da democracia e da liberdade individual:

Caracteriza-se pelo sentimento de **superioridade étnica** do branco frente ao indígena, pela auto-suficiência do povo estadunidense em face dos colonizadores britânicos e pelo destino pré-determinado por Deus para o progresso ilimitado e propagação de valores inerentes ao povo estadunidense, tal como a liberdade, a religião civil e a democracia. Consta-se que a forte religiosidade foi um fator determinante para o florescimento do Destino Manifesto como princípio legitimador para ações expansionistas no século XIX, visto que o povo estadunidense acreditava que Deus estava conduzindo a progressiva expansão da civilização moderna para territórios distintos das antigas colônias (COSTA, 2011: 2267, grifo nosso).

A Doutrina legitimada pelo convencimento de que aquela era a missão divina a ser cumprida na terra pelos norte-americanos “faz parte do idealismo utilizado como retórica para que os Estados Unidos perseguissem sua expansão territorial e seus interesses econômicos” (COSTA, 2011: 2267).

Ao se estudar os acontecimentos político-sociais dos Estados Unidos na própria emancipação das ditas “Treze Colônias”, base territorial fundante do país, percebemos a importância da coletividade, diversificada, porém agregada pelo discurso unificador de “*One Nation Under God*”, que se apropria dos valores que estas sociedades já traziam, tais como a família, o trabalho, o esforço individual

aniquilar populações contrárias ao seu destino. A doutrina foi utilizada amplamente por políticos, meios de comunicação e ainda hoje deixa resquícios no espírito do cidadão estadunidense, é ainda reiterada nas condutas militares, econômicas e políticas, principalmente no que diz respeito às relações externas do país (COSTA, 2011: 2288).

⁵Diante disso, é possível imaginar um quadro de intolerância e incompatibilidade de anseios. O ato de expandir é obviamente limitado, indo ao extremo quase que inimaginável de uma conquista de território mundial (mesmo sabendo que este não era o objetivo dos Estados Unidos), por outro lado, tomando à medida que o estadunidense avançasse e conquistasse novos territórios, logo enfrentariam choques culturais, sociais, políticos e econômicos, fatores incompatíveis com a vida dos estadunidenses. A solução seria adaptar os colonizados ou, no limite, exterminá-los (Ibid.: 2274).

(aquilo que Weber coloca como Ética Protestante) e os difundem, legitimando-os como valores-base para a nova Nação que se coloca no cenário mundial. Em suma, uma sociedade de imigrantes que quer se unir em torno do discurso do nacionalismo (RAMOS; MIRANDA, 2007: 1-2 apud COSTA, 2011: 2269).

Durante o século XIX surgem alguns dos princípios que seguirão guiando a política externa dos EUA e funcionam enquanto sustentáculos da construção do Império Americano, terminada no século XX. São eles: a Doutrina Monroe (1823) e o Sistema Americano. Ambas representam uma evolução do engajamento dos Estados Unidos no Sistema Interestatal e refletem o diagnóstico realizado pelo Estado da balança de poder. A primeira refletiu a busca pelos interesses americanos assegurando o isolamento da América do Velho Continente, com objetivo de constituição de outro sistema. Entretanto, foi construído hierarquizado sob a égide dos Estados Unidos na América. Eles eram responsáveis, mais do que interessados, em assegurar a ordem, segurança e estabilidade de todo hemisfério, mantendo-o livre da interferência da Europa — essas são as bases do Sistema Americano (PECEQUILO, 2011: 70-71). “[...] o destino fez com que os norte-americanos fossem o povo escolhido para, por sua conduta e exemplo, mostrar ao mundo que as sociedades humanas eram capazes de instituir um bom governo [...] democrático e republicano” (PECEQUILO, 2011: 43).

A Doutrina Monroe se tratou de um importante marco nas relações interamericanas ao ser o primeiro movimento no sentido de busca da hegemonia no hemisfério, através do apoio às independências da América Ibérica com objetivo de expulsar as velhas potências de seu hemisfério. Afirmava a “posição norte-americana dentro de seu continente, sinalizando aos demais países sua zona de influência” (PECEQUILO, 2011: 37). Ainda que para os demais países pudesse sugerir uma postura imperialista, para si mesmos era uma decorrência automática do Destino Manifesto. Segundo essa doutrina levaria o desenvolvimento e a liberdade aos demais povos, sendo a mesma uma continuação da Guerra de Independência (KISSINGER, 2014: 242).

Além de um forte componente político, a Doutrina Monroe carrega um componente geopolítico que está relacionado à geografia relativa dos Estados Unidos e o uso de seus recursos para a organização militar do Estado, assim sendo, iniciar uma política de segurança hemisférica gradativamente através da disputa por sua zona de influência. Ela constitui o entorno estratégico que envolve toda a América Isso é traduzido na tática adotada na época que é de afirmação através do apoio e do exemplo em relação às independências na América Ibérica. Além disso, os EUA trabalhavam com a ideia de distintos tabuleiros geopolíticos no globo de acordo com a capacidade de mobilização de seus recursos, que, em um primeiro

momento, esteve voltada para o desenvolvimento interno. No entanto, isso não impediu que utilizassem a balança de poder a seu favor, impedindo a criação de novas colônias na América e a intromissão de países europeus em assuntos americanos (PECEQUILO, 2011).

Em um primeiro momento (século XVIII-XIX) há um debate sobre o caráter da política externa estadunidense, alguns autores classificam-na como isolacionista enquanto outros, unilateralista. O padrão unilateralista não exclui a possibilidade de atuação externa em alguns setores e questões, todavia não participa de Alianças ou tem papel ativo na administração e condução do sistema internacional (PECEQUILO, 2011: 53). Do mesmo modo, ao falar de isolacionismo⁶ não é possível descolar as percepções norte-americanas sobre sua política interna de sua agenda de política externa, ainda que essa privilegie o reconhecimento de suas fronteiras e o não-envolvimento na política internacional a Europa, tanto direta como indiretamente, afetava as possibilidades e a imagem que os norte-americanos tinham de sua posição e seu lugar no mundo⁷ (PECEQUILO, 2011: 45).

[...] a própria ideia do excepcionalismo (que nasce do processo de criação e consolidação do experimento), da maior sabedoria e dos padrões mais elevados da moral e das instituições norte-americanas, tem implicações diretas na forma como os Estados Unidos concebem sua relação com o mundo e o seu lugar no sistema internacional. A consciência da diferença na criação e formação da nação é representada, na prática, pela construção de um país de fato, diferente dos demais em seu perfil interno e externo. A América não segue os mesmos caminhos e prioridades de outros países e possui um destino próprio que a ela, e só a ela, cabe realizar, não podendo nem ser julgada, nem enquadrada nas práticas políticas e sociais do restante da comunidade internacional (PECEQUILO, 2011: 50-51).

Primeiro, o excepcionalismo personificava uma combinação de força e confiança no destino especial dos Estados Unidos e de percepção geopolítica, tendo como princípio a balança de poder⁸ (KISSINGER, 1994). A agenda adotada pela política externa estadunidense nesse período (século XVIII-XIX) é unilateralista⁹, caracterizada pelo não envolvimento

⁶Não é possível caracterizar a postura estadunidense como de total distanciamento do sistema, para realização do interesse nacional o não-envolvimento e a neutralidade nas guerras e questões políticas europeias e a não-intervenção nos negócios internos dos demais Estados foram as diretrizes da agenda. (PECEQUILO, 2011: 53)

⁷“A ideia do excepcionalismo norte-americano, cujo sentido primário básico é o da diferença entre os sistemas da Europa e dos Estados Unidos, reforçado ideologicamente pela maneira como a sociedade percebe a si mesma, estava presente tanto no campo interno como no externo.” (Ibid.: 50).

⁸O princípio da balança de poder é fundamental na forma com a qual os Estados Unidos planejam suas relações externas, isso será visto com mais profundidade ao abordarmos o pensamento *spykmaniano* (SPYKMAN, 1942), na tradição anglo-saxã (americana e inglesa) de relações internacionais parte primeiro de uma posição de isolamento e não-envolvimento, para depois assumir, a partir da ascensão dos EUA, a defesa de uma ordem internacional orientada segundo os princípios da democracia e os valores da liberdade. Possuíam uma gama de escolha mais ampla do que as potências europeias, podiam, e optaram, por enfatizar a política comercial. (FOX, 1985, Ibid.: 94).

⁹O unilateralismo não é exclusivo do isolacionismo, podendo ser uma estratégia dos EUA também no período de internacionalismo. (Ibid.: 55).

internacional. Em um primeiro momento prevalecem a busca pela liberdade e fortalecimento internos. Embora a América desejasse a paz e a independência das demais colônias defenderia somente a sua própria, atuando antes pelo exemplo do que pelo engajamento na política internacional (TUCKER; HENDRICKSON, 1992: 174-176)

Segundo um dos principais estrategistas da Casa Branca e vultoso intelectual Henry Kissinger (1994: 34), até a virada do século XX a política externa norte-americana foi bastante simples e livre do engajamento exterior, essa visão será problematizada durante o trabalho uma vez que já no século XIX a jovem nação inicia sua projeção externa a partir do apoio às independências na América na totalidade. Mais ainda, todas as tentativas de compra da Ilha de Cuba, incursões no Caribe e a anexação de territórios que faziam parte do México (OLIVEIRA, 2015). Sobretudo, lançaremos luz sobre a América como zona de influência pertencente à doutrina de segurança hemisférica de Spykman (1942), e em grande medida, parte do território estadunidense, ainda que não formalmente. Logo, o que está implícito no pensamento do ex-Secretário de Estado, ao qual um observador desatento não enxergará, é que não considera a atuação na América como engajamento exterior. O Grande Caribe é parte do hemisfério ocidental, é considerado em toda sua extensão parte do território circunscrito pelas fronteiras (não formais) dos EUA.

Nasce com a República americana uma nova abordagem para as relações internacionais que tem como fundamento a contraposição às práticas de projeção e equilíbrio de poder do Velho Mundo, por essa razão, adota antes uma postura pacifista, idealista e confiante; utilizando a tática de persuasão, diálogo e negociação, em oposição à confrontação direta (PECEQUILO, 2011). Dessa forma: “empreendendo uma cruzada de valores e modos de vida contra a monarquia, o absolutismo e o imperialismo europeu” (PECEQUILO, 2011: 50).

A busca pela segurança territorial assume contornos continentais, se a política externa americana era isolacionista na esfera do Sistema Internacional, no continente assume a forma de liderança (PECEQUILO, 2011). A Doutrina Monroe não é somente a expressão do idealismo americano, ela é também uma assertiva da *realpolitik* (SMITH, 1996). Além de não apoiar a colonização realizada pelo velho continente na América também realizaria oposição a alianças políticas entre as jovens independentes nações da América Espanhola e os poderes europeus (SMITH, 1996). Com uma exitosa combinação da diplomacia e das armas, há também nesse período a consolidação de um novo mapa com a ampliação das fronteiras do Atlântico ao Pacífico. Tal sucesso só foi possível pelo contexto da expansão napoleônica que mantinha as potências europeias envolvidas em seu próprio tabuleiro geopolítico e com

recursos reduzidos para se engajarem nos conflitos no continente americano. Ainda assim, a Grã-Bretanha apoiava militarmente os Estados Unidos com sua frota marítima porque até o século XX não possuíam uma marinha própria (PECEQUILO, 2011: 80-81). Após consolidarem a expansão de suas fronteiras agregando territórios que pertenciam à Grã-Bretanha, Espanha, França, México e aos povos indígenas, os EUA ampliam sua fronteira ao Caribe, começando por Cuba e Porto Rico.

O poder militar tornou-se um braço do poder americano, atuando no mundo todo em defesa de seus interesses, através da afirmação de poder em diferentes tabuleiros geopolíticos. Inicia pelo combate à pirataria e aumenta gradualmente seu poder para reivindicar uma atuação enquanto polícia, com objetivo de proteger as vidas e interesses de seus cidadãos (SMITH, 1996). Ao longo de dois séculos os EUA exibem sua força através do poder militar e assim asseguram sua agenda de política externa. Gradualmente, esse poder militar torna-se um instrumento para apoiar mudanças de regimes políticos e assegurar seus interesses financeiros. Até a Segunda Guerra Mundial, sua prioridade era o hemisfério ocidental e, mais especificamente, o Caribe, onde concentraram seus esforços militares. Ao analisar as premissas e interesses por trás dessas intervenções observa-se um ciclo que é retroalimentado: os Estados Unidos intervêm militarmente para demonstrar sua força e, em simultâneo, aumentam seu poder após essas intervenções.

Até o século XIX, a “missão” de levar ao mundo os benefícios da superior experiência norte-americana¹⁰ foi majoritariamente perseguida por meio do desenvolvimento interno. Após o pleno desenvolvimento interno ela serviu como pressuposto para o engajamento exterior (PECEQUILO, 2011: 48). Todavia, a política externa americana difere no continente e fora dele devido à balança de poder na região americana. Portanto, os Estados Unidos apresentam um padrão de engajamento distinto regional e globalmente (PECEQUILO, 2011; SMITH, 1996). Observamos que nas relações interamericanas há uma postura que muda conforme o contexto regional e internacional. Essas transformações em seu comportamento de política externa e no padrão de engajamento na América Latina constroem um conjunto de valores e atitudes que atinge sua forma mais bem acabada no período pós-Segunda Guerra Mundial (SMITH, 1996). Esse padrão se conforma a partir da ação dos EUA de estender seu domínio sobre as colônias europeias para prevenir que outros poderes desafiassem sua expansão, a partir de um preciso diagnóstico da balança de poder (SMITH, 1996; SPYKMAN, 1942). As

¹⁰Na paradoxal lógica norte-americana, esses próprios interesses de poder são mais nobres por ser parte da tarefa missionária e maior atribuída aos Estados Unidos por eles mesmos (PECEQUILO, 2011: 49).

visões da política externa americana são embasadas em sua influência na América refletindo a visão de que esse é um fato:

O estado isolado em que a natureza colocou o continente americano deve valer tão longe que nenhuma faísca de guerra acendeu as outras partes do globo devem ser levadas através dos vastos oceanos que nos separam deles (HAMILTON; JAY; MADISON, 2008).

Passado mais de um século, o sentimento expressado no Destino Manifesto ainda é presente nos valores da política externa americana, “os quais vinculam grande parte das intervenções externas a motivos religiosos de propagação da liberdade e dos valores da nação protegida por Deus” (COSTA, 2011: 2267).

1.2 A POLÍTICA EXTERNA AMERICANA NO GRANDE CARIBE

É relevante assinalar que a própria expansão do território americano é inerente a sua postura de supremacia do ponto de vista político e econômico no hemisfério, a ação externa empreendida a partir do excepcionalismo possibilita a conquista dos territórios que pertenciam ao México que ocorre primeiro pela anexação realizada de forma unilateral. Com a violação do princípio de soberania os EUA e o México entram em guerra e a anexação formal dos territórios é possível após a vitória americana (SMITH, 1996). A Guerra do México marca uma mudança na postura estadunidense e o início de sua expansão na América Latina, criando fôlego entre a própria opinião pública para o engajamento dos EUA em conflitos como a Guerra Hispano-Americana e a intervenção em Porto Rico (NUNES, 2018). Seguindo uma mudança na postura estadunidense nas relações internacionais na administração de Theodore Roosevelt a Doutrina Monroe ganha novos contornos passando do engajamento indireto à interferência política e econômica com aquele que ficou conhecido como “Corolário Roosevelt” à Doutrina Monroe de 1904. Demonstra a mudança na postura da política externa americana, marcando o *fin de siècle* da primeira onda de expansão de poder. A partir dele poderiam interferir nos assuntos internos de outras nações do continente com objetivo de impedir avanços externos e ampliar sua hegemonia política e econômica (PECEQUILO, 2011). “Como no caso da Doutrina Monroe original, nenhum país latino-americano foi consultado. O corolário também resultava num guarda-chuva de segurança americana para o Hemisfério Ocidental”. (KISSINGER, 2014: 252). Agora com uma postura intervencionista iriam, nas palavras do próprio Roosevelt, “falar manso e carregar um enorme porrete” (KISSINGER, 2014: 255; PECEQUILO, 2011).

A Guerra Hispano-Americana de 1898 é o mais importante evento para essa mudança no padrão da política externa americana no hemisfério. Segundo Ceceña (2010) o Caribe já era território disputado pelos EUA no século XIX na agenda da Doutrina Monroe, a Ilha de Cuba possuía localização estratégica, oferecendo grandes vantagens geoestratégicas e econômicas. Com o passar do tempo, Cuba também representava o limite para a expansão do território estadunidense (SMITH, 1996; LECUONA, 1998). Cuba e Porto Rico não eram senão apêndices naturais para o território americano, indispensáveis para a continuidade e integridade da União (SMITH, 1996). Segundo Jefferson ergueria-se uma placa no extremo-sul da ilha de Cuba onde se leria *Nec plus ultra* (SMITH, 1996). Segundo Lecuona (1998), durante o século XIX os EUA estabeleceram dois objetivos em relação a Cuba:

1. Prevenir a transferência da ilha para qualquer poder europeu que não o espanhol;
2. Tomar controle direto sobre a ilha.

Ao disporem de poder de fato, ainda no contexto de vitória na guerra contra o México, cresce entre a opinião pública americana o desejo de encerrar o domínio espanhol sobre Cuba; difundindo entre a população a noção de que a Espanha violava a soberania de Cuba e cabia aos Estados Unidos proteger a liberdade dos cubanos (NUNES, 2018). Criou-se entre a própria população uma postura nacionalista perante a política externa estadunidense (NUNES, 2018). Isso seria não só um assunto de política, mas a manifestação do desejo divino (SMITH, 1996). Além disso, Cuba é um assunto de interesse nacional porque é essencial para a segurança dos EUA (SMITH, 1996). No contexto das revoltas latino-americanas, tendo como marco o Haiti, sentiram-se ameaçados que o mesmo ocorresse em Cuba e isso ameaçaria seu “sistema de pureza racial” (SMITH, 1996). Observamos que tanto seu conjunto de valores quanto sua estrutura institucional foram construídos sobre valores racistas que eram benéficos tanto do ponto de vista econômico como político para o “Estado Profundo” (SMITH, 1996). Portanto, a conquista de Cuba está embasada em três questões:

1. Vantagens econômicas e comerciais;
2. Vantagens geoestratégicas;
3. Preservação do território americano material e espiritual.

Os EUA reivindicam seu domínio sobre Cuba que se encontrava sobre domínio espanhol. Com a virada do século a retórica americana assume outros contornos, em parte mantém o discurso da Doutrina Monroe, mas não escondem seu interesse do ponto de vista geopolítico e econômico para conquista da ilha (SMITH, 1996). A vitória na guerra é importante porque os Estados Unidos demonstram que tem poder e demarcam o início de sua

dominação do Caribe e a expulsão de outras potências europeias do continente. Naquele período, portanto, o Caribe era majoritariamente um “lago europeu” (SMITH, 1996). O ano de 1898 é um marco temporal porque inicia a projeção dos Estados Unidos da América no Grande Caribe. Além disso, demarca o fim de sua atitude isolacionista em relação às potências europeias, engajando-se diretamente em um conflito de modo a confrontar uma potência europeia. O sucesso nesse empreendimento deveu-se em grande medida a seu diagnóstico anterior sobre as debilidades da Espanha e o interesse em assegurar que Cuba seguisse sobre o domínio espanhol do que outra potência europeia que poderia rivalizar com o poderio americano (LOGUERCIO, 2007). A explosão do encouraçado Maine no porto de Havana foi o pretexto para a entrada dos EUA na guerra em que o objetivo era dominar a América Central, o Caribe e Ilhas do Pacífico, onde projetaram seus interesses estratégicos (LOGUERCIO, 2007). Com a vitória na guerra asseguram seu domínio sobre Cuba, Porto Rico, Filipinas e Guam; a intervenção demonstrou incontestavelmente que o caráter da ação norte-americana em relação aos vizinhos latino-americanos era de natureza politicamente reacionária e economicamente opressora (LOGUERCIO, 2007). Os EUA estavam sentados sobre a contradição em ver uma rebelião anti-imperial esmagada na sua porta ao passo que tinham a convicção de que havia chegado o momento de os Estados Unidos demonstrarem sua capacidade e vontade de agir como uma grande potência (KISSINGER, 2014: 247).

A ação sistemática dos Estados Unidos deu-se em direção a inutilizar processos de transformação social, com o apoio das classes e setores mais conservadores para estender e aprofundar a dominação sobre as nações irmãs (LOGUERCIO, 2007). Isso ocorria em grande medida devido à própria natureza dos processos de independência, que criaram um consenso anticolonialista e antiabsolutista¹¹. Dessa forma, em um sentido vertical a luta por independência funcionava como um amálgama social.

As compras da Louisiana e da Flórida e a anexação do Texas tornaram os Estados Unidos o Estado litorâneo mais importante neste mar interior, aumentando seu interesse nas relações de poder ao longo de sua costa (SPYKMAN, 1942). Portanto, não é surpreendente que depois que as colônias espanholas obtivessem sua independência formal o destino das ilhas se tornasse importante para a agenda americana, uma coisa era tê-los na posse de uma Espanha relativamente fraca, outra coisa era ter a saída do Golfo do México controlado por fortes potências navais (SMITH, 1996). Esta consideração aplicava-se particularmente a Cuba

¹¹ “O chefe das tropas rebeldes após a morte em combate de José Martí e Maceo, Máximo Gomez, considerou, em primeira instância, que o conflito colocava Bolívar e Washington lado a lado contra o poder colonial europeu” (LOGUERCIO, 2007: 126-127).

devido à sua proximidade com o continente e seu controle potencial do Estreito da Flórida, assim considerada várias vezes, mas esse diagnóstico nunca se concretizou (NUNES, 2018). Além de Cuba, gerou grande preocupação a próxima ilha do grupo, que abrange o Haiti e São Domingos (NUNES, 2018). A Espanha aproveitou a oportunidade da guerra civil para reocupar São Domingos, no entanto, foi mal-sucedida, com isso após a guerra vitoriosa os EUA ocuparam uma posição segura nas Grandes Antilhas (NUNES, 2018). Porto Rico foi uma alternativa para o controle da passagem de Mona, e Cuba concedeu a Baía de Guantánamo para uma estação naval com localização ideal para patrulhas a Passagem de Barlavento (SPYKMAN, 1942). Agora, detinham os EUA as mais importantes entradas do norte para o Mar do Caribe. Antes do Tratado *Hay-Pauncefote* e da aceitação pela Grã-Bretanha da posição de supremacia estadunidense no Caribe houve outro teste de força relativa sobre um problema na costa norte da América do Sul (OLIVEIRA, 2015). Seria difícil de estabelecer a supremacia no Caribe sem o apoio da Grã-Bretanha (NUNES, 2018). A fronteira entre a Venezuela e a Guiana Inglesa nunca foi definida, e a descoberta de ouro na década de 80 do século XIX levaram ambas as partes a reivindicar as fronteiras, a Grã-Bretanha recusou as primeiras ofertas de arbitragem por parte dos Estados Unidos, diante desse impasse o estado americano mostrou-se irredutível afirmando que caso não aceitassem sua oferta arbitriariam sozinhos sobre a fronteira entre os dois países, denotando assim seu poder (OLIVEIRA, 2015).

A Guerra Hispano-Americana simboliza um ponto de virada nas relações anglo-americanas, e seu resultado fortaleceu ainda mais a posição americana no Caribe em relação ao poder marítimo britânico (OLIVEIRA, 2015). A posição hegemônica dos Estados Unidos no continente americano foi reconhecida, e a Grã-Bretanha iniciou uma política de cooperação a partir da balança de poder, apoiando os EUA em Manila e na Europa quando os estados continentais começaram a cogitar intervir no Caribe (OLIVEIRA, 2015). Os britânicos reduziram a frota das Índias Ocidentais e as guarnições e contiveram-se de desenvolver e modernizar a fortificação das ilhas em bases que poderiam ser usadas como centros operacionais para a aplicação de pressão naval contra os Estados Unidos (OLIVEIRA, 2015). Os novos desafios nos tabuleiros geopolíticos europeu, eurasiático e asiático distanciam definitivamente a Grã-Bretanha a entrar em confronto com sua antiga colônia na América (SMITH, 1996). Os Estados Unidos dessa forma expulsaram gradualmente as potências rivais daquela que desde o século XIX já era vislumbrada como sua zona de influência (NUNES, 2018; OLIVEIRA, 2015; SMITH, 1996).

A independência cubana é um dos melhores retratos sobre o padrão de ação externa que se consolida na virada do século XX, uma combinação entre dependência econômica e financeira¹² somada a bem-sucedidas alianças com as oligarquias locais¹³ e a supremacia militar no continente (NUNES, 2018). Foi graças a essa última que os Estados Unidos venceram a guerra com um elevado poder naval e um substancial montante autorizado pelo congresso à época (SMITH, 1996). Uma das grandes motivações da guerra além de assegurar os interesses de grandes financistas como Nelson Rockefeller foi a de evitar um governo rebelde que ameaçasse seu capital e, em simultâneo, reivindicasse autonomia política utilizando as vantagens geoestratégicas e comerciais desse espaço (SMITH, 1996). Apesar de terem lutado juntos contra o exército espanhol, os Estados Unidos não reconheceram os representantes dos rebeldes cubanos (LOGUERCIO, 2007). Após Cuba e Porto Rico, os Estados Unidos iriam repetir a combinação outrora bem sucedida para assegurar seu domínio sobre o Grande Caribe.

No início do século XX, os EUA aparecem como uma potência econômica de primeira ordem com uma política externa que define como objetivo prioritário a hegemonia no continente americano (AYERBE, 2002). No Caribe, essa hegemonia significou a busca de mercados para expansão de investimentos. A exportação de capitais carrega consigo também a tomada dos meios de produção nos territórios que não são formalmente conquistados, mas passam a ser politicamente dominados. Essa forma de domínio político e econômico, possível após um século de (vultoso) desenvolvimento econômico demarca uma nova fase da dominação estadunidense no Caribe – que viria a tornar-se futuro um apêndice do território (AYERBE, 2002).

Segundo Ayerbe (2002: 60), essa fase, iniciada na virada do século XX, está ancorada em três pedras de toque:

1. As relações econômicas, com a expansão do capitalismo norte-americano na América Latina;
2. A articulação entre interesse privados e interesses nacionais na formulação da agenda de segurança e política externa dos EUA para o hemisfério;
3. A interação entre os grupos dominantes dos EUA e da América Latina.

¹²Em 1895 calculava-se que os norte-americanos detinham um montante de 50 milhões de dólares em investimentos em Cuba (LOGUERCIO, 2007).

¹³Havemeyer, magnata do açúcar do grande truste norte-americano, chegou a afirmar que os acionistas da empresa seriam suficientes para pôr Cuba sob domínio estadunidense (Ibid., 2007).

Realizar a dominação econômica e comercial que se traduzem no monopólio e na dependência é essencial quando há recursos renováveis e não-renováveis do qual necessita o complexo industrial-militar dos EUA (FICHOU, 1990). “É preciso admitir que alguns países são fontes cômodas de aprovisionamento, na falta de fazer colônias, é preciso ao menos assegurar ali uma ordem propícia para o comércio” (FICHOU, 1990: 109). No caso do Caribe, antes mesmo do confronto militar com a Espanha, os Estados Unidos já asseguravam a dependência econômica de Cuba, tornando-se seu principal sócio comercial, ao final do século XIX (LECUONA, 1968: 67).

A ingerência política dos EUA sobre a região latino-americana frustrou a integração da região em torno de grandes confederações de países. No Caribe isso ocorre com a República da Grande Colômbia (integrada até 1831 pelos atuais territórios da Venezuela, da Colômbia, do Equador e do Panamá) e pela República Federal Centro-Americana (integrada até 1840 pelos atuais territórios da Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Nicarágua e Honduras (SALAZAR; LORENZO, 2008: 39).

1.2.1 A Inter-relação entre a Política, a Segurança e a Guerra: a Geostratégia Americana no Grande Caribe

Após analisar as bases que estruturam os padrões de relacionamento dos Estados Unidos em sua política externa no Grande Caribe nos voltaremos para o arcabouço teórico da geopolítica clássica. Utilizaremos a obra dos principais estrategistas que estruturaram um conjunto de preocupações estratégicas chave a partir da geografia e da balança de poder no Grande Caribe. Dessa forma, compreenderemos os fundamentos geopolíticos que estão por trás do domínio político da região. Voltando-nos para o estudo da estratégia nacional a geopolítica tem como foco o relacionamento entre a geografia e a estratégia nacional (COHEN, 1957). A grande estratégia de um Estado configura-se considerando uma série de fatores, materiais e imateriais, de acordo com a inter-relação entre a política doméstica e a política internacional. São eles: a balança de poder, os recursos disponíveis ao Estado e o escopo da competição (COHEN, 1957). Nesse contexto líderes e tomadores de decisão perseguem políticas consistentes de modo a promover os interesses de seu Estado-Nação. Essa geoestratégia está pautada em interesses geopolíticos ou econômicos, e os dois frequentemente se sobrepõem (SMITH, 1996). Assuntos de segurança são promovidos pela máquina governamental; nas sociedades capitalistas, os interesses econômicos geralmente representam os objetivos do setor privado que pode ter representação direta ou indireta no aparelho do Estado (SMITH, 1996).

Embora os interesses nacionais muitas vezes estejam ocultos na expressão edificante do propósito moral, é a busca de vantagens geopolíticas e econômicas, e não somente o idealismo, que fornece a força motriz por trás da política externa e do comportamento internacional (SMITH, 1996). A articulação e a busca de uma grande estratégia requerem alguma forma de cálculo de custo-benefício, as escolhas de políticas respondem à avaliação lógica de resultados prováveis, de previsíveis perdas e ganhos (SMITH, 1996). As definições de estratégia dependem não somente da natureza objetiva das condições prevalentes, mas também da percepção subjetiva dos tomadores de decisão (SMITH, 1996). Dito isso, são as elites e não os cidadãos que forjam estratégias nacionais e tendências de política externa (SMITH, 1996). Por essa razão, é essencial ter em mente as razões que estão por trás dos grupos que tomam essas decisões, aspecto trabalhado durante a pesquisa. Os resultados atingidos pela execução da agenda de política externa refletem o poder e a efetividade das alianças políticas dominantes (SMITH, 1996).

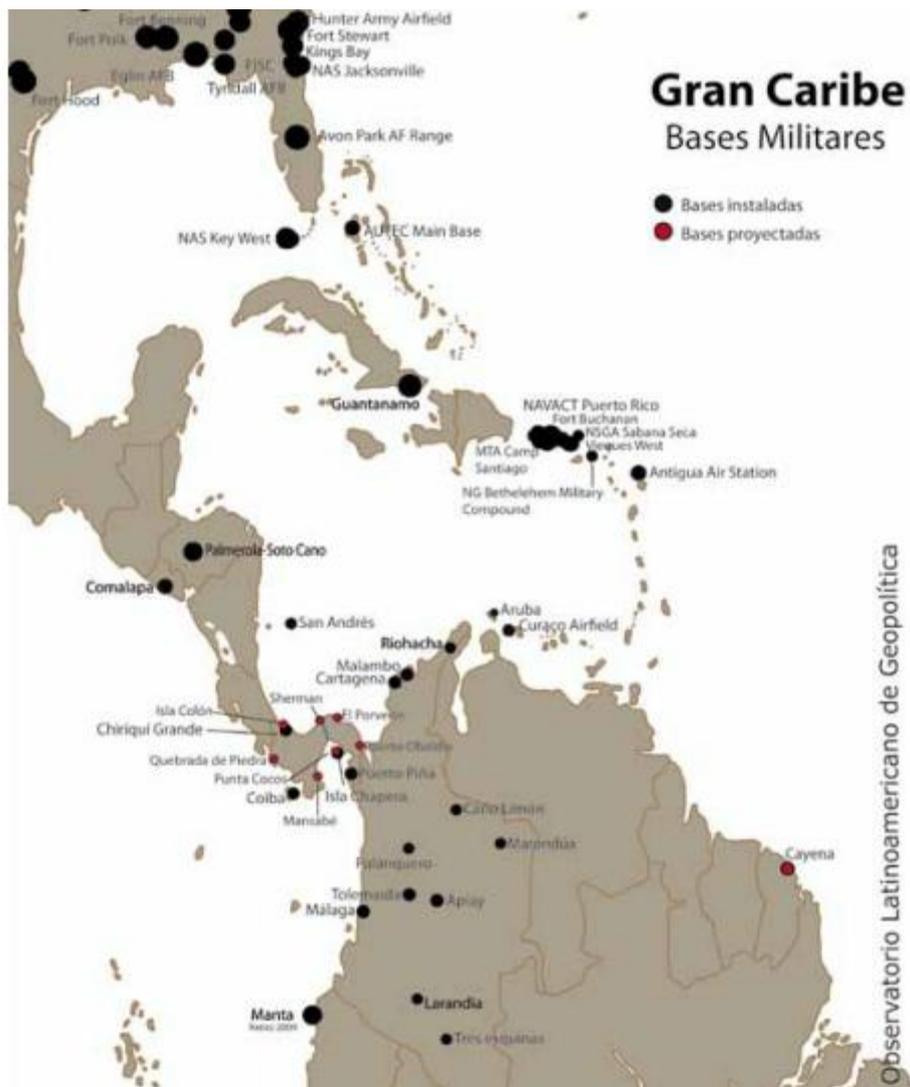
Durante essa sessão recuperaremos as principais contribuições para formulação da estratégia estadunidense no Grande Caribe: o Mediterrâneo Americano (SPYKMAN, 1942). Ao falar de determinada região na estratégia de um Estado devemos nos voltar para seus fundamentos e valores que dimensionam sua importância, por isso abordaremos o Caribe na totalidade de sua importância tanto por sua posição geográfica quanto por sua importância hidrográfica, militar, política e pela abundância de recursos naturais e minerais (CECEÑA; BARRIOS; YEDRA; INCLÁN, 2010). Podemos fazer a mesma analogia outrora utilizada por Spykman (1942) que converge com a análise realizada por Mackinder do Mediterrâneo europeu em sua obra *Democratic Ideals and Reality* (MACKINDER, 1919).

O Caribe está para o Império Americano assim como o Mediterrâneo está para o Império Romano; assegurar seu controle significa tanto uma questão de segurança territorial diante de ameaças externas quanto aumento de seu poder econômico e comercial (SPYKMAN, 1942). O progresso e a prosperidade contínua e sustentada dos EUA somente seriam possíveis através de uma constante e ilimitada expansão das fronteiras norte-americanas (PECEQUILO, 2011: 79). Acrescenta-se a isso a importância geoestratégica do território, do ponto de vista militar e político, por isso o Caribe pode ser considerado o forte da “Roma Americana”. O arcabouço teórico por trás da estratégia americana de longa duração sinaliza a necessidade de assegurar o domínio dos Estados Unidos no Caribe embasado em um sólido estudo histórico e geográfico (SPYKMAN, 1942). Ainda que com significativa importância comercial, aqui a região será abordada em sua magnitude estratégica, a saber, sua posição relativa na América e

no sistema internacional, segundo a Ciência Política e a Geografia, aumento do poder político dos Estados Unidos e a abundância de recursos naturais e minerais.

O primeiro dos aspectos que convocou os Estados Unidos em direção ao Caribe foi a expansão das fronteiras internas, movimento natural na busca pelos interesses estadunidenses e efeito da concorrência social, como apontado anteriormente. Entretanto, de mesma importância é o Caribe em sua posição geográfica relativa, um forte que abraça os Estados Unidos, sendo imprescindível para aumentar o poder relativo do território frente às ameaças externas. Além disso, há a relação da região com as correntes marítimas em sua qualidade como ponto de repouso ou corredor de trânsito em direção ao Centro do Caribe Territorial e ao restante do continente ao sul (CECEÑA; BARRIOS; YEDRA; INCLÁN, 2010: 17). Por essa razão, os EUA disputam posições-chave para sua expansão sobre o continente apoiando as independências em sua futura zona de influência (CECEÑA; BARRIOS; YEDRA; INCLÁN, 2010: 17). Também por sua posição geográfica, o Caribe ampliou significativamente a atuação da marinha americana (CECEÑA; BARRIOS; YEDRA; INCLÁN, 2010). Os EUA instalaram bases militares na maioria dos países da região, exceto alguns países como Venezuela, Costa Rica e Suriname. Excetuando o México, ainda no século XIX, a região recebeu 24 intervenções das forças armadas estadunidenses, esse montante dobrou no século seguinte (GRIMMET, 2002 apud CECEÑA; BARRIOS; YEDRA; INCLÁN, 2010). No anexo 1 foi elaborado um infográfico baseado em dados de Grimmet (2002 apud CECEÑA; BARRIOS; YEDRA; INCLÁN, 2010: 24-26) sobre as intervenções das forças armadas estadunidenses¹⁴ nos séculos XIX e XX e a estratégia descrita na obra de Spykman (1942) sobre o posicionamento militar americano no Caribe. Abaixo trazemos a contribuição de Ceceña (2010) sobre as bases militares americanas no Caribe.

¹⁴Ele registra não apenas as invasões, mas também a intervenção circunstancial das tropas em momentos específicos. É por isso que, ocasionalmente, pode haver uma intervenção em andamento por um período mais longo e outra ocorre simultaneamente. Entretanto, o que é significativo é o registro que eles mesmos fazem de suas ações nos países do Grande Caribe.



MAPA 1 — Distribuição das bases militares americanas instaladas e projetadas no Grande Caribe

Fonte: GRIMMET, 2002 apud CECEÑA; BARRIOS; YEDRA; INCLÁN, 2010: 34

Desde a chegada dos europeus na América o Caribe sempre guardou especial importância política, militar e econômica, assim, foi ocupado por grandes potências europeias (CECEÑA; BARRIOS; YEDRA; INCLÁN, 2010). A saber, o Caribe foi a porta de entrada dos europeus no Novo Mundo, a Ilha de Espanhola¹⁵ foi o primeiro lugar colonizado por Cristóvão Colombo, brindada por terras férteis e com natureza exuberante e enorme potencial hidrográfico – rica em recursos naturais e minerais (CECEÑA; BARRIOS; YEDRA;

¹⁵Hoje conhecida como Ilha de São Domingos.

INCLÁN, 2010). As ilhas caribenhas, principalmente São Domingos e Cuba tiveram papel territorial naquele período e seguem sendo a porta de entrada para um continente rodeado por mares e atravessado por grandes rios (entre os quais se destaca o Aquífero Guarani e a Bacia Amazônica) que permitem a navegação costeira ou terra à dentro (CECEÑA; BARRIOS; YEDRA; INCLÁN, 2010).

Enfatizamos também que o processo da conquista espanhola do Caribe foi mediado pela violência e escravidão dos povos nativos¹⁶, em um primeiro momento, e posteriormente com o tráfico dos povos africanos. Em pouco tempo os africanos escravizados se tornaram um dos principais objetos de troca e muito cedo foram transferidos para o Novo Mundo para substituir a arrasada mão de obra originária - lucrava-se, em dobro, com o tráfico de escravos e depois com os navios que regressavam à Europa, lotados de ouro e prata (CECEÑA; BARRIOS; YEDRA; INCLÁN, 2010: 7-9). Além da Espanha, outras potências europeias tinham domínios no Caribe como a França, a Inglaterra e os Países Baixos (CECEÑA; BARRIOS; YEDRA; INCLÁN, 2010). Após o fim da Guerra Civil Americana, os EUA realizaram na segunda metade do século XIX forte intervencionismo na política interna dos países latino-americanos com o objetivo de defender seus interesses (SMITH, 1996).

O Caribe faz parte do Sistema Americano (século XIX) e integra posteriormente o projeto do Império Americano (século XX) (PECEQUILO, 2011). Ainda que com uma postura isolacionista e de não engajamento internacional até o período conhecido como Wilsoniano (1918-1930)¹⁷, compreendemos que o padrão de envolvimento nos assuntos latino-americanos foi de engajamento moderado (século XIX-XX) e a partir do século XX, mais intensamente, a partir da intervenção em Cuba e Porto Rico, que se tornam protetorados americanos, os EUA assumem uma postura intervencionista de caráter imperialista (PECEQUILO, 2011). Ao observar o padrão de comportamento dos Estados Unidos ao longo de dois séculos podemos dizer que o Caribe é, pela agenda projetada para a região e as formas pelas quais foi implementada, parte do território estadunidense.

Após um plano de integração econômica e política mal-sucedido entre os Estados americanos a postura intervencionista ganha mais força, estabelecemos como marco temporal a Primeira Conferência Internacional de Estados Americanos e a tentativa de criação de uma União Aduaneira Americana (SALAZAR; LORENZO, 2008: 55-56). Apesar do relativo

¹⁶Cf.: Las Casas, 1522.

¹⁷Nesse período (1918-1930), o caráter da política externa estadunidense passa de isolacionista a internacionalista e o país assume um papel de engajamento ativo nas relações internacionais fora do continente (PECEQUILO, 2011).

insucesso nas conferências Pan-Americanas, seus acordos objetivamente debilitaram ainda mais as intermitentes e infrutíferas tentativas realizadas em décadas anteriores pelos governos latino-americanos com objetivo de unirem-se frente às ameaças externas às suas independências (SALAZAR; LORENZO, 2008: 56). Isso vai ao encontro do que o estrategista e cientista político Spykman assinalou: caso países menos poderosos não se unirem não serão nada além de pesos na balança de poder das grandes potências (SPYKMAN, 1942). Neste sentido, a consolidação de sua hegemonia sobre o continente americano, assim como a conquista das ilhas de Guam e Filipinas no Pacífico, demarca uma virada na política externa americana, porque, a partir dessa nova fronteira aberta demonstravam sua força e, em simultâneo, conquistavam prestígio político e aumento de seu poder (NUNES, 2018). Esse é um corredor marítimo que quando controlado pelos Estados Unidos possibilitou a garantia de bases militares e controle de portos para aumentar poder comercial na Ásia (CECEÑA; BARRIOS; YEDRA; INCLÁN, 2010). Nesse então, a garantia das rotas marítimas no Pacífico foi estabelecida como objetivo em sua agenda (SMITH, 1996).

Existem registros de uma série de intervenções de caráter militar por parte das forças armadas americanas na região do Grande Caribe durante o século XIX (CECEÑA; BARRIOS; YEDRA; INCLÁN, 2010). A primeira delas data de 1806 no contexto de conflito pela expansão territorial formal, mas, excetuando o México, a primeira data de 1822, em Cuba - realizada em uma modalidade muito similar ao que hoje conhecemos como guerra preventiva, de modo a garantir a segurança nacional de seu país e dos cidadãos que residiam em territórios estrangeiros (CECEÑA; BARRIOS; YEDRA; INCLÁN, 2010). Não obstante, tão legais eram as atuações de intervenções estrangeiras quanto o combate à pirataria (CECEÑA; BARRIOS; YEDRA; INCLÁN, 2010). O Caribe foi a primeira arena onde os Estados Unidos disputaram seu domínio político, daquele que ficaria conhecido como Império Americano, na virada do século XX (CECEÑA; BARRIOS; YEDRA; INCLÁN, 2010). Enquanto a Inglaterra assegurava sua posição de domínio no Oriente, os Estados Unidos abriam caminho na América, onde muito em breve apoderar-se-iam da melhor via de comunicação no mundo, enormemente favorecida pelas correntes marítimas: O Canal do Panamá (CECEÑA; BARRIOS; YEDRA; INCLÁN, 2010).

Sobre construção do Canal Interoceânico do Panamá, proferiu o presidente americano à época, Rutherford B. Hayes:

[...] seria a via de comunicação mais importante entre as costas do Atlântico e do Pacífico [...] nosso interesse comercial, por si só, é maior que o interesse de quaisquer outros países, no que lhe concerne as relações desse canal com nosso poder e nossa prosperidade como nação, com nossos meios de defesa, nossa

unidade, nossa paz e segurança, são materiais de interesse preferencial para o povo dos Estados Unidos (GUERRA Y SÁNCHEZ, 1964: 307, tradução nossa).

Após comprarem o que sobrou das ações da Companhia Francesa para construção do canal articulam a independência política da região. Em 1904, após uma insurgência local apoiada pelo governo estadunidense, finalmente logram um tratado para construção do Canal, quase nas mesmas condições que haviam sido rejeitadas pela Colômbia (BANDEIRA, 2009: 71).

Em meio à competição mundial, os norte-americanos estavam produzindo uma quantidade superior ao que seria consumido dentro de seu território; a depressão que abarcava todos os setores da economia condicionaria a paulatina orientação dos produtores em direção ao mercado externo (LECUONA, 1998: 36). À medida que o sistema Interestatal ingressava no período conhecido como Neocolonial, marcado pela colonização por parte das grandes potências europeias de territórios na Ásia e África, os EUA retomaram seu fôlego para um novo ímpeto expansionista:

O povo americano não podia deixar de contagiar-se, em certa medida, com estas correntes do expansionismo da época. Expressão deste novo espírito, não bem apreciado ainda porque não havia tido chance de manifestar-se, era o crescimento da Marinha, objeto de uma preferencial atenção de todos os governos nos últimos anos (GUERRA Y SÁNCHEZ, 1964: 309, tradução nossa).

Voltando-se para a região ao sul de suas fronteiras: o Caribe.

[...] os dois mandatos de Theodore Roosevelt configuraram a *First Imperial Presidency* dos Estados Unidos, no sentido de que pela primeira vez administrou possessões perto e longe do seu território, alcançou influência dominante no Caribe e na América Central e transformou sua Marinha na segunda mais poderosa do mundo, convencendo os demais países a levarem seus conselhos e suas políticas a sério (BANDEIRA, 2005: 41).

Longe de ser um tropeço na Guerra contra a Espanha, os EUA seguiram uma política que era perspicaz, intencional e calculada. A ação norte-americana foi dirigida tanto contra a independência de Cuba como foi contra a soberania espanhola: 1898 foi o clímax de cem anos de política. Por quase um século, os Estados Unidos haviam perseguido a aquisição de Cuba [...] exigiram novas maneiras de alcançar antigos objetivos [...] a ocupação militar não era a preparação da independência, mas o prelúdio da anexação. [...] destinada a promover a dependência e, finalmente, facilitar a anexação (PÉREZ Jr., 1983: XVIII).

1.2.2 O Mediterrâneo Americano Segundo as Análises da Geopolítica Clássica: as leituras de Alfred Thayer Mahan e Nicholas J. Spykman

A definição aqui utilizada para Grande Caribe compreende as noções presentes na análise transversal entre geografia e história realizada por Nicholas J. Spykman em sua *magnum opus: America's Strategy in World Politics*, de 1942. Esse livro se tornou referência nos círculos acadêmicos e militares e influenciou as reflexões sobre a estratégia nacional americana - em constante adaptação segundo a conjuntura a cada tempo, permanece um preciso diagnóstico da balança de poder na busca pela maximização dos objetivos da agenda de política externa americana. O Caribe, também chamado de Mediterrâneo Americano, compreende a região que inclui os territórios do México, América Central, Colômbia, Venezuela e as ilhas ao longo da borda oriental que se estendem de Trindade até a ponta da Flórida (SPYKMAN, 1942).

O Mediterrâneo Americano, assim como sua contraparte europeia, pode ser dividido em Mediterrâneo Ocidental – Golfo do México – e Mediterrâneo Oriental – Mar do Caribe (SPYKMAN, 1942). Essa região apresenta distintos relevos geográficos e rotas marítimas que favorecem a comunicação com os oceanos Pacífico e Atlântico (SPYKMAN, 1942). Os dois Estados localizados ao longo da costa norte da América do Sul, Colômbia e Venezuela, foram incluídos como parte do Mediterrâneo Americano, embora do ponto de vista geográfico estrito façam parte da América do Sul segundo as premissas delineadas por Spykman no que concerne à geoestratégia americana integram o tabuleiro geopolítico do Grande Caribe (SPYKMAN, 1942). Ambos pertencem ao mundo intermediário entre as duas Américas (SPYKMAN, 1942).

No território colombiano: “a Cordilheira dos Andes se aproxima do Pacífico e se aproxima do Caribe em ângulos retos em três esporas paralelas, permitindo um fluxo de saída para o mar oriental através dos vales do Atrato e do Magdalena e seus afluentes.” (SPYKMAN, 1942: 47). O território venezuelano é do ponto de vista econômico, devido a sua topografia e seu clima, e a distribuição de recursos naturais, um estado caribenho; a vida econômica está concentrada no norte, onde a cordilheira oferece alívio do calor tropical e ferrovias curtas conectam-se a bons portos (SPYKMAN, 1942: 47). As cadeias de montanhas que se dobram para o leste dos Andes, separam a Bacia Amazônica dos vales do Magdalena e do Orinoco e formam os limites do sul das Guianas (SPYKMAN, 1942). Tendo esses apontamentos em mente, a divisão entre América do Norte e América do Sul é segundo o autor

a fronteira sul dos territórios da Colômbia e da Venezuela (SPYKMAN, 1942). Aqui, compreendemos que tanto a Colômbia como a Venezuela estão em contato muito mais íntimo com o Caribe e os Estados Unidos do que com o restante dos Estados pertencentes à América do Sul. Como no caso do Velho Mundo, o mar do meio não divide, mas os une (MACKINDER, 1919; SPYKMAN, 1942)

A região do Caribe é uma zona tropical que abastece o complexo industrial-militar estadunidense com bens de consumo e matérias-primas (SPYKMAN, 1942). Além de sua importância como exportadora de produtos tropicais, a área também é importante devido a sua riqueza mineral, a Colômbia tornou-se um importante exportador de platina e o ouro produzido em pequenas quantidades na Colômbia, Venezuela e México (SPYKMAN, 1942). Fontes de energia são amplamente distribuídas com potencial de energia hídrica na maioria dos estados do continente, carvão no México, Colômbia e Venezuela, e petróleo no México, Colômbia, Venezuela e Trinidad (SPYKMAN, 1942). Segundo Spykman, que escrevia na primeira metade do século XX, a Venezuela apresentava uma produção de petróleo maior do que toda a Ásia (SPYKMAN, 1942); além disso, também sinalizava o aumento da produção de petróleo na Colômbia e afirma que o Mediterrâneo americano todo é a maior área produtora de petróleo do mundo (SPYKMAN, 1942).

Em 1937, os EUA forneciam mais da metade das importações de Cuba, México, Honduras, Nicarágua, Venezuela, República Dominicana República, Panamá e Haiti e entre 40 e 50 por cento daquelas da Colômbia, Guatemala, Costa Rica e El Salvador (SPYKMAN, 1942). As principais exportações da região eram produtos primários agrícolas, petróleo e cobre (SPYKMAN, 1942; TRUJILLO, 1968). O Mediterrâneo americano é ainda mais dependente de investimentos estrangeiros do que o Canadá, a maioria das propriedades açucareiras de Cuba, e as plantações de banana na América Central e as empresas petrolíferas na México, Colômbia e Venezuela foram desenvolvidas com capital proveniente dos Estados Unidos (SPYKMAN, 1942). Os empreendimentos de minas, transporte marítimo e outros meios de transporte e serviços públicos, bem como empréstimos do governo possibilitaram a exportação de capital americano, que, por meio da diplomacia do dólar. Através dessa atuação os EUA promoveram uma condição de dependência financeira que a longo prazo não se desdobrou em desenvolvimento industrial (MCBETH, 1983; SMITH, 1996).

O Mediterrâneo americano é hoje uma zona na qual os Estados Unidos detêm uma posição de supremacia naval e aérea inquestionável. Este corpo de água é agora para todas as intenções e propósitos um mar fechado para o qual os Estados Unidos detêm as chaves, [...] Nenhuma ameaça séria contra a posição dos Estados Unidos pode surgir na própria região. Para o México, Colômbia e Venezuela, isso significa

uma posição de dependência absoluta dos Estados Unidos, de liberdade apenas no nome, portanto, uma situação que os orgulhosos cidadãos dessas repúblicas devem se ressentir como profundamente, visto que os italianos se ressentiram de sua posição em um Mediterrâneo europeu fechado. Apenas uma diplomacia muito habilidosa com uma luva de veludo grosso será capaz de tornar a realidade do relacionamento de poder tolerável para nossos bons vizinhos (SPYKMAN, 1942: 60, tradução nossa).

Alfred Thayer Mahan é considerado o pai da marinha americana e um de seus principais estrategistas, ele forneceu o arcabouço intelectual para expansão do poder militar estadunidense, através de uma grande marinha¹⁸. Em seus estudos, observou a importância da combinação entre poder e riqueza para o sucesso do Império Inglês (MAHAN, 1890). Para a rainha dos mares foi fundamental compreender a vantagem que obtinha de sua posição relativa de isolamento no continente europeu para estruturar sua estratégia militar baseada no poder naval (MAHAN, 1890). Cabe enfatizar que os mares, que hoje parecem ter perdido a relevância com o advento do poder aéreo (tese com a qual não concordamos), eram a estrada do mundo (MAHAN, 1890). Com isso, o país “demonstrava disposição, sustentada por uma capacidade real de poder, de defender e maximizar seus interesses” (PECEQUILO, 2011: 81). Para ele, o uso do poder marítimo não confere poder uma vez que exige bases seguras e produtivas na costa (FOX, 1985).

Em se tratando de geopolítica, os estrategistas atribuem graus variáveis de importância às várias partes da Terra; sendo assim, sua visão geográfica influencia suas ações políticas e militares (COHEN, 1957). Nesse sentido, a visão de Mahan, centrada na Eurásia, enfatiza a unidade dos mares atrelada ao controle de posições terrestres chaves (COHEN, 1957). Não sendo o poder marítimo por si mesmo suficiente e sim relacionado às dinâmicas de transporte e aos canais de comunicação. Em sua obra mais conhecida listou seis fatores fundamentais para o desenvolvimento do poder marítimo: posição geográfica, conformação física, extensão do território, população, caráter nacional e caráter do governo (MAHAN, 1890).

Mahan contribuiu significativamente para ampliação da marinha estadunidense (GUERRA Y SÁNCHEZ, 1964; PECEQUILO, 2011). Segundo ele, era não só importante como crucial o investimento do Estado na ampliação do poder militar, decisivo também para sustentar o crescimento econômico, com base na conquista de mercados extraterritoriais. Segundo o Almirante, a história dos fluxos e a posição dos continentes e portos definiram as famosas rotas de comércio e também as rotas estratégicas pelos mares (MAHAN, 1890).

¹⁸No executivo, o secretário da Marinha, Benjamin Tracy defendia a construção de duas frotas de batalha para os EUA, uma visando a proteção do Atlântico e outra do Pacífico com objetivo de prevenir-se das ameaças de adversários potenciais (PECEQUILO, 2011: 80-810).

Segundo ele, a conquista de posições terrestres formaria uma rede de pontos de apoio de valor econômico e/ou estratégico e isso ampliaria seu domínio geoestratégico (MAHAN, 1890). Dessa maneira, expandir-se-ia o domínio marítimo junto ao sucesso industrial, decifrando um dos pilares da política externa britânica: a expansão marítima combinada (MAHAN, 1890). Sobretudo, Mahan contribuiu para disseminar entre a opinião pública, uma mudança de postura da própria população em relação ao aumento do poder militar e do engajamento ao nível global¹⁹, fundamentada em uma poderosa marinha de guerra (GUERRA Y SÁNCHEZ, 1964). Para ele, essa seria um imperativo para realização do Destino Manifesto, as ideias defendidas por Mahan em seus livros e artigos circularam entre a população entre o final de 1897 e o início de 1898, segundo ele a criação de um grande poder naval não só representava o coroamento da grandeza norte-americana, mas a indispensável garantia da existência e segurança dos Estados Unidos – em última instância – da civilização cristã ocidental (GUERRA Y SÁNCHEZ, 1964: 375). Agora, em uma nova fase imperialista, a política externa americana expulsaria terminalmente a Espanha da região do Caribe.

Na transformação do Estado estadunidense de Sistema Americano a Império Americano, foi fundamental a ampliação e o investimento massivo no poderio bélico: ‘o militarismo constituiu, então, o elemento indispensável, primeiro sob a forma de poderio naval, no seu processo de expansão imperial (BANDEIRA, 2005: 45). Sua força seria demonstrada já em 1893, com a invasão e consequente anexação (cinco anos mais tarde) do Havaí: “a chave para o Pacífico” (BANDEIRA, 2005: 46). Primeiro território extracontinental americano no Pacífico; e, ao final da década de 1890, quando derrotam a Espanha durante a Guerra Hispano-Americana.

As ideias de Halford J. Mackinder contribuíram em grande medida para os delineamentos estratégicos e para o debate geopolítico dos estrategistas na passagem do século XIX para o século XX. A partir de Mackinder enxerga-se a Terra com distintos tabuleiros geopolíticos, onde as dimensões do tempo e do espaço são transversais, o analista deve levar isso em consideração para compreender as transformações e as interações que ocorrem na Ásia e na Europa (MACKINDER, 1904, 1919, 1943). Suas observações contribuem a partir de um diagnóstico das ameaças externas aos Estados Unidos, com a tese do *Heartland* (COHEN, 1957). Nesse contexto devem contrabalançar as ameaças vindas principalmente da Eurásia.

¹⁹Sobre isso, a expansão territorial dos Estados Unidos sobre áreas com menor resistência de forma contígua não precisam de um grande exército para suas conquistas. A ‘pequenez’ das forças militares da nação era motivo de orgulho para o norte-americano. Era umas das grandes vantagens de uma democracia sem ambições e a sede de conquista dos militaristas poderes europeus (GUERRA Y SÁNCHEZ, 1964: 372).

Tendo isso em mente, na estratégia nacional o Caribe deve, como já apontado anteriormente, ser, ao mesmo tempo, uma zona tampão e uma área onde podem operar com liberdade instalando bases militares e dominando suas rotas marítimas (SPYKMAN, 1942). Logo, tornam-se prioridades em sua estratégia assegurar o domínio do tabuleiro geopolítico do Mar do Caribe e a comunicação transoceânica por meio do Canal do Panamá. Além disso, assegurar o domínio econômico e político é um imperativo para a própria expansão de seu complexo industrial-militar.

A grandeza de uma nação dependia do seu comércio no além-mar, o comércio dependia do poder marítimo e o poder marítimo, de colônias. O militarismo assumiu papel fundamental na expansão imperialista, inicialmente sob a forma de poderio naval (BANDEIRA, 2005: 38).

Mackinder, assim como Mahan, prevê os impactos dos avanços tecnológicos no aumento do poder de um Estado nos níveis operacional e tático (COHEN, 1957). A estratégia americana parte da premissa que devem estar vigilantes à segurança de suas zonas costeiras, combinando o poder naval ao poder aéreo, uma vez que as águas territoriais devem ser defendidas por aeronaves terrestres (SPYKMAN, 1942). Mais uma vez, o Canal do Panamá integra como prioridade o núcleo da estratégia nacional, e torna-se função das forças armadas assegurarem posições privilegiadas na América através de bases militares obtidas através de acordos políticos especiais²⁰ (SPYKMAN, 1942).

Após a plena realização da expansão continental – do Atlântico ao Pacífico - a tendência expansionista americana não se encerra na busca de condições para sustentar seu crescimento econômico:

Não há como negar que as pressões do capital à procura de investimentos mais lucrativos, bem como a produção à procura de mercados, contribuíram para as políticas expansionistas – inclusive a da conquista colonial (HOBSBAWM, 2012: 30).

A região habita o núcleo da agenda de política externa americana por sua proximidade geográfica e pelas débeis institucionalidade e fragilidade política (NUNES, 2018). Entre a elite política estadunidense predominava a ideia de que no contexto da Doutrina Monroe o continente americano era, por excelência, sua zona de influência (NUNES, 2018). Em

²⁰A seleção, ocupação e preparação de tais posições estratégicas fazem parte da preparação para a guerra em tempos de paz (SPYKMAN, 1942).

referência à Ilha de Cuba, um dos mais conhecidos discursos da história da política externa americana:

[...] lhe dão importância no total dos nossos interesses nacionais que nenhum outro território estrangeiro pode ser comparado, e pouco inferior àquela que mantém os diferentes membros desta nação. [...] Há leis da política como há leis da gravitação física. E se uma maçã, separada de sua árvore nativa pela tempestade, não pode escolher, mas apenas cair ao chão, Cuba, por força desligada de seu vínculo não natural com a Espanha, e incapaz de se auto-sustentar, só pode gravitar na direção da União norte-americana, a qual, pela mesma lei da natureza, não pode segregá-la do seu seio (ADAMS, 1823 apud GOTT, 2004: 75).

Por essa razão, foram realizadas inúmeras tentativas de compra da Ilha de Cuba recusadas junto ao governo espanhol, durante o século XIX, mesmo com a ameaça velada de interferência militar por parte dos EUA, durante as muitas tratativas sobre o tema (NUNES, 2018). Ainda no século XIX, o Manifesto de Ostend (SMITH, 1996) só não foi posto em prática em consequência da derrota do Partido Democrata que perde a maioria do congresso nas eleições seguintes (BANDEIRA, 2009: 57). Conforme a conjuntura de tempo permitisse expandir o território americano rumo ao sul do continente os EUA agiram em direção à expansão de suas rotas marítimas colocando como prioridade o domínio do Pacífico, expandindo-se territorialmente de costa a costa e ampliando seu poderio naval-militar (PECEQUILO, 2011; SMITH, 1996; SPYKMAN, 1942).

O Controle do Canal do Panamá não forneceria controle estratégico do Mediterrâneo Americano e tampouco supremacia local sobre o poder naval britânico, a localização geográfica assinalava que além da América Central como uma possível saída a oeste do Caribe os Estados Unidos deveriam controlar todo esse espaço intermediário, em suma, todos os territórios banhados pelo Mar das Caraíbas (SPYKMAN, 1942). A história provou a importância dos ventos alísios do Atlântico na costa leste, tornando-se as ilhas das Antilhas o primeiro ponto para o domínio europeu do continente americano (SPYKMAN, 1942). Depois disso, esse território passa a ser disputado entre as potências europeias, uma vez que o poder naval espanhol não encontra sozinho poder para contrapor-se a seus rivais e assegurar o controle contínuo de todas as ilhas (SPYKMAN, 1942). As Antilhas mudam de controle como reflexo do resultado da luta entre as potências marítimas europeias. A valiosa ilha da Jamaica pode ser comparada à Malta no Mediterrâneo Europeu, devido a sua localização estratégica (MACKINDER, 1919).

No Mediterrâneo americano, o potencial de guerra é excessivamente baixo. Não há indústria pesada e estabelecimentos militares existentes são, portanto, dependentes da Europa ou dos Estados Unidos para todos os armamentos, exceto espingardas e outras armas pequenas

(SPYKMAN, 1942). A região é uma área de pequenas unidades e força dispersa e é totalmente incapaz de apresentar qualquer defesa eficaz contra a agressão extra-hemisférica sem a ajuda dos Estados Unidos (SPYKMAN, 1942). A maior força militar em 1941 era a mexicana, que em tempo de paz continha cerca de 50 000 homens e em tempo de guerra cerca de 150000, o equipamento era pobre e obsoleto; e embora a modernização tivesse sido iniciada, a mecanização ainda estava em sua infância (SPYKMAN, 1942). As forças armadas da América Central eram diminutas e a Colômbia possuía uma pequena marinha de alguns destróieres e canhoneiras, um exército em tempo de paz de 16000 homens e uma força aérea também insignificante (SPYKMAN, 1942). Sua vizinha Venezuela ficou satisfeita com um Exército com menos da metade desse tamanho e praticamente nenhuma marinha (SPYKMAN, 1942). O litoral oriental do mar médio era mantido por pequenos destacamentos de Forças holandesas e britânicas em suas respectivas colônias das Índias Ocidentais e por uma pequena unidade francesa na Martinica devendo fidelidade ao governo de Vichy (SPYKMAN, 1942). Haiti e São Domingos tinham exércitos muito pequenos de alguns milhares de homens e alguns navios de patrulha costeira, enquanto Cuba mantinha um estabelecimento bastante bem equipado de cerca de 15 000 homens e uma pequena marinha composta por um cruzador, vários canhoneiros e navios de guarda (SPYKMAN, 1942). O verdadeiro poder militar do Mediterrâneo americano são os Estados Unidos operando a partir do Panamá e uma série de bases na borda oriental (SPYKMAN, 1942).

Os Estados Unidos adquirem expressivo poder ao conseguirem através de um acordo implantar bases nas índias Ocidentais Britânicas (SPYKMAN, 1942). Isso possibilitou a criação de uma importante base operacional em Trinidad, na entrada sul do Mediterrâneo Americano e a conexão desta base com a base operacional em Porto Rico através de estações intermediárias em Santa Lúcia e Antígua (SPYKMAN, 1942). As estações nas Grandes Antilhas com a defesa da linha costeira da América do Norte são, naturalmente, igualmente valiosas como postos avançados contra tentativas de penetrar no Golfo do México ou Caribe (SPYKMAN, 1942). O estreito da Flórida, entre a Flórida e Cuba, é controlado pelas posições terrestres, Pensacola e Key West; a Passagem de Barlavento, da Baía de Guantánamo; a passagem de Mona, de Culebra e Porto Rico; e a Passagem Anegada nas Ilhas Virgens (SPYKMAN, 1942). A base no Golfo de Paria entre a Venezuela e Trinidad controla a importante passagem entre esta ilha e Tobago, e entradas alternativas do leste (SPYKMAN, 1942). Também permite a extensão de operações de reconhecimento aéreo ao longo da costa da América do Sul e até mais mil milhas em direção ao Canal do Panamá (SPYKMAN, 1942).

O Golfo de Paria possui a grande vantagem de possuir duas saídas, e a ilha de Trinidad tem excelentes recursos naturais e está próxima às regiões produtoras de petróleo da Venezuela e às refinarias de petróleo nas ilhas holandesas de Aruba e Curaçao (SPYKMAN, 1942). A base naval é complementada por uma base aérea do exército a partir da qual a força de ataque dos grandes bombardeiros pode ser efetivada em uma zona ampla (SPYKMAN, 1942). Entre esta base e Porto Rico estará o revezamento de estações em Santa Lúcia e Antígua (SPYKMAN, 1942). Além das novas bases na borda, os Estados Unidos têm também permissão para operar da Jamaica (posição estratégica no Caribe comparável à de Malta no Mediterrâneo europeu) (SPYKMAN, 1942). Encontra-se imediatamente atrás da Passagem de Barlavento e na frente de todos os acessos ao Istmo (SPYKMAN, 1942). Como sua irmã europeia, ela perdeu muito de seu significado devido ao desenvolvimento das bases circundantes, neste caso as dos Estados Unidos; sua principal função é, portanto, servir como um base intermediária entre a Zona do Canal e como posto avançado na orla do mar intermediário (SPYKMAN, 1942).

Encerramos o capítulo retomando as principais contribuições que nos ajudarão a pensar a posição dos Estados Unidos na América e suas diretrizes de política externa:

1. Os EUA nascem como resultado da lutas de poder que ocorriam na Europa do século XVI. Representam o movimento de continuidade de poder da civilização anglo-saxã, que se enxerga como o farol que iluminaria os destinos das novas sociedades, uma vez que, beneficiados pela geografia relativa desfrutariam de autonomia para decidir sobre seu sistema político. A base da política externa americana é o Destino Manifesto, importante no ideário de expansão das fronteiras, permeado por um componente religioso protestante calvinista. Podemos olhar para a obra “Progresso Americano” de John Gast e enxergar todos os elementos referentes a essa Doutrina, descritos no presente capítulo;
2. Tanto o diagnóstico de poder quanto a agenda de política externa dos Estados Unidos estão relacionados a sua ação em diferentes tabuleiros geopolíticos: Ásia, África e América Latina. No último está localizada sua prioridade, considerada ao olharmos o nível e o caráter da ingerência americana para alcançar seus interesses ao longo do século XVIII-XIX, o Grande Caribe. Para essa análise nos voltamos para a história de longa duração e as análises geopolíticas de Alfred Thayer Mahan e Nicholas Spykman. A geografia relativa dos Estados Unidos e a estratégia de segurança hemisférica pautam a elaboração de sua agenda de política externa

segundo questões políticas, sociais, militares e econômicas, descritas ao longo do capítulo;

3. É essencial também assinalar uma vez mais que a política externa não é decidida por um bloco monolítico ou que o Estado seja um grupo homogêneo, algo que aparecerá exaustivamente no capítulo seguinte é a combinação do setor privado e público, quando grupos econômicos influenciam as pautas da política externa, em processo de busca por benefício mútuo, principalmente no caso dos Estados Unidos, a maior potência capitalista durante o século XX.

Encerramos reiterando um elemento definidor tanto do projeto americano quanto da agenda de política externa americana, ambos convergem para a busca da hegemonia, primeiro regional, posteriormente hemisférica e, finalmente, mundial. Há uma fronteira que é gradativamente disputada pelos Estados Unidos, no sentido de ampliar seu poder e riqueza (TUCKER; HENDRICKSON, 1992). Esse movimento de expansão de poder nos três sentidos ocorre de forma dialética, primeiro pela expansão do território e domínio do Grande Caribe e posteriormente na ingerência política em toda a América. A última é alternada entre menor ou maior grau de acordo com a priorização de outros tabuleiros geopolíticos, como é o caso da Guerra Fria, em que o tabuleiro asiático e eurasiático foram as prioridades e, após a revolução cubana e com a Doutrina Carter os Estados Unidos percebem que devem voltar novamente sua atenção à América Latina.

Esta discussão histórica e teórica dialoga com os próximos capítulos porque analisaremos a ingerência americana na Venezuela situando esse país na região do Grande Caribe, segundo pontos destacados por Spykman que vão de encontro à imperatividade dessa região na busca continuada por poder e riqueza, tanto por sua geografia relativa quanto por seus recursos naturais e minerais. Nesse caso específico, analisaremos o petróleo, o próximo capítulo recupera as contribuições de distintos autores e autoras sobre as complexidades desse recurso na constituição do Sistema Interestatal Capitalista. Isso nos auxiliará a compreender a importância desse país e seus impactos regionais e mundiais.

CAPÍTULO 2 — O PETRÓLEO NAS RELAÇÕES BILATERAIS ENTRE OS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA E A VENEZUELA DURANTE O LONGO SÉCULO XX

A influência da geopolítica dos recursos energéticos sobre o Sistema Internacional são a nova grande questão das RI e da EPI no século XXI, o acesso ao mercado e domínio político em países com imensas reservas de hidrocarbonetos, como é o caso da Venezuela, estão no cerne das lutas de poder internacional. A especificidade da atual conjuntura se define por seu caráter estrutural no qual converge um aumento exponencial da demanda com menos ofertantes e uma percepção internacional do esgotamento dos hidrocarbonetos, tal preponderância está inserida em um cenário no qual as potências mundiais como os Estados Unidos tem securitizado o acesso a esses recursos, especialmente o petróleo, até o ponto de convertê-lo em tema de segurança nacional (DE GRAAF, SOVACOOOL, et al, 2016; KLARE, 2004). Em meio a esse contexto os teatros de segurança das principais fontes de petróleo e gás natural, onde convergem as demandas dos EUA e de países emergentes, especialmente a China, tendem a tornarem-se mais complexos (DELGADO, 2016).

O petróleo é o recurso crítico para o abastecimento do complexo industrial-militar dos Estados Unidos, como demonstrou Spykman (1942), e, dada sua importância para a segurança energética deve ser abordado para além do *status* de simples mercadoria (FIORI, 2004, SPYKMAN, 1942, YERGIN, 1991). Por essa razão, o controle do mercado mundial de petróleo proporciona vantagem política, uma vez que o primeiro e mais importante aspecto na geopolítica dos recursos naturais passa pela assimetria na dotação desse recurso pelos Estados e o seu uso econômico nacional, o que faz com que haja competição e a busca por esse recurso em outros territórios (KLARE, 2004; NETO; SENHORAS, 2009, HASSAN, 2019: 7). Para compreender a situação atual na qual está inserida a disputa pelo controle político de Estados ricos em petróleo uma série de mudanças está relacionada à transformação na matriz energética do Sistema Interestatal Capitalista, ao realizar a interligação entre os países (YERGIN, 1991). Na literatura sobre o tema, o evento que corresponde a esse marco histórico é a conversão do petróleo por excelência no combustível da marinha mercante e de guerra britânicas (TORRES; URBINA, 1974: 322-323; YERGIN, 1991). O petróleo é, portanto, um recurso que carrega dentro de si as mudanças que ocorrem ao longo de mais de dois séculos, desde o início de sua exploração em meados do século XIX (YERGIN, 1991).

A primeira parte do capítulo tem como objetivo contextualizar a importância geoestratégica do petróleo e suas transformações ao longo do século XX. O petróleo será

inserido nas transformações que ocorrem ao longo das grandes guerras com foco para as dinâmicas de forças entre os principais *players*: as grandes potências e o capital transnacional. A segunda parte analisa a articulação entre o Estado americano e suas corporações na orientação da indústria petrolífera venezuelana, com profundos impactos sobre a formação de uma elite econômica em simbiose com os interesses americanos. Sob esse viés analítico, essa relação bilateral será inserida em um contexto socioeconômico com objetivo de relacionar as agendas de interesse dos dois Estados. O objetivo dessa seção é mapear qual é a dimensão do petróleo venezuelano para o abastecimento do Cartel das Sete Irmãs e quais foram os impactos da entrega de suas riquezas para expansão de poder e riqueza dos Estados Unidos. Por fim, analisaremos o impacto da ingerência política dos Estados Unidos na região através do petróleo e o movimento cíclico na garantia de sua agenda de interesses através da presença no território, gerando profundos impactos sobre a região e sobre o restante do globo.

O capítulo segue uma estrutura que progride inter-relacionando os principais *players* e os efeitos da projeção de suas agendas de política externa na arena internacional, gradualmente reduziremos nosso foco para as relações interamericanas, e, finalmente, para a relação entre os Estados Unidos e a Venezuela. Com isso, contextualizaremos primeiro a transformação do petróleo na principal matriz energética e o entrelaçamento dessa transição com os principais conflitos do Sistema Interestatal Capitalista; de modo a demonstrar a relação entre o Estado e a iniciativa privada e a inter-relação entre sua busca por poder e riqueza, para depois adentrar a influência do petróleo na relação bilateral. Ao concluir a leitura do capítulo será possível compreender de que maneira a parceria entre a iniciativa privada e o Estado americano repercute sobre as diretrizes de inserção da Venezuela na balança de poder regional e global. Comprovaremos a hipótese de que, ainda que a Venezuela já fosse um país importante por sua presença na região do Grande Caribe (capítulo 1), o petróleo atrai maior atenção do Estado americano para os acontecimentos nesse território, do qual depende para seguir na competição pelo poder global.

2.1 OS RECURSOS NATURAIS E O PETRÓLEO NA POLÍTICA INTERNACIONAL: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Iniciamos pontuando o aspecto basilar sobre o petróleo: a articulação política entre a iniciativa privada e o Estado, que se constitui como eixo estruturante deste mercado mundial (HELFMAN, 1950; MCBETH, 1983; YERGIN, 2010). Tão logo o petróleo começou a ser explorado demonstrou sua validade enquanto um investimento inicial que traria lucros

extraordinários e diante de tentativas, ainda que nem todas bem-sucedidas, provou-se mais eficiente que o carvão e demonstrou sua viabilidade de exploração em larga escala (YERGIN, 1991). O óleo extraído a partir do petróleo (óleo de rocha) seria altamente competitivo com os "coal-oils", que estavam ganhando mercado na década de 1850, porque prometia substituir a gordura animal para iluminação das futuras metrópoles e também era utilizado para asfaltá-las (D'ORAZIO, 2007; YERGIN, 1991):

Eles estavam convencidos de que poderiam iluminar as cidades e fazendas da América do Norte e Europa. Quase tão importante, eles poderiam usar esse óleo mineral para lubrificar as partes móveis da era mecânica nascente. E, como todos os empreendedores que foram persuadidos por seus próprios sonhos, eles foram ainda mais convencidos de que, fazendo tudo isso, eles ficariam realmente muito ricos. Muitos zombaram deles. No entanto, perseverantes, eles teriam sucesso em lançar as bases para uma era inteiramente nova na história da humanidade - a era do petróleo (YERGIN, 1991: 19-20, tradução nossa).

Tão logo no início dos anos 1860:

A produção de querosene para iluminação já estava sendo realizada por 34 empresas diferentes com um faturamento de US\$ 5 milhões/1983 e atingindo uma marca de 5 mil galões/dia nos mais de 75 poços perfurados. Além disso, muitas refinarias converteram suas atividades inicialmente focadas no óleo de carvão para o petróleo bruto e começaram a se alocar nas proximidades da Pensilvânia (BINSZTOCK; M.T.; MONIÉ, F. (Orgs.) et al, 2012).

Foi durante essa fase que a tecnologia avançou de maneira intensa, com a substituição do cavalo pelos oleodutos de madeira no transporte, o desenvolvimento de novos métodos de perfuração de solo e melhorias nas práticas de refino (PINTO Jr (Org.) et al, 2007).

O período de passagem do século XIX para o século XX teve duas características complementares: o surgimento dos trustes e o avanço intenso da tecnologia (YERGIN, 1991: 96), esse era o cenário do jovem mercado americano onde os produtores independentes viram-se prejudicados por um conjunto de práticas que feriam a livre-competição a nível interno (HELFMAN, 1950). Esses procuraram o governo para restaurar a competição, controlar os abusos e domar o poder econômico e político dos trustes: "aqueles enormes e temíveis dragões que vagavam tão livremente pelo país [...], o mais feroz e mais temido de todos os dragões era a *Standard Oil* (YERGIN, 1991: 97).

A *Standard* foi um dos maiores edificadores na história da nação americana (YERGIN, 1991: 96), esse truste obteve sucesso associando novas técnicas de refino e transporte aos ganhos de escala e à integração vertical; o magnata J. D. Rockefeller entendeu muito antes que outros empresários que sua companhia deveria operar em todos os segmentos e em níveis muito maiores que seus concorrentes, o que possibilitou à empresa uma alta redução do seu custo médio (PINTO Jr et al, 2007). Além disso, ao operar em dezoito segmentos distintos

também tinha acesso a subsídios cruzados, o que reduziu em grande parte os seus custos, por conseguinte, aumentou a margem da operação (PINTO Jr et al, 2007). O resultado disso foi que a *Standard Oil* não encontrava concorrente²¹, o que possibilitou a compra dessas empresas, principalmente em meio ao cenário de depressão econômica ao final do século XIX (PINTO Jr et al, 2007; YERGIN, 1991). Sobretudo, aliou-se a proeminentes figuras da burocracia estatal com as quais obtinham grandes vantagens em comparação aos empresários independentes²² (HELFMAN, 1950; PINTO Jr. et al, 2007; YERGIN, 1991;), isso pode ser observado no curso de eventos históricos como a guerra do petróleo, de 1872 (HELFMAN, 1950). O poder da *Standard* configurou-se como um dragão que ameaçava a vida plena da livre-competição (HELFMAN, 1950). Nessa situação alguns políticos viram no ataque e no distanciamento da *Standard* uma forma de capitalização de seus interesses políticos, esse foi o caso de Theodore Roosevelt e William H. Taft (YERGIN, 1991).

Em meio a um processo judicial na Corte, a *Standard* foi sentenciada à dissolução. A decisão baseou-se na consideração de que o truste adotava práticas que constrangiam os demais empresários (YERGIN, 1991: 109)²³. A *Standard Oil* se dividiu em várias entidades separadas e esteve longe de perder sua influência. Como aponta Yergin (1991: 110): logo as partes valeriam muito mais que o todo. O truste da *Standard* tornou-se parte do Cartel das Sete Irmãs e em conjunto com o consórcio da Shell tornam-se o grupo mais poderoso no mercado internacional de energia.

O período posterior à dissolução da *Standard Oil* é, assim como o final do século XIX, marcado por diversas inovações tecnológicas e pelo início da alta demanda por gasolina, em

²¹Cabe mencionar que outro fator importante foi a inteligência política da *Standard Oil*, que utilizou todos os recursos necessários para obter influência e dominar o mercado de petróleo, simultaneamente, dentro e fora dos EUA. Quando se iniciou a batalha dentro do mercado nacional de outros empresários que consideraram que a *Standard* prejudicava a livre-competição, Rockefeller reuniu todos os recursos necessários para a batalha em curso. A *Standard* contratou os mais talentosos advogados, além de também ter compreendido a importância de influenciar o processo político. Dessa forma, aperfeiçoando a arte da contribuição política oportuna, combinando capital e influência dentro do partido republicano e nas notícias da época, usando uma agência de publicidade que, através do espaço publicitário de jornais, também plantou artigos de notícias amigáveis à *Standard Oil*. Ele criou ou assumiu o que foi chamado de “tigres cegos” — empresas que pareciam distribuidores totalmente independentes, o que não correspondia à realidade. Em 1901, por exemplo, uma empresa chamada *Republic Oil* foi criada para comercializar em Missouri. Seus anúncios traziam manchetes como “No Trusts” e “No Monopoly” e “*Absolutely Independent*”. Mas era, secretamente, relatada para a 75 *New Street* em Nova York, que por acaso era a porta dos fundos da 26 *Broadway* — a matriz da *Standard Oil* (YERGIN, 1991: 97-108).

²²A era da livre competição encerra-se diante do início dos monopólios, nesse sentido, as vantagens obtidas pela *Standard* sobre o refino do óleo, somadas à capitulação da ferrovia oriental e as discriminações secretas em taxas de frete, descontos e remetimento dos valores deu à *South Improvement Company* uma mortal vantagem competitiva, ninguém poderia escapar dos tentáculos do Monopólio da *Standard*. Para mais detalhes sobre a *South Improvement Company*. Cf. Helfman, 1950.

²³Para isso foi utilizada a doutrina da “*Law of Reason*” de modo a interpretar a Lei Sherman Antitruste, em 1911 (YERGIN, 1991: 109).

1910 ultrapassou a querosene e pela primeira vez a demanda foi galopando à frente (YERGIN, 1991: 112). “A Era da Gasolina estava próxima, mas a escassez do combustível em desenvolvimento foi uma grande ameaça para a indústria automobilística nascente” (YERGIN, 1991: 112, tradução nossa). À medida que o petróleo ganhava mercados na Europa e na América devido à sua eficiência enquanto combustível também se tornou assunto de primeira ordem no que concerne à segurança nacional. Sobretudo, refletia os interesses em um cenário de **ganhos mútuos** entre Estado e iniciativa privada (D’ORAZIO, 2007; YERGIN, 1991). Nesse sentido, grandes empresários que investiam na compra de concessões foram apoiados pelo Estado, que, para além de investir economicamente, comprou o custo político implicado nesta operação²⁴ (YERGIN, 1991).

Com a consolidação de uma indústria forte nos Estados Unidos há um duplo movimento que se insere na competição intercapitalista que é, simultaneamente, de competição e cooperação, essa é a característica que define o Cartel das Sete Irmãs, que surge com a adoção de medidas oligopolistas pelos trustes (D’ORAZIO, 2007). Em 1928 foi estabelecido o marco legal que contribuiu para o desenvolvimento estável da indústria mundial de petróleo (PENROSE, 1968; PINTO Jr. et al, 2007; YERGIN, 1991). Ao observar sua dinâmica de expansão nos deparamos com uma situação onde apesar da competição pela expansão de seus lucros e pelo domínio de mercados *offshore* os consórcios internacionais entram em acordo ao articularem-se enquanto grupo, assim, será possível pressionar os governos com o apoio de seus Estados matriz (DARWICH, 2014; SALAS, 2005), os consórcios *Shell e Standard* organizaram-se juntos para obterem vantagens econômicas através da articulação política (MATA, 1975; MOMMER, 1983). Por exemplo, com a entrada da *Standard Oil* em um mercado que era monopolizado pela Shell, na década de 1920, na Venezuela, há um movimento de competição e a compra de concessões inglesas (D’ORAZIO, 2007). Contudo, a Inglaterra não perde sua fatia considerável do mercado de hidrocarbonetos venezuelano - até a nacionalização do petróleo (TRUJILLO, 1968). Esse se configurou como um casamento estratégico entre as firmas no que diz respeito à busca por vantagens econômicas nas repúblicas *offshore*.

Diante do que foi pontuado até aqui, das características que fazem que o petróleo seja uma commodity diferenciada iniciaremos sua contextualização no debate acerca da relação entre esse e a guerra. É a Primeira Guerra Mundial o evento que impulsiona a indústria de

²⁴Um dos grandes expoentes disso foi a Grã-Bretanha e a empresa Anglo-Persa quando da compra de concessões nos campos de Baku. Para ler com profundidade sobre esse e outros casos. Cf. Yergin, 1991.

petróleo a avanços que só seriam possíveis (no tempo em que ocorreram) a partir da necessidade e da característica desse recurso enquanto crítico para a sobrevivência dos Estados. A humanidade assistiu ao progresso e crescimento assombroso de uma nova indústria, que revoluciona o combate nos campos terrestre, marítimo e aéreo. Por essa razão, nos deteremos a seguir na evolução do petróleo em meio ao combate, elucidando de quais formas foi utilizado pelos Estados, demonstrando que a guerra retroalimenta o desenvolvimento e o avanço tecnológico das grandes potências industriais.

2.1.1 Qualificando o Debate Histórico sobre o Petróleo na Guerra

Novamente, a parceria entre o Estado e a Iniciativa Privada é uma característica estruturante do petróleo no Sistema Interestatal. Esse recurso adquire uma matriz diferenciada de outras *commodities* devido à sua importância como recurso estratégico nacional (YERGIN, 1991). A importância do petróleo em sua totalidade passa a ser plenamente compreendida ao final do século XIX, quando demonstra sua eficiência enquanto combustível comparado ao carvão, está inserido no contexto de corrida naval entre as grandes potências europeias, sendo as principais a Inglaterra e a Alemanha (YERGIN, 1991).

Na Inglaterra a dupla John Fisher, Chefe da Marinha Real Britânica, e Marcus Samuel, acionista majoritário da Shell foram responsáveis por “empurrar a Marinha Real ‘sobre o precipício’ do petróleo, e tão rapidamente quanto podia [...] o almirante conspirou com Marcus Samuel da Shell.” (YERGIN, 1991: 154). A eficiência desse recurso faz com que Fisher reúna-se com empresários no Oriente Médio e inicie a parceria que posteriormente tornar-se-ia a companhia Anglo-Persa de Petróleo (YERGIN, 1991). Fisher foi o responsável pelo financiamento e suporte político para desenvolver as minas nos campos da Pérsia e do Mianmar, impulsionado pelo sucesso desse empreendimento, realizado por D’arcy. Seu principal objetivo era o de trazer a Marinha Real para a era industrial e prepará-la para quando a guerra eclodisse (YERGIN, 1991). O almirante articulou politicamente a proximidade de Winston Churchill dos círculos empresariais, notadamente aproximando-o de Samuel. Com isso, levou Churchill a compreender a importância e apoiar as mudanças sugeridas por ele em parceria com a Royal Dutch/Shell na marinha inglesa (YERGIN, 1991).

Na virada entre o século XIX e XX outro rival se apresentava no horizonte, a Alemanha, Fisher alertava sobre os exercícios e os testes da navegação com o petróleo realizados por ela (YERGIN, 1991). Para essas potências, de forma crescente o petróleo provou ser um recurso estratégico do ponto de vista comercial e militar, sobre a acumulação

de poder e riqueza, e a disputa pelo poder global. Antes mesmo da eclosão da Primeira Guerra a vitória da Inglaterra sobre a Alemanha devido à superioridade de sua frota naval bloqueou o acesso da Alemanha aos centros comerciais do mundo, em 1914 (YERGIN, 1991: 172-173). A vitória ocorreu novamente em 1916, provando que Churchill e Fisher estavam certos ao converter a Marinha Real ao petróleo, pois isso deu à frota britânica uma vantagem - maior alcance, maior velocidade e mais rápido reabastecimento (YERGIN, 1991: 173).

A Primeira Guerra Mundial provou a centralidade do petróleo, o óleo e o motor de combustão interna mudaram todas as dimensões da guerra, até mesmo o próprio significado de mobilidade terrestre, marítima e aérea, com o advento dos tanques de guerra. Nas décadas anteriores, a guerra terrestre dependia de sistemas ferroviários inflexíveis que podiam transportar tropas e suprimentos a uma estação ferroviária, como ocorrera na Guerra Franco-Prussiana de 1870-71. A partir de da linha férrea em diante, o movimento das tropas foi circunscrito pela capacidade de resistência e por capacidades musculares; quanto poderia ser carregado, quão longe e quão rápido, tudo isso mudaria com a introdução do motor de combustão interna, o avanço tecnológico das máquinas de guerra teve como combustível o óleo (YERGIN, 1991).

A guerra aumentava o ritmo da inovação constantemente, o motor de combustão interna teve um impacto ainda mais dramático em uma nova arena de guerra: o ar (YERGIN, 1991). Os aviões passaram a ser utilizados militarmente nas primeiras décadas do século XX, pela Itália e após o início da Primeira Guerra passou de um esporte para um complemento vital para as operações navais e militares e, possivelmente, até mesmo um veículo para uso comum quando a guerra terminasse (YERGIN, 1991). O avanço na tecnologia aérea exigiu a rápida construção de uma infraestrutura industrial; e a indústria automobilística nascente forneceu a maior parte da base, especialmente com os motores (YERGIN, 1991). Metralhadoras foram instaladas em aviões de patrulha, e novos mecanismos foram desenvolvidos para sincronizar seus disparos com a rotação das hélices (YERGIN, 1991). Em 1916, os aviões estavam voando em formação e táticas de combate aéreo foram desenvolvidas, assim nasceu o avião de combate (YERGIN, 1991). O bombardeio tático, em conjunto com combate de infantaria, foi introduzido e utilizado na guerra. Além disso, houve o uso de zeplins combinados com bombardeiros como foi feito pela Alemanha contra a insularidade da Grã-Bretanha, ao que a última respondeu com ataques aéreos (YERGIN, 1991). Ainda, houve a inovação bélica de explosivos como a TNT.

Já na primeira guerra observamos a militarização do acesso a refinarias e depósitos de petróleo, isso ocorreu no campo de Basra, onde as autoridades locais eram aliadas aos interesses do governo britânico, incluindo o Emir do Kuwait. Os campos da Pérsia que atualmente correspondem ao território iraquiano e o Golfo Pérsico despontavam como áreas de interesse ricas em petróleo onde a parceria entre Estado e iniciativa privada articulava-se para explorar esses territórios. Nesse sentido a militarização com o objetivo de conquistar territórios ou protegê-los dado seu potencial petrolífero tornou-se parte da estratégia das potências (KLARE, 2004; YERGIN, 1991).

O petróleo passa a fazer parte de planos nacionais porque o abastecimento é uma premissa para a segurança energética, que, em um primeiro momento estava relacionada à máquina de guerra, mas, como já mencionado, a existência mesma de uma corrida tecnológica está relacionada ao desenvolvimento de uma nova indústria petrolífera. Esse processo é apontado por diversos autores como parte da constituição do complexo-industrial militar de um Estado. A escassez de petróleo em meio a Primeira Guerra faz com que os Estados Unidos adquiram centralidade enquanto potência petrolífera, na figura da *Standard Oil*. Nesse sentido, houve uma comunicação por parte do Estado inglês sobre o perigo da escassez de petróleo, diante da qual solicitavam o abastecimento americano. Ambas as autoridades e diplomatas desses países, de Clemenceau a Churchill, pediram que o Presidente Woodrow Wilson viesse a seu resgate (YERGIN, 1991). Pela própria natureza de seu domínio do comércio internacional de petróleo a *Standard Oil* de Nova Jérsei e a Royal Dutch / Shell mantinham o sistema em funcionamento, embora fosse discutido continuamente sobre quem estava fazendo a maior contribuição. Esse sistema conjunto - com a introdução de comboios como um antídoto para os submarinos alemães - resolveu os problemas de abastecimento de petróleo dos Aliados para o resto da guerra. O petróleo americano se tornou um elemento essencial na condução da guerra, em 1914 os Estados Unidos produziram 266 milhões de barris, 65% da produção mundial total, três anos depois a produção havia aumentado para 335 milhões de barris, 67% da produção mundial, essas exportações correspondiam a um quarto da produção total dos EUA, com a maior parte indo para a Europa. Com o fechamento do petróleo russo em meio à situação política conturbada, a Europa dependia do petróleo americano, que corresponderia a 80% do petróleo utilizado pelos Aliados (YERGIN, 1991).

A entrada da América na guerra complicou muito o panorama do petróleo americano, era necessário haver suprimentos adequados para muitos propósitos militares americanos, para as forças dos Aliados, para as indústrias de guerra americanas e também para uso civil, diante

desse problema de abastecimento, distribuição e alocação foi criada em 1917 a Administração de Combustíveis (YERGIN, 1991). Em síntese, todos os estados beligerantes enfrentaram um desafio paralelo — converter uma economia industrial para as demandas de uma economia de guerra (YERGIN, 1991). Em cada país, as necessidades de mobilização expandiram o papel do Estado na economia e forjaram novas alianças entre governo e empresas privadas. Os Estados Unidos e a indústria petrolífera americana não foram uma exceção. Além da guerra, nos Estados Unidos a demanda por petróleo seguiu superando a oferta, não só por causa da guerra, mas em razão do aumento do uso de automóveis, que dobrou entre 1916-1918 (YERGIN, 1991). Por essa razão, a escassez de petróleo passou a assombrar esse Estado e preocupar seus aliados, o que poderia ameaçar o esforço de guerra na Europa e também restringir as atividades essenciais nos Estados Unidos (YERGIN, 1991). A Primeira Guerra deixou bastante claro que o petróleo se tornara um elemento essencial na estratégia das nações; os políticos e burocratas, embora dificilmente estivessem ausentes antes, agora colocar-se-iam no centro da disputa pelo óleo, atraídos para a competição devido a uma percepção comum: o mundo do pós-guerra exigiria quantidades cada vez maiores de petróleo para a prosperidade econômica e o poder nacional (YERGIN, 1991).

Se a parceria entre o Estado e a iniciativa privada é o primeiro eixo estruturante do petróleo no Sistema Interestatal, o petróleo também refletiria a distribuição de poder nesse Sistema e provou-se basilar para o sucesso dos Estados Unidos enquanto superpotência, *status* que adquire após a Segunda Guerra Mundial, com a instituição de empréstimos às nações aliadas no esforço de guerra (YERGIN, 1991). À medida que o petróleo vai ganhando centralidade para a sustentação do complexo-industrial militar americano o governo manteve maior controle sobre essa indústria, assegurando seu financiamento através do *New Deal* e a administração concerne à defesa nacional, com a escolha de secretários para ocupar cargos referentes a essa matéria (YERGIN, 1991). A organização da produção e do consumo de petróleo nos Estados Unidos era apenas parte de um sistema mais amplo, melhorado e administrado em conjunto pelos EUA e a Grã-Bretanha (JURBERG, 2016; YERGIN, 1991). Os americanos e britânicos administraram este sistema por meio de uma série de procedimentos formais e arranjos informais, partindo do princípio de que, em cada teatro de guerra, um ou outro teria total responsabilidade pelo abastecimento das tropas e forças aéreas de ambos os países (YERGIN, 1991).

Durante a Segunda Guerra Mundial avançaram as tecnologias para escoamento e uso do petróleo, com a construção de maiores e mais extensos oleodutos nos Estados Unidos, o

maior deles, com aproximadamente 2373 quilômetros de comprimento; pelo final de 1944, com *Big Inch* e *Little Inch* concluídas e em operação, oleodutos transportavam 42% de todo o petróleo no país, e um sistema de duto portátil estreito completo com bombas, desenvolvido pela Shell (YERGIN, 1991). Se na Primeira Guerra o petróleo havia inaugurado uma nova era para a guerra, foi a Segunda Guerra, conhecida pela importância da mobilidade, uma combinação de inovação técnica, inteligência, organização, novas táticas — e persistência. Os suprimentos e equipamentos utilizados tinham em sua composição derivados de petróleo. Por essas razões foi esse conflito que garantiu um fluxo abundante de petróleo da América para Grã-Bretanha e depois para a Europa e a União Soviética (YERGIN, 1991).

A combinação entre a diplomacia e as armas constitui a prática da política internacional, arena na qual as potências realizaram articulações com objetivo de garantir o abastecimento energético de seus países (CARRERAS, 1987; FENTON, 1928; YERGIN, 1991; YSEA, 2013). Ao analisar o petróleo nas repúblicas latino-americanas veremos que esse movimento passa pela coerção e negociação em um esforço combinado entre o Estado e a iniciativa privada (durante o capítulo falaremos mais sobre as formas variadas pelas quais se realizam), aqui se insere o desenvolvimento da indústria de petróleo venezuelana, altamente dependente, como demonstraremos através das pesquisas de outros autores e outras autoras. Essa é uma indústria caracterizada pela qualidade do maquinário trazido por grandes capitais anglo-saxões, e a presença de funcionários com capital intelectual que emigram de seus países para trabalhar nos países produtores, a mão-de-obra nacional é utilizada em diminutas quantidades e em funções que não empregam elevada capacitação (TRUJILLO, 1968).

Por tudo que até aqui foi exposto a disputa pelo petróleo *offshore* é nuclear para a sustentação de uma indústria mundial de petróleo. As Grandes Guerras deram início a uma longa história de ingerência em territórios ricos em depósitos de petróleo. Reiteramos que o abastecimento de petróleo das potências industriais precisa possuir uma capacidade excedente do ponto de vista da segurança energética, os países devem assegurar a extração de uma quantidade superior à sua necessidade, para si e para outros países com quem comercializa (SPYKMAN, 1942). Esse é o caso da relação bilateral entre os Estados Unidos e a Venezuela, território que sofre as consequências políticas e econômicas da alienação de sua principal riqueza.

2.2 O PETRÓLEO NA VENEZUELA

Durante todo o século XIX, quase ninguém concebeu (só Bolívar poderia fazê-lo) as redes com as quais os Estados Unidos estavam montando seu jogo de xadrez de domínio

global, ao final do século XIX, a América do Norte começa a descobrir que sua enorme produção precisa procurar outros mercados que não podiam simplesmente ser encontrados com tratados ou através de meros acordos diplomáticos (ROZ, 2009). De acordo com a nova doutrina que estava sendo debatida na Casa Branca, não havia tempo a perder, e era urgente projetar um método rápido para "resolver" potenciais conflitos regionais (ROZ, 2009). O petróleo condicionou a lógica institucional, econômica e política da Venezuela. O modelo de desenvolvimento socioeconômico esteve atrelado ao interesse das elites econômicas domésticas e internacionais. A articulação entre esses grupos e o Estado venezuelano influenciou as decisões quanto aos marcos regulatórios referentes à exploração do petróleo e gás natural no território nacional (MCBETH, 1983; YERGIN, 1991; DELGADO, 2016).

Em dados recentes, o país manteve sua importância. No ano de 2019, a Venezuela correspondia a 17.5% das reservas globais de petróleo, seguida pela Arábia Saudita, com 17.2%, fazendo dela a maior reserva de hidrocarbonetos no globo; quinto maior exportador mundial, contando com as maiores reservas de petróleo convencional (leve e pesado) no hemisfério ocidental e as **maiores** reservas de petróleo extra-pesado no mundo (PETROLEUM, 2020; DELGADO, 2016; DELGADO; STIER; FEBRARO; MARQUES, 2017: 4; HASSAN, 2019: 8, tradução nossa). Além disso, é um dos principais exportadores de petróleo, membro fundador da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), e um dos produtores do denominado crescente menor com maior potencial de exportação no futuro (ISBELL, 2008). Devemos inserir esse fato no contexto de sua geografia relativa que se encontra em posição estratégica para abastecer a demanda energética americana, o que é uma enorme vantagem logística e também atua garantindo acesso seguro porque pode aliviar as tensões que essa potência mantém com as zonas de alta produção e que, em simultâneo, estão em situação de instabilidade política como o Oriente Médio (EBEL, 2004; KERN, 2006; DELGADO, 2016). Também, a relevância da produção venezuelana não se deu apenas pela disponibilidade de volumes substanciais de petróleo, mas também pela qualidade de alguns deles. dois casos emblemáticos a esse respeito são: o do óleo produzido no campo de Jusepín no estado de Monagas e no TJ-102 do Lago de Maracaibo²⁵ (MOMMER, 1983).

A Venezuela tem dois aspectos que conclamaram os EUA a olhar para esse país com maior atenção. O espaço ocupado em relação à região onde está localizada e sua importância devido às enormes reservas de petróleo (como apontamos previamente) (BOERSNER, 2011;

²⁵O primeiro deles foi submetido ao processo de refino e produziu uma porcentagem excepcionalmente alta de nada menos do que a gasolina de aviação (MOMMER, 1983). O segundo era um produto bruto conhecido por seu baixo vazamento (baixo ponto de fluidez) (MOMMER, 1983).

KELLY; ROMERO, 2002; PEDROSO, 2018; SALAS, 2001). Desde essa perspectiva, a dominação desse país é importante para a segurança energética, para o desenvolvimento da economia, para a disputa pelo poder mundial e para a obtenção de lucros extraordinários. Se não houvesse o descobrimento do petróleo há a possibilidade de que os Estados Unidos não se aproximassem da Venezuela com a intensidade que o fizeram, a **especificidade** dessa relação está dada pelo interesse histórico dos EUA de asseguraram uma fonte segura para o fornecimento de petróleo (KELLY; ROMERO, 2002). Por uma série de motivos que serão expostos ao longo do capítulo esse recurso energético alicerçou a relação bilateral de maneiras que se estendem além da mera exportação de hidrocarbonetos. Nesse sentido, devemos ter uma leitura da ingerência estadunidense em duas escalas: a primeira, regional e permanente, com vinculação direta à formação do estado americano e a Doutrina Monroe, e, em outra escala, o petróleo, que adquire relevância a partir de 1912 (AGUERO, 2012; MOMMER, 1983), ambas conformam a agenda de política externa americana na Venezuela, tendo repercutido em ambos os Estados ao nível interno e externo.

A primeira empresa de exploração de hidrocarbonetos na Venezuela era, assim como em outros territórios, nacional. A *Petrolia Del Tachira* data do século XIX e operava para iluminação de cidades próximas e para a subsistência do mercado interno, essa empresa tornou-se patrimônio no ideário de apropriação nacional das riquezas do subsolo e parte do argumento simbólico e identitário que futuramente criaria a C.V.P. (D'ORAZIO, 2007). Serão só algumas décadas mais tarde que uma equipe de geólogos e cientistas da equipe de Ralph Arnold pesquisará como estão distribuídos os depósitos de petróleo ao longo do território da Venezuela; algumas décadas mais tarde a Shell confirma a viabilidade da extração de petróleo em larga escala com a "explosão" dos poços Zumaque I e Los Barrosos II, a promessa de lucros extraordinários e o sucesso do empreendimento atraíram a *Standard Oil*, que chegou à Venezuela em 1921 (D'ORAZIO, 2007; YSEA, 2013).

A Venezuela inicia o século XX com um cenário político instável, uma dívida externa robusta e uma soma de conflitos civis. O cenário era de um país fragmentado composto por múltiplas economias²⁶, o chefe do executivo nesse então era Cipriano Castro, que governou no período de 1900-1908. A filial da *General Asphalt Co.* de Londres, a *The New York Bermúdez*

²⁶Segundo os analistas políticos e econômicos consultados essa situação de instabilidade política é uma constante no país porque não há uma coincidência de interesses sobre quais rumos seguirá a economia do país, ao longo do capítulo entraremos em mais detalhes sobre essa condição estruturante e permanente. Um dos grandes exemplos é a Revolução Libertadora, financiada pela banca internacional em participação com agentes nacionais, nesse caso o banqueiro General Manuel Antonio Matos, voltada para a mudança de regime (MORENO, 1968).

Company (NY&BC), se viu em uma posição prejudicada pelas políticas de cunho nacionalista adotadas por Castro (SEVERO, 2009) e nesse cenário, no ano de 1901, o asfalto venezuelano foi o pretexto não declarado formalmente para a NY&BC participar como financiadora do movimento de derrubada do presidente Castro, aliada às grandes potências, a banca internacional e parte da oligarquia venezuelana na Revolução Libertadora (AGUERO, 2012; MORENO, 1968). O embaixador americano Herbert Wolcott Bowen recomendou o imediato envio de uma frota norte-americana ao porto de La Guaira até que cessassem os ataques de Castro às corporações estrangeiras estabelecidas na Venezuela; além disso, agentes do Estado americano agiram de forma a promover o Vice-Presidente Juan Vicente Gómez ao cargo de presidente (SEVERO, 2009). Após a viagem de Castro à Alemanha, Gómez pede aos EUA que enviem um barco de guerra para custodiar La Guaira e articulou o bloqueio do retorno de Castro através do controle da entrada das colônias americanas e europeias (LIEUWEN, 2016 apud ALARCÓN, 1972: 94-95; D’ORAZIO, 2007; HIRSCH, 1995; LIEUWEN, 2016; MORENO, 1968: 112-115; OLIVEIRA, 2011: 37; SEVERO, 2009: 23-27). Nesse contexto político de portas abertas para o capitalismo internacional, Gómez tornou-se a figura que permitiu que grande parte da riqueza em hidrocarbonetos da nação venezuelana fosse para os cofres das companhias, notadamente americanas (AZEREDO, 2003). “No contexto da questionável abertura, cabiam ao erário 11% dos lucros totais, mais taxas e as despesas de operação”; provando-se, de fato, como aliado das companhias estrangeiras (AZEREDO, 2003: 128). A legislação de 1909 as colocou em uma posição de empreendedoras, o que possibilitou um salto nessa atividade no país; o Estado venezuelano concordava que a iniciativa privada possuísse total liberdade, implicando na garantia de que os impostos não variariam e que a concessão pudesse ser renovada próxima de seu período de vencimento²⁷²⁸; isso beneficiou as companhias que pagavam mais impostos nos EUA que na própria Venezuela (MOMMER, 1983). Além disso, qualquer dúvida ou conflito que pudesse surgir relacionado às concessões poderia ser esclarecido somente diante da corte venezuelana (MOMMER, 1983). Desde então,

²⁷Ao invés de exercer uma maior fiscalização para que as companhias não explorassem a terra até o ponto de esgotamento o Estado preferiu dar a possibilidade para que as concessões fossem renovadas: “[...] también el que las concesiones puedan renovarse, a fin de que el dueño de éstas, apremiado por el vencimiento del lapso señalado em el contrato, no pretenda destruir o malgastar los recursos minerales allí existentes, para sacar de la mina el mayor producto em el menor tiempo posible”. Isso denota uma postura subalterna por parte do Estado.

²⁸O Estado venezuelano coloca-se em uma posição de submissão em relação ao capital estrangeiro e não negocia de forma a absorver a tecnologia utilizada para exploração a fim de criar uma indústria nacional de petróleo, ao invés disso coloca a terra à disposição desses capitais, assumindo uma posição como intermediário e facilitador de um processo que alienou as riquezas do subsolo (MOMMER, 1983).

não faltaram tentativas por parte dos latifundiários de apropriar-se das minas²⁹ (MOMMER, 1983). Para o país, a principal vantagem foi o pagamento de impostos por parte das companhias estrangeiras e a construção de vias de comunicação impulsionada pelo comércio de importações (TRUJILLO, 1968). A população, por sua vez, foi beneficiada pela implementação de uma política de bem-estar social e pela isenção de impostos (AGUERO, 2012; KELLY e ROMERO, 2005). Ao final de 1909, Gómez restabeleceu os direitos concessionários a NY&BC, suspensos pelo governo anterior devido a sua participação na Revolução Libertadora (AGUERO, 2012). Em seu governo também foi outorgada à empresa britânica *The Venezuelan Development Co.* a concessão mais relevante documentada na história do país: 27 milhões de hectares; que foi cancelada e posteriormente passa para Max Valladares e, finalmente, para a *Royal Dutch Shell*, em 1912, através da *Caribbean Petroleum Co.*, subsidiária da *General Asphalt* (AGUERO, 2012; MOMMER, 1983; TRUJILLO, 1968).

A primeira perfuração bem-sucedida data de 1912, mesmo ano no qual, pela primeira vez, alguma importância também foi dada ao petróleo nas Memórias do Ministério do Desenvolvimento; apesar desse evento, foi só após a Primeira Guerra Mundial que o petróleo assumiu um espaço relevante no Sistema Interestatal³⁰ (MOMMER, 1983; YERGIN, 1991). E em 1913 foi descoberto o primeiro campo de petróleo na Venezuela, Guanoco, nos anos seguintes a Shell seria a responsável pelo descobrimento do primeiro campo venezuelano de importância mundial: *Mene Grande* (AGUERO, 2012).

Em conformidade com um conjunto de disfarces legalistas, Gómez foi eleito para governar no período de 1915—1922: ratificação de uma realidade social aceita por alguns e combatida por outros (MORENO, 1968; SEVERO, 2009). O quarto de século seguinte traria ordem e prosperidade econômica à Venezuela enquanto os Estados Unidos ascenderiam à posição de potência mundial. A nova riqueza e prosperidade venezuelanas foram impulsionadas pela indústria petrolífera controlada por consórcios estrangeiros consolidaram os fundamentos para o surgimento de um novo nacionalismo populista. Isso criou, ao mesmo tempo, novas áreas de interesse comum entre ambos os países e uma relação de interdependência (EWELL, 1996).

²⁹ Assim conseguiu introduzir um artigo, justamente na Lei de 1909, que obrigava o descobridor de uma mina em um território privado a entregar 1/3 do lucro que poderia ser obtido na sua exploração para o proprietário da terra como receita. Segundo o ex-ministro de desenvolvimento Gumersindo Torres tal preceito constitui uma restrição manifesta porque o dono da terra não contribuiu com aportes materiais ou imateriais para então participar dos lucros. Alguns anos depois, a pedido do Governo, o respectivo artigo foi declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal de Justiça (então Tribunal Federal e Cassação) (MOMMER, 1983).

³⁰ Este conflito mundial ajudou a esclarecer a extraordinária importância do petróleo na guerra e na indústria moderna e, desta forma, a intensificar o interesse do capital internacional pela Venezuela (MOMMER, 1983).

O petróleo deu início ao processo de integração de múltiplas economias fragmentadas, por meio de uma inter-relação de áreas direta ou indiretamente unidas ao negócio petrolífero ou à renda distribuída centralmente (AGUERO, 2012). O êxodo rural, a associação ao petróleo, o salário petrolífero e a atividade econômica produtiva ou de serviços impulsionada pelos hidrocarbonetos³¹ colocaram em evidência os primeiros sintomas do “enclave petrolífero” configurado por um renovado nexos com o capitalismo internacional (AGUERO, 2012). Os rendimentos do negócio do petróleo se configuraram nos marcos de uma renda internacional das terras obtida graças à propriedade estatal dos campos petrolíferos (AGUERO, 2012). A renda, portanto, tem um caráter histórico nas mãos do governo, cobrada no início pela concessão do direito de fazer explorações e explorações; a receita do petróleo permite então ao Estado ter dólares à sua disposição e estabelecer a manutenção de uma taxa de câmbio de preço muito baixo para o dólar, possibilitando a importação de bens de toda espécie (AGUERO, 2012; GRISANTI, 2017; MOMMER, 1983). Com a transformação do petróleo no fator dinâmico da economia houve o abandono da agricultura e da pecuária; com isso, o país perdeu sua capacidade de produzir bens básicos para a população e tornou-se um país monoprodutor (TRUJILLO, 1968; SEVERO, 2009). A indústria petrolífera estabeleceu-se na Venezuela fazendo eco ao modelo de inserção dependente em que toda a tecnologia pertencia ao capital transnacional e todo maquinário era importado, portanto a agudização da economia resultante da instalação de uma indústria alienada da economia venezuelana tem em sua raiz um processo de heterogeneidade estrutural (MCBETH, 1983). O primeiro período da história do petróleo venezuelano foi caracterizado pela presença em território nacional de empresas que estabeleceram suas refinarias *offshore*, concentradas nos depósitos da região do Golfo da Venezuela; essa implantação foi baseada em concessões territoriais onde o petróleo rendia sem onerar os proprietários (AGUERO, 2012).

A localização geográfica da Venezuela, do outro lado do Caribe e no sopé da Flórida, próxima às rotas de abastecimento do Golfo do México e dos portos do Atlântico Leste, sempre possibilitou viagens fáceis de e para os Estados Unidos. Além disso, a exploração e exploração das concessões no Lago Maracaibo atraíram um grupo de americanos para

³¹Neste contexto, surge um novo problema econômico e social quando ocorrem migrações massivas para as zonas petrolíferas, oriundas da população produtiva rural, transferindo mão-de-obra não qualificada para as zonas costeiras, cujas cidades foram enriquecidas pelo produto da concentração dos benefícios derivados do investimento e gasto de divisas gerado pela exploração do petróleo, onde a mão-de-obra não qualificada era necessária para diversas atividades burocráticas e serviços privados, além de ter essas cidades com melhorias sanitárias e viárias, o que atraiu aos empobrecidos setores rurais (AGUERO, 2012).

trabalhar nos postos mais altos das companhias estrangeiras de petróleo. A outra face desse processo é que grupos venezuelanos também se tornaram parte do sistema, apesar de ficarem irritados com a existência da contradição: enxergavam-se como parte do grupo das “colônias” não integradas de potências petrolíferas estrangeiras (KELLY; ROMERO, 2005). O capital internacional vinculou-se ao regime gomecista devido à coincidência de mútuos interesses devido aos quais as potências estrangeiras deram amplo respaldo ao governo; em contrapartida essas foram favorecidas com políticas generosas que as permitiram extrair o petróleo com vantagens legais e econômicas (AGUERO, 2012).

O desenvolvimento da indústria do petróleo no país compreendeu tardiamente a importância das riquezas presentes no subsolo do país, por essa razão a busca por investimentos estrangeiros passou por cima do entendimento da importância econômica e estratégica desse recurso para o país³² (MCBETH, 1983). Muitos dos funcionários que trabalhavam na indústria eram venezuelanos que começaram a aprender o negócio e se tornaram parte das corporações, mais do que isso, os venezuelanos aproximaram-se dos valores e da cultura estadunidense e aprenderam o gosto pela cultura americana: do beisebol à educação universitária a Venezuela se tornou talvez o mais "americano" dos países sul-americanos (KELLY; ROMERO, 2005). Nesse sentido, foi exportado pelas elites econômicas americanas um imaginário que foi absorvido pelas elites econômicas venezuelanas³³ (KELLY; ROMERO, 2005; SALAS, 2003).

A presença forte dos Estados Unidos através da indústria de petróleo influenciou a cultura do consumo e as identidades de classe entre a classe média e as elites venezuelanas (STRONEN, 2017: 30), isso gerou uma deformação na economia porque seu desenvolvimento esteve condicionado às demandas por bens e serviços que seriam consumidos por uma diminuta parcela da população, os quais não eram fabricados na Venezuela (FURTADO, 1974; SEVERO, 2009). A constituição da sociedade e do Estado venezuelanos está interligada por

³²De modo a atrair investimento estrangeiro a Venezuela ofereceu vantagens em relação a outros países, indo no sentido contrário a um movimento de nacionalização que ocorria no Sistema Interestatal porque os países detentores das reservas passaram a adotar medidas mais restritivas em relação à presença dos capitais transnacionais (MCBETH, 1983) e “começaram a criar empresas estatais e órgãos internacionais para controlar a produção desse produto em seu território, inaugurando um período de nacionalização das reservas ao redor do mundo, o que tornou evidente o caráter geopolítico desse produto” (JURBERG, 2016: 11); esse foi o caso do México e do regime impositivo no Oriente Médio (MCBETH, 1983).

³³Conformou as bases de novas relações sociais, conceitos de identidade nacional e inclusive atividade política. O petróleo criou as condições para uma profunda interação entre venezuelanos e estrangeiros provenientes do Caribe, México e Estados Unidos e produziu importantes tensões raciais e sociais que foram manipuladas pelas companhias estadunidenses e vários grupos com fins políticos (ELLNER, 1995; TENNASEE, 1979; BERGQUIST, 1986).

um amálgama desigual ao mercado mundial. Amálgama, porque como exportador de petróleo o país era fundamental para o fluxo de ouro negro tão vital para o desenvolvimento capitalista global; e desigual, porque como pós-colonial, semiperiférico, exportador de petróleo, seus processos políticos e econômicos têm sido intrinsecamente conectados a forças políticas e econômicas fora de seu controle (STRONEN, 2017). Esses processos trouxeram ciclos e padrões sociais e políticos conflito e crise total.

Duas questões merecem destaque nesse período: a consolidação da indústria americana de petróleo e a tentativa por parte do capital estadunidense de monopolizar o mercado venezuelano de concessões, principalmente após o sucesso de outras companhias como a Shell (AGUERO, 2012; D'ORAZIO, 2007; MOMMER, 1983), essa preocupação correspondia ao contexto de competição intercapitalista em que as companhias americanas utilizaram diferentes maneiras para comprar as concessões inglesas, com apoio do presidente Wilson, que se viam com dificuldade para saldar suas obrigações contratuais (AGUERO, 2012; MOMMER, 1983). Diante desse movimento o governo venezuelano agiu de forma a manter a competição entre a Inglaterra, os Estados Unidos e a Alemanha³⁴ (MOMMER, 1983).

A concentração do petróleo venezuelano nas mãos de poucos se tornou inevitável, o mercado foi absorvido pelos capitais americanos e a *Standard Oil* de Nova Jérsei iniciou suas operações em 1921 ao fundar a *Standard Oil Company of Venezuela* (D'ORAZIO, 2007; MOMMER, 1983). Esse braço do truste comprou as concessões dos grandes campos de petróleo explorados em Oriente e no Lago Maracaibo³⁵ (D'ORAZIO, 2007), em 1925 a *Standard Oil* de Indiana conformou a *Lago Petroleum Corporation* e posteriormente em 1932 adquiriu as propriedades estrangeiras de sua contraparte de Indiana, tomando controle da *Pan American Petroleum & Transport* e da empresa *Lago Petroleum*³⁶ (D'ORAZIO, 2007). Quanto à legislação do período a partir de uma pressão das oligarquias e das companhias petrolíferas a lei de 1920 foi substituída por uma mais vantajosa para elas em 1922 (MOMMER, 1983).

³⁴O governo decidiu estender os termos das concessões inglesas, garantindo a validade de todas essas concessões até 1965 no mínimo, evitando assim a monopolização do petróleo venezuelano em mãos do capital americano (MOMMER, 1983). O governo foi ainda mais longe na tentativa de atrair capital alemão para as reservas nacionais, cujo comércio – ignorando das disposições legais que obrigavam o Governo a negociar as condições mais vantajosas para a Nação - era praticamente monopolizado por Gómez, seus amigos e parentes (MOMMER, 1983). Este projeto falhou devido à insolvência dos alemães, razão pela qual acabaram inteiramente nas mãos dos americanos (MOMMER, 1983).

³⁵Os campos do Lago Maracaibo contribuíram em grande medida para desenvolver o conceito de operações em campos de petróleo *offshore* (D'ORAZIO, 2007).

³⁶Superfícies essas que compartilharia com a Royal Dutch Shell, a Venezuelan Gulf Oil, a Texaco, a New England Oil Co. e a Pantepec Petroleum Company (D'ORAZIO, 2007: 50).

Com a queda do preço médio do barril de petróleo em 1921 para 1,73 dólares houve protesto por parte das petrolíferas contra o aumento dos impostos e a cobrança de aluguel da terra (MOMMER, 1983). Em 1922 foi promulgada uma nova lei com a contribuição dos representantes das principais companhias petrolíferas; como contrapartida todos adequaram suas antigas concessões ao novo código (MOMMER, 1983). As alterações ampliaram a extensão e o tempo de vigência das concessões, além disso, houve diminuição da carga impositiva³⁷ e permitia a livre importação de materiais (AGUERO, 2012; YSEA, 2013). Essa Lei, que nos próximos anos sofreria apenas modificações insignificantes, serviu na prática de base para todas as concessões norte-americanas que existiram na Venezuela até 1943 (MOMMER, 1983). A lei de 1922 manteve-se em vigor - salvo pequenas reformas em 1925, 1928, 1935 e 1936, até a lei de 1938, na qual, após a morte de Gómez, foram introduzidas algumas modificações em relação à legislação anterior (AGUERO, 2012).

Com a Guerra Mundial ocorre um processo de fortalecimento da consciência nacionalista no país; com isso, ocorreu a mudança de consciência dos governantes que levou à transformação do conceito de propriedade estatal livre para propriedade nacional dos depósitos (BATTAGLINI, 1997; MOMMER, 1983). Essa mudança, que foi observada entre os anos de 1917 a 1922, pode estar associada ao nome de Gumersindo Torres, Ministro do Desenvolvimento naqueles anos (MOMMER, 1983; STRAKA, 2016; YSEA, 2013). Em 1917, após três concessões menores terem sido outorgadas, o ministro decidiu suspender temporariamente a outorga de novas concessões para rever as condições em que estavam sendo outorgadas (AGUERO, 2012; MOMMER, 1983). Torres é um nome presente na ampla literatura sobre a atuação assertiva do executivo em relação às companhias estrangeiras, nas palavras dele:

[...] tendo vista a importância do papel que o petróleo desempenha na indústria universal e tão certo e lisonjeiro o futuro deste artigo, o Executivo Federal considerou prudente e judicioso não se aventurar no caminho das concessões contratuais que lhe foram propostas, sem ter previamente estudado em profundidade uma questão tão interessante para que futuras determinações partam de um estudo judicioso para julgar corretamente o valor desta riqueza nacional, e o petróleo é uma fonte segura de riqueza, já que nosso país é reconhecido como um dos mais favorecidos pela natureza na existência de tais produtos [...] este gabinete [...] seguindo os critérios definidos, esteve desde novembro ocupado a acumular dados ilustrativos, leis, regulamentos e contratos de arrendamento de outros países

³⁷A lei de 1922 estabeleceu, para maior benefício das Empresas - um imposto para as concessões de hidrocarbonetos de Bs. 2 / ha durante os três primeiros anos, de Bs. 4 durante os 27 anos seguintes e de Bs. 5 para os 10 anos restantes. Leis anteriores previam a taxa de exploração sobre o valor comercial do mineral em 15%, mas a lei de 1922 - para mais vantagens das concessionárias - reduzia o mesmo imposto para 10% (AGUERO, 2012). Essa lei destaca a inovação de legislar sobre concessões de manufatura, refino e transporte (AGUERO, 2012).

produtores de petróleo, a fim de formar um Regulamento aplicável à Venezuela [...] Também seria aconselhável enviar uma comissão para estudar nos países produtores de petróleo as condições legais e técnicas das explorações de petróleo [...] Até recentemente, os contratos eram realmente firmados às cegas, os quais eram celebrados para exploração e aproveitamento do petróleo, tão poucas ou nenhuma vantagem a Nação obteve (TORRES, 1941 apud MOMMER, 1983: 194, tradução nossa).

Com base em pesquisas sobre a legislação em países como os Estados Unidos e o México, Torres propunha mudanças na legislação que caminhassem para uma maior participação da Venezuela nos lucros das companhias petrolíferas; não só através do pagamento de impostos que eram considerados irrisórios, mas a partir da propriedade estatal que cobraria o pagamento de uma renda da terra para seus proprietários privados³⁸ (MOMMER, 1983). Assim, em outubro de 1918 foi promulgado o primeiro “Decreto Regulamentar de Carvão, Petróleo e Substâncias Similares”, que estabelecia pagamento de *royalties* entre 8% e 15% e também estabelecia, pela primeira vez, que terminada a concessão as minas voltariam para a Nação, com todos os seus prédios, maquinários e obras anexas — sem nenhum pagamento do governo (AGUERO, 2012). Esta Lei estabeleceu também a figura das reservas nacionais, conceito segundo o qual, uma vez terminado o período inicial de exploração, metade da superfície explorada retornaria para a Nação e o governo negociaria essas reservas, exigidas por lei, em condições mais vantajosas para a Nação, excedendo o mínimo estabelecido em impostos e *royalties* (AGUERO, 2012; MOMMER, 1983). A área das concessões também foi reduzida e a propriedade estatal das jazidas foi reafirmada (AGUERO, 2012). Essa seria a base para a posterior nacionalização do petróleo, em 1960.

Ao longo da década de 1920 o petróleo cresceu de forma vertiginosa. O país saltou da décima terceira posição em 1922 para ocupar seis anos depois a segunda posição entre os produtores mundiais; para 1928 a Venezuela era o líder exportador mundial e segundo maior produtor global (KARLSSON, 1975: 73; TRUJILLO, 1968). Com a crise econômica mundial houve uma queda considerável do café e do cacau tanto em seus preços quanto em seus volumes - dos quais não se recuperaram (MOMMER, 1983; SEVERO, 2009). A partir de 1922, com a explosão do poço Los Barrosos 2 alcança o mesmo nível que a produção

³⁸Até então, na Venezuela, as petroleiras pagavam apenas os impostos regulares correspondentes a qualquer atividade econômica normal, mas nada pagavam pelo próprio direito de explorar os hidrocarbonetos. Foi então, ao tomar como exemplo os regimes de concessão dos principais produtores daqueles anos (EUA e México), concluiu-se que na Venezuela esta atividade se dirigia quase exclusivamente à exportação e os depósitos venezuelanos eram de melhor qualidade, a regalia paga deveria ser superior que a média para terras públicas nos Estados Unidos (AGUERO, 2012).

mexicana, 170 mil barris por dia (RUBIO, 2005). Em 1929, três grupos eram responsáveis por uma parcela superior a 98% da produção total de petróleo na Venezuela, a Shell, a Gulf e a Standard de Indiana; sendo de 45% a fatia da Shell enquanto a Gulf e a Standard de Indiana produziam aproximadamente 27% cada uma (YSEA, 2013). A renda do petróleo se estabilizou em um patamar elevado de aproximadamente 50 milhões de bolívares, esse foi o marco que levou o petróleo a tornar-se a economia primária do país (MOMMER, 1983). Na Tabela 1, é possível observar a evolução da Venezuela enquanto produtor no mercado mundial de petróleo (TRUJILLO, 1968).

TABELA 1 — Evolução da Produção de Petróleo Venezuelana na Economia Global

PRODUCCION DE PETROLEO EN VENEZUELA

Años	Metros Cúbicos	Lugar que ocupa entre países productores
1917	19.256	17
1918	50.974	16
1919	48.450	15
1922	355.374	13
1923	687.955	9
1924	1.451.438	7
1925	3.169.105	6
1927	9.605.889	4
1928	16.845.872	2
—		
1959	160.803.117	2
1960	165.613.395	3
1965	201.532.965	3
1966	195.628.000	3
1967 (1)	205.551.000	3

(1) Cifras preliminares.

Fonte: Ministerio de Minas e Hidrocarburos. Memoria y Cuenta año 1967. Caracas 1968.

Fonte: TRUJILLO, 1968: 117

No ano de 1929 foi fundado o Serviço Técnico de Hidrocarbonetos, seção especializada em questões petrolíferas do Ministério do Desenvolvimento (MOMMER, 1983). Esta seção estava encarregada da execução e fiscalização do Regulamento promulgado nesse mesmo ano em relação à Lei dos Hidrocarbonetos existente (MOMMER, 1983). Um dos principais objetivos deste regulamento era exercer maior fiscalização sobre o uso que as companhias faziam do subsolo (MOMMER, 1983). Com isso, as empresas de petróleo foram forçadas a medir o volume de produção de petróleo diretamente na cabeça do poço, a fim de evitar que perdas subsequentes devido a vazamentos ou acidentes reduzissem a receita do estado (MOMMER, 1983). No que concerne à legislação de petróleo nos Estados Unidos à

época, Bernard Mommer faz importantes apontamentos à luz dos quais a nova lei de 1936 deve ser interpretada, as medidas legais nos EUA são adotadas por um Estado ao qual a classe capitalista — em seu conjunto — e o capital arrendatário em especial nada têm a temer: é seu Estado (MOMMER, 1983: 202), ao deparar-se com isso, as companhias petrolíferas protestaram contra as leis e regulamentos que, diferente de outros lugares, não eram desenhadas por elas (MOMMER, 1983: 202-203). O regulamento e as atividades do Serviço Técnico de Hidrocarbonetos provocaram um protesto violento por parte de todas as companhias que, conjuntamente, dirigiram-se em um memorando ao presidente e ao procurador-geral. Esse protesto pode ser explicado por uma revolta em relação ao rigoroso controle dos impostos, mas no fundo a questão era outra: as companhias pretendiam fazer valer seus direitos adquiridos em jurisdições prévias contra várias das disposições que estavam dirigidas à preservação do petróleo (MOMMER, 1983). Esse tensionamento se iniciou devido ao interesse venezuelano na conservação do petróleo, tal e como foi exposto por Torres em sua resposta ao memorando (MOMMER, 1983). Em sua resposta ao memorando reitera o lugar do Estado como proprietário do depósito antes do concessionário, o que exige tratamento cuidadoso de sua propriedade (MOMMER, 1983). No entanto, ao tentar aplicar essas medidas não apenas sobre novas concessões, mas também na adequação das antigas, o Governo se deparou com a resistência mais determinada por parte das petrolíferas que insistiam em seus direitos adquiridos (MOMMER, 1983).

É significativo que com a outorga de novas concessões não só *royalties* de até 15% foram atingidos - tendência que já surgia no final da década de 1920 - mas as novas concessionárias foram também obrigadas a construir refinarias na Venezuela proporcionais à sua própria produção (MOMMER, 1983). Além disso, na nova Lei de Hidrocarbonetos de 1936 a isenção de impostos de importação era limitada aos artigos realmente necessários às atividades específicas dos concessionários que não eram produzidos no país (MOMMER, 1983).

O período de governo de Gómez encerra-se dando abertura para a transformação democrático-burguesa, iniciada em 1936. A partir de então o tensionamento decorrente do choque do conflito de interesses entre o Governo venezuelano e as petrolíferas aumentou consideravelmente (MOMMER, 1983).

2.3 DA DEMOCRATIZAÇÃO À DITADURA: um país em permanente instabilidade 1935-1958

Quando ocorre o fechamento do regime beneficiam-se as elites econômicas do capital rentista e há uma postura subalterna do estado em relação a essas classes aliadas às companhias estrangeiras e à banca internacional. Há um comportamento reacionário por parte do Estado que volta a um desenvolvimento dependente aliado a um empresariado não-voltado para o desenvolvimento nacional (OLIVEIRA, 2011; SEVERO, 2009; SIMIONI, 2018). Após a morte de Gómez, a dinâmica de forças internas caminhou em duas direções: a abertura do regime em direção à democratização com a diversificação da participação de atores políticos (1935-1948); e o fechamento do regime e retorno à restrição da participação de atores políticos (1952-1958). Para fins objetivos, analisaremos esse processo em um movimento que possui duas orientações antagônicas: a via nacionalista – a favor dos interesses da Venezuela – e a via internacionalista – em direção aos interesses das corporações estrangeiras e de seus Estados matriz – aqui teremos como foco os Estados Unidos. Essa dinâmica que pode ser respectivamente progressista ou reacionária será utilizada na tipificação do caráter da relação estabelecida com os EUA. O movimento em direção ao primeiro sentido será chamado de progressista enquanto o segundo será chamado de reacionário. No primeiro grupo encontram-se os governos de Eleazar López Contreras (1935-1941) e Isaías Medina Angarita (1941-1945). Como principais expoentes do segundo grupo encontram-se o primeiro governo de Rômulo Betancourt – que assume a partir de um Golpe de Estado civil-militar (1945-1948) e a ditadura de Marcos Pérez Jimenez (1952-1958) (essa última elogiada como governo modelo pelos Estados Unidos).

O governo de López Contreras manteve uma postura de alinhamento moderado aos Estados Unidos e realizou uma abertura gradual do regime político (AZEREDO, 2003), nesse governo mantiveram-se as mesmas concessões do passado, assegurando aos consórcios internacionais que não ameaçaria suas posições no país e alinhado às posições dos altos cargos dessas firmas (SALAS, 2005). López, sob o slogan “semear o petróleo”, empregou os rendimentos petrolíferos na construção de estradas, melhoria no abastecimento de água potável, redução da malária e eletrificação de inúmeras cidades e povoados (AZEREDO, 2003). Em 1937 foi criado um escritório de Relações Interamericanas para manter a paz, conservar os mercados existentes e conquistar novos (OLIVEIRA, 2011). Durante seu governo garantiu o fornecimento seguro de petróleo aos EUA, na iminência da Segunda Guerra, com a assinatura do Tratado de Reciprocidade Comercial (OLIVEIRA, 2011;

SEVERO, 2009). Além disso, o governo passou a apoiar planos de segurança continental e desaprovou ataques a possessões europeias na região (OLIVEIRA, 2011). Isso estava de acordo com o enfoque dos EUA sobre a América Latina no contexto a “Política da Boa Vizinhaça” do governo de Franklin Delano Roosevelt que pautaria as relações interamericanas sobre um caminho de respeito e igualdade (KELLY; ROMERO, 2005). Isso encaixava bem na visão americana de que os latino-americanos talvez necessitassem de uma aproximação mais orientada em direção à democracia, dada a natureza frágil de suas sociedades e os baixos níveis de instrução de sua população (KELLY e ROMERO, 2005).

Após a nacionalização do petróleo pelo México, a Venezuela adquiriu importância política e econômica estratégica para os Estados Unidos e suas empresas de petróleo (MAYA, 1996: 76). Isso ocorreu porque foi o maior exportador mundial de petróleo e a única nação da América Latina onde não havia restrições à saída de dólares para as empresas privadas (FORTUNE, 1949a: 101 apud MOMMER, 1983: 218). Em 1938, mediante a necessidade de rever as condições das concessões em exercício, o governo adotou a política de não outorgar concessões (MOMMER, 1983). Este foi um período onde a Venezuela esteve em uma posição de negociadora devido ao seu *status* como principal fornecedor de petróleo para os Aliados (aproximadamente 60% do total), a partir daí o grande argumento da Venezuela em qualquer negociação com os Estados Unidos sobre a questão do petróleo seria justamente ser "um fornecedor confiável" (LASALLE, 2013; MARINGONI, 2008). No contexto da Segunda Guerra e da nacionalização de petróleo no México, Roosevelt assinou um decreto que garantia a redução de tarifas à importação de petróleo bruto venezuelano, no ano seguinte foi assinado um acordo para cooperação militar, naval e aérea para garantir a defesa hemisférica (OLIVEIRA, 2011). Adicionalmente nesse mesmo ano foi firmado um convênio de cooperação financeira para aquisição de artigos de defesa e comunicação militar (OLIVEIRA, 2011). Em 1940, chega à Venezuela uma Missão Técnica Econômica (presidida pelo Sr. Manuel A. Fox), que apresenta relatório ao Ministro da Fazenda, Francisco J. Parra, sobre os problemas fiscais, econômicos e financeiros que predominavam no país (ROZ, 2009). O prólogo deste documento foi escrito por Rômulo Betancourt, cujo nome aparece em letras grossas no capa (ROZ, 2009). O relatório explicitou a necessidade de diversificar a indústria e a agricultura venezuelanas, porém sugeria que isso fosse realizado por meio de um modelo dependente com a abertura total do mercado para bens estrangeiros sem salvaguarda ou estímulo para o desenvolvimento de uma cadeia de produção integrada (ROZ, 2009; ONU,

Relatório 831.6363 / 10-2544). O que o relatório realmente queria dizer era “Sr. Truman: você tem que nos alimentar e nos vestir” (ROZ, 2009: 144, tradução nossa).

No período de 1941-1943 agentes políticos anglo-saxões intervieram nas tentativas por parte do governo venezuelano de aumentar a taxaço sobre a indústria petrolífera venezuelana, os governos americano e britânico procuraram obter o apoio das multinacionais petrolíferas. O governo americano procurou usar as empresas petrolíferas multinacionais privadas enquanto agentes da política externa estadunidense; isso garantiria o acesso a uma fonte segura e ao mesmo tempo garantia que as ações independentes dos executivos do petróleo não gerariam danos à Política de Boa Vizinhança. Esse foi um teste para o Estado sobre a colaboração do setor privado estadunidense que se tornaria central para a política externa pós-Segunda Guerra e seu “*New Deal* globalizado”. Era questão central garantir sua posição no mercado de petróleo, sendo o controle sobre o comércio internacional de petróleo uma premissa, para isso foi mantida uma comunicação próxima e frequentes reuniões entre funcionários do Departamento de Estado, executivos das maiores companhias petrolíferas e o governo venezuelano (SEDDON, 2012). A ambiguidade da relação estabelecida com todas as partes implicadas nas duas faces do processo de disputa pelo petróleo possibilitava por parte de Washington assegurar que seus objetivos de política externa fossem realizados, sobretudo, mantinha as operações de Washington não oficiais, dessa forma não havia nenhuma violação à soberania daquele país. A Política de Boa Vizinhança da administração Roosevelt foi estruturada com objetivo de proteger os interesses americanos em uma região de estratégica importância e a Venezuela era vista com especial importância enquanto fonte segura de petróleo. Segundo demonstra Seddon (2012) em uma sólida pesquisa, os Estados Unidos agiram de forma a promover uma postura conciliatória por parte das companhias nas negociações com o governo (SEDDON, 2012). Segundo Seddon (2012: 145) o medo do desabastecimento das demandas internas de petróleo levou o governo americano à construção de uma política externa petrolífera que baseasse a intervenção de Estado na indústria nacional de petróleo.

Até o ano de 1943 só restavam 5,5 milhões de hectares de concessões em exercício, porque as que haviam sido outorgadas anteriormente haviam expirado, para os anos de 1944-1945 foram outorgadas novas concessões que somaram aproximadamente 12 milhões de hectares (TRUJILLO, 1958). Essa foi uma política expressa do governo porque considerava que as companhias dispunham de áreas suficientes para desenvolver a indústria por, pelo menos, 40 anos (TRUJILLO, 1968). No entanto, isso não ocorreu diante das pressões de caráter

financeiro, levando em 1956 e 1957 a ditadura de Pérez Jiménez a outorgar novas concessões, no regime que ficou conhecido como “*nuevas concesiones*” (TRUJILLO, 1968). A construção de refinarias e o refino do petróleo em território venezuelano não eram vantajosas para as companhias estrangeiras que usufruíam de baixas taxas nas Antilhas Holandesas, apenas as refinarias Amuay e Punta Cardón foram instaladas na Venezuela, obedecendo ao princípio de refino de 50% do óleo no país (ROZ, 2009).³⁹ Washington, em face das decisões de Medina, estava alerta; antes de tomar uma ação mais direta se dedicou a recorrer a todos os estratagemas diplomáticos de que dispunha, incluindo a Carta do Atlântico⁴⁰ (ROZ, 2009; SEVERO, 2009), chegou-se a que as condições de refino passariam a ser de 10% do óleo produzido nas novas concessões (ROZ, 2009). A partir dessas discussões surgiu um sentimento de alerta na Casa Branca em relação à Venezuela, que reivindicava a riqueza de seu subsolo por meio de movimentos astutos das regras do jogo diplomático, aplicando-os com segurança em aspectos vitais da própria economia (ROZ, 2009).

Comparando as leis vigentes sobre petróleo prévias a 1943, as companhias estrangeiras tiravam proveito de um regime impositivo vantajoso (D’ORAZIO, 2007; OLIVEIRA, 2011). A Lei Especial dos Hidrocarbonetos promulgada em 1943 vinculou ainda mais a renda do Estado à extração de petróleo (HASSAN, 2019). As companhias não poderiam lucrar um montante superior ao que pagariam ao governo venezuelano (HASSAN, 2019). Segundo Juan Pablo Pérez Alfonzo, na época deputado, na Lei de 1943, apesar de vantagens impositivas, a nação havia renunciado às inúmeras reivindicações a que tinha direito, por vícios na outorga de títulos e fraudes fiscais que as empresas fizeram com total conhecimento do presidente Medina. Além disso, seus cálculos apontam que é falso que o governo ficaria com uma parcela superior aos lucros que obtinham as companhias estrangeiras, porque pelo aumento dos preços de petróleo a margem de lucro a favor do Estado ficaria estagnada (YSEA, 2013). Nesse sentido, há uma divergência na literatura sobre a Lei de 1943 que nos leva a questionar o que foi que levou o presidente Medina a promover uma lei aparentemente “negociada”, catalogada de fato por Betancourt como “acordo de lei”, quando surgiu com grande expectativa para que finalmente no país uma tão necessária política autônoma do petróleo fosse praticada com viés

³⁹Para 1938, a metade do petróleo venezuelano era embarcada em direção à Europa, direta e indiretamente via Aruba e Curaçao. Um quarto do lucro ia para os Estados Unidos e 15% para a América Latina (Karlsson, 1975: 75).

⁴⁰Enquanto comentários, documentos e relatórios inundavam o escritório de Medina, ele convocou Corrigan para tratar do assunto diretamente. Quando Corrigan lhe falou sobre os princípios liberais do comércio contidos na Carta do Atlântico, um especialista nesses tópicos que acompanhava Medina, o Dr. Gustavo Herrera, refutou Corrigan dizendo-lhe que as resoluções apenas contemplavam um número limitado de contratos relacionados a um bloco definido de concessões. Corrigan acabou aceitando as explicações do governo (ROZ, 2009).

independente e soberano, de acordo com os interesses da nação, inicialmente delineado na Lei de Hidrocarbonetos de 1939 (YSEA, 2013). O motivo que esteve por trás disso foi a articulação da *Gulf Oil Company* com funcionários do Estado venezuelano e o embaixador dos Estados Unidos na Venezuela, Frank Corrigan, segundo direcionamentos do Departamento de Estado (YSEA, 2013). Esse movimento reitera o argumento de que na realidade a reforma de 1943 tratou-se antes de uma negociação que de uma política, Medina viu-se através do poder da Gulf com reduzido poder para atuar diante da capacidade de investimento, astúcia jurídica e articulação com agentes do governo americano na Venezuela (YSEA, 2013).

A iniciativa privada estrangeira reagiu à proposta de uma grande reforma no setor do petróleo, sob a liderança do presidente da Creole que se recusou a comparecer às negociações; em síntese as empresas fizeram de tudo ao seu alcance para impedir a aprovação de uma nova lei porque a principal mudança proposta se daria na natureza da relação que a iniciativa privada estrangeira estabeleceria com o Estado venezuelano (HASSAN, 2019; LASALLE, 2013; URBANEJA, 2007). Nesse cenário, três grandes companhias controlavam 99% da produção: a CREOLE (SONJ), com aproximadamente 50%, a Shell com aproximadamente 35%, e finalmente a Mene Grande (Gulf Oil Co.) com o restante. Esta última vendeu em 1936 a participação de 25% a SONJ e 25% a Shell; esta venda estava relacionada com a estruturação - à escala mundial - do Cartel Internacional do Petróleo (MOMMER, 1983). Diante do protesto das companhias estrangeiras à nova lei de hidrocarbonetos o presidente Franklin Delano Roosevelt pediu às empresas que não continuassem a se opor a um governo que não cederia, e foi apoiado em sua posição porque não queria colocar em risco o fornecimento de petróleo da Venezuela - que era vital para a máquina de guerra americana (MOMMER, 1983) razão pela qual o próprio presidente Medina encontrou-se no Palácio Miraflores com o major Tom Armstrong e Henry Linam do consórcio Creole em 26 de agosto de 1942, de onde surgiria o impasse com este (YSEA, 2013). Durante esse período as empresas reconheciam um crescente nacionalismo e um antagonismo aos consórcios, nesse cenário os negócios teriam um custo político superior para evitar outro México e continuar acessando o petróleo venezuelano (SALAS, 2005).

Um dos grandes eventos na relação bilateral entre os dois países foi a viagem de Medina à Washington para conversar pessoalmente com o presidente dos Estados Unidos sobre seus planos para modernizar a Venezuela, com a participação de Nelson Rockefeller, nesse encontro foram pautadas questões militares e econômicas e foi sugerida a possibilidade de a Venezuela cooperar no estabelecimento de algumas bases militares norte-americanas em

Aruba e Curaçao (ROZ, 2009). O presidente venezuelano manteve uma postura assertiva e as impressões por parte de Roosevelt foram de baixa adesão às demandas propostas por Washington (ROZ, 2009). Houve uma tentativa por parte do governo de buscar a autonomia e independência econômica através da diversificação dos parceiros comerciais, com objetivo de quebrar o monopólio americano, caindo de 99% para 88,4% entre os anos de 1939-1955 (MOMMER, 1983). O regime subsequente, como veremos, delineava uma orientação totalmente oposta, de apoio ao monopólio e de obstrução aos recém-chegados (ROZ, 2009). Os americanos mantiveram a posição que países pobres como a Venezuela deveriam manter seu mercado aberto, garantindo o acesso de outros países às matérias-primas, como base para a reconstrução pós-guerra (ONU, Relatório 831.6363 / 10-2544). Reivindicando a garantia de um espaço vital americano, e reiterando as teses sobre abertura do mercado, em antecipação à conjuntura do Pós-Guerra, Nelson Rockefeller, novo subsecretário de Estado dos Estados Unidos da América, visita o país em 1944, acompanhado por um grupo de especialistas (STRAKA, 2016). Para Medina, estava claro que agora a paz que se buscava era a Paz pautada no poder econômico: petróleo, corporações, ouro, domínio de todos os mares (ROZ, 2009). Em síntese: uma paz que nada tinha a ver com princípios de Não-Intervenção, ou com princípios morais ou humanitários (ROZ, 2009). Para Medina era importante nesse contexto a diversificação das parcerias exteriores⁴¹, para isso realiza um movimento de aproximação da União Soviética e provoca a reação das companhias estrangeiras na figura de Nelson Rockefeller e do Departamento de Estado americano (ROZ, 2009).

Um dos erros mais graves que o futuro presidente Rômulo Betancourt cometeu em seu livro “Venezuela, política e petróleo” foi considerar que as empresas petrolíferas e o Estado americano eram entidades diferentes (BETANCOURT, 1969). O lugar extraordinário dessas empresas na economia mundial e a influência dominante que têm em muitos países produtores não poderiam ter sido alcançados sem uma associação próxima e contínua com o governo dos Estados Unidos (BARNET, 1974), as operações “públicas” do Departamento de Estado e as operações “privadas” das companhias petrolíferas se misturam em um processo de simbiose baseado na dependência mútua (TANZER apud BARNET, 1974). Isso ocorre de tal forma que a intervenção militar dos Estados Unidos foi considerada pelas petrolíferas como elemento intimamente ligado às suas operações, porque a produtividade contínua das empresas é

⁴¹Para Medina era equivocado que um país como a Venezuela, tão fraco militarmente, declarasse guerra aos países do eixo - baseado na percepção de que a guerra era um grande negócio para as grandes potências em benefício dos grandes investimentos e negócios capitalistas dos países vitoriosos (ROZ, 2009).

considerada pelo governo dos EUA como uma questão de segurança nacional (KLARE, 2004). Por essa razão, confundem-se o Estado e a iniciativa privada; por exemplo, no Oriente Médio os funcionários norte-americanos do serviço estrangeiro são transportados na grande frota aérea da Aramco assim como o governo da Arábia Saudita avisou seus trabalhadores que uma greve contra a Aramco seria uma greve contra seu próprio governo (BARNET, 1974). Segundo Betancourt, para modernizar-se o país deveria ser administrado de forma mais eficiente – sem caciques gomecistas. A modernização passava necessariamente por uma parceria com os Estados Unidos, sem a qual o desenvolvimento estaria fadado ao fracasso (ROZ, 2009). Isso seria realizado em parceria com o Departamento de Estado e um grupo de militares das forças armadas insatisfeitos com a aproximação da União Soviética e a legalização do Partido Comunista da Venezuela (ROZ, 2009). O que Betancourt não entendia é que a sobrevivência mesma do gomecismo estava intimamente relacionada com a estratégia do pan-americanismo, que de maneira sucinta pode ser resumida na máxima: América para os (norte) americanos⁴². Em 1945 as companhias Creole, Shell, e Mene Grande reuniram-se com Betancourt que estava encarregado pela embaixada americana de coordenar a transição política que ocorreria através da derrubada do regime de Medina Angarita, nessa reunião acordou-se que as concessões e a lei não iriam alterar-se e garantiu-se que nenhuma mudança nesse sentido ocorreria após o Golpe (FRUS, 1945: 9).

No período que se seguiu ao Golpe de Estado de 1945 Rômulo Betancourt governou em conjunto com Washington e atendeu aos interesses da iniciativa privada americana, foi seu principal aliado na obtenção de condições vantajosas na exploração do petróleo e da economia pelo capital transnacional (SEVERO, 2009). Diante de acordos prévios ao golpe as empresas cederam em relação a pautas trabalhistas com a contrapartida de que o governo garantiria o funcionamento de suas atividades, mitigando greves e solucionando diretamente quaisquer controvérsias que ocorressem (SALAS, 2005).

O país estava abrindo-se gradualmente para a democracia das classes hegemônicas após emergir de quase trinta anos de uma ditadura fechada, na qual não havia se estabelecido uma classe burguesa empresarial (ROZ, 2009). Era essencial para os EUA participar de sua

⁴²Para Medina o Pan-Americanismo não se estendia além de meros acordos mercantis que favoreciam o norte, já a ideia da unidade continental bolivariana está baseada no sentimento que está na alma de todos aqueles que se sentem genuinamente latino-americanos (ROZ, 2009).

criação, servindo como base das operações futuras do capitalismo em toda a América do Sul (ROZ, 2009).

Le quedaba claro a Rômulo lo que estaba detrás de estas acciones de Washington, muy bien aparejadas con los intereses norteamericanos en la región. Necesitaba Washington unos horribles guachimanes en cada una de esas llamadas repúblicas bananeras para que controlasen a sus habitantes, o en expresiones del otro Roosevelt, Teddy (el del Big Stick), ‘a sus despreciables criaturas’. De modo que con los gringos, lo veía claramente, había que conducirse con extremo cuidado sob pena de desaparecer políticamente al menor movimiento en falso (ROZ, 2009: 127).

Rômulo Betancourt tinha ciência de todas as práticas contábeis irregulares praticadas por companhias como a *Standard Oil*⁴³, que, até a lei de 1936 obtinha toda classe de benefícios, inclusive exonerações para mercadorias que não eram essenciais para produção de petróleo (ROZ, 2009). Sua atitude nesse contexto foi buscar uma aproximação do poder do grupo familiar Rockefeller para conhecê-lo melhor, para inteirar-se do que precisavam suas empresas e mostrar-se como seu parceiro (ROZ, 2009: 124). Figura Proeminente do empresariado venezuelano, Diego Cisneros era aliado de Washington na agenda de implantar alguns centros hegemônicos de poder econômico na América Latina, que em grande medida seriam aqueles que acabariam controlando determinados governos regionais (ROZ, 2009).

Durante o Triênio, o ministro Pérez Alfonzo deu um sinal verde à indústria que seus interesses também eram os interesses do governo, tranquilizando-as em meio a um contexto de nacionalizações e, na Venezuela, a necessidade do apoio dessas companhias ao governo de Rômulo Betancourt (SEDDON, 2012). O ministro tentaria garantir a cobrança de impostos sobre concessões preexistentes e o cálculo honesto das receitas federais provenientes de royalties (SALAS, 2005). Os críticos de esquerda argumentaram que a política do AD excluiu firmas menores em favor dos três gigantes que já controlavam a maioria das reservas comprovadas de petróleo (LA PLAZA, 1999: 99). Nesse sentido, a política do AD de não mais concessões não prejudicou a posição dos grandes produtores de petróleo; AD, os EUA e as companhias petrolíferas passaram os próximos três anos em um relacionamento de cooperação (SALAS, 2005). O investimento da Creole na Venezuela representou o maior investimento estrangeiro americano em um único país, também, 48% da *Standard Oil of New Jersey's* receita de dividendos de afiliados foi derivado de lucros crioulos (TAYLOR; LINDEMAN, 1955: 2; FORTUNE, 1949b: 180 apud SALAS, 2005). Além disso, optando por não esgotar suas próprias reservas estratégicas, o governo dos EUA considerou a Venezuela sua pedra

⁴³A Shell vendia seu petróleo em Curaçao a outra companhia dependente da Shell a preços muito baixos e inclusive com ‘perdas’, para pagar o mínimo de imposta na Venezuela (ROZ, 2009).

angular para suprir suas necessidades de produção de petróleo uma vez que as reservas no Oriente Médio e em outros países latino-americanos não estavam plenamente desenvolvidas. Como resultado, o governo americano e as empresas de petróleo promoveram repetidamente a Venezuela como modelo na América Latina e no Oriente Médio. Um funcionário do Departamento de Estado até sugeriu o Arranjo 50/50 como uma possível solução para os problemas da *United Fruit Company* na Guatemala durante o início dos anos 1950 (UNITED STATES, 1951: 2 apud SALAS, 2005). Durante o Triênio, AD também convidou o capital estrangeiro para participar do desenvolvimento da nação e outorgou novas concessões de minerais não petrolíferos; a *Bethlehem* e a *U.S. Steel* adquiriram direitos para explorar os ricos depósitos de minério de ferro em Guiana (SALAS, 2005). Também nesse período foram produzidos relatórios com estudos em língua inglesa para fornecer informações precisas em relação às perspectivas de investimento e o comércio na Venezuela (SALAS, 2005). Segundo Aranda (1977: 27) os investimentos que anteriormente estavam limitados ao petróleo passaram com as políticas do AD a penetrar em outras importantes áreas da economia da Venezuela. Apesar dessas medidas, o governo americano e as empresas americanas expressavam preocupação e os interesses em relação a presença de comunistas no movimento trabalhista, junto também se preocupavam os executivos americanos em Caracas (SALAS, 2005). O Embaixador Corrigan relatou a Washington que Betancourt garantiu que caso houvesse um conflito aberto com a Rússia a Venezuela daria total apoio aos Estados Unidos, garantindo a prisão de militantes comunistas (SALAS, 2005). Em 1948 a Central Intelligence Agency (CIA) atestou apoio aos regimes de Betancourt e Gallegos porque tinha um posicionamento anti-comunista diante da crescente ameaça soviética e, como resultado, a política venezuelana localizava-se cada vez mais na “órbita dos Estados Unidos” (SALAS, 2005). Esse assunto seguiu sendo pauta para alarme americano no país através de comunicações mantidas entre os agentes do Estado americano e Rômulo Gallegos (SALAS, 2005). Tendo em mente a relação estabelecida entre o partido Adeco e o governo dos EUA cabe mencionar que houve ações por parte da inteligência americana para evitar o, já identificado, Golpe de Estado, previsto desde 1947 e realizado no ano seguinte (SALAS, 2005).

O mundo industrializado tornou-se cada vez mais dependente de combustíveis fósseis. Qualquer evento que colocasse em risco o controle, já bastante frágil, do abastecimento de petróleo às economias industriais na Europa Ocidental e nos Estados Unidos era simplesmente inadmissível (LASALLE, 2013). Nesse cenário, foi subestimada a visita de uma delegação

venezuelana a países do Oriente Médio, essa viagem abriu caminho para um diálogo sem precedentes entre as nações produtoras de petróleo (SALAS, 2005).

Durante a ditadura de Pérez Jimenez as relações com o governo Truman e os consórcios petrolíferos foi de cooperação, negociou um novo acordo comercial diante da imposição de tarifas que ameaçavam o fluxo de petróleo venezuelano. O novo tratado sob o qual se estabeleceriam tarifas mais vantajosas contou com o *lobbying* de Nelson Rockefeller e Arthur Proudfit (UNITED STATES, 1952: 4 apud SALAS, 2005). Em troca, a Venezuela reduziu impostos para as importações de bens dos EUA, incluindo carros, rádios, televisores, aviões e caminhões, representando vantagens para “praticamente todos os grupos importantes de exportadores dos EUA” (UNITED STATES, 1952: 92 apud SALAS, 2005). O acesso contínuo às reservas estratégicas de petróleo foi apenas uma consideração no apoio dos EUA ao novo tratado. O Conselho de Segurança Nacional (NSC) insistiu que um novo acordo com a Venezuela foi vital na medida em que “forneceu a base para estabilizar as relações entre empresas de petróleo e outros governos, particularmente no Oriente Médio” (UNITED STATES, 1952: 4 apud SALAS, 2005).

Em Agosto de 1951, em meio à ditadura militar, foi criada uma missão militar norte-americana na Venezuela com a função de assessorar e servir como apoio técnico às Forças Armadas desse país (OLIVEIRA, 2011). Ainda no âmbito militar, em 1955, a aliança entre os dois países foi reforçada quando a Venezuela, além de declarar apoio moral à potência, assegurou o fornecimento de recursos estratégicos para que o governo Eisenhower apoiasse Taiwan (Formosa) no conflito com a China (OLIVEIRA, 2011). Ficaram para trás os dias da “política de boa vizinhança”, que embora fosse orientada apenas para os países da América Latina, refletia a tendência de conciliação do presidente Roosevelt dos Estados Unidos (LASALLE, 2013). Em uma conjuntura de conflito globalizado, com a Guerra da Coreia, a nacionalização do petróleo iraniano e a Crise de Suez, foi estimulada a demanda pelo petróleo venezuelano, ao longo da década de 50, no contexto da Guerra Fria, os recursos energéticos da Venezuela se mostraram, então, decisivos para os países ocidentais (OLIVEIRA, 2011).

O governo de Marcos Pérez Jiménez, submetido a uma série de pressões de índole financeira, outorgou valiosas concessões no Lago de Maracaibo nos anos de 1956 e 1957 (TRUJILLO, 1968). As concessões conhecidas como “novas concessões” somaram uma superfície de 821.090 hectares pelos quais as companhias pagaram 2,250 milhões de bolívares (TRUJILLO, 1968). Os dados analisados das concessões para o ano de 1965 por empresas concessionárias mostram que aproximadamente 47% pertenciam à *Creole Petroleum*

Corporation e a *Mene Grande*, a *Sinclair* e a *Mobil* obtiveram uma parcela de 6,30% cada e a *Chevron* 5,11% (TRUJILLO, 1968: 125).

Os planos do governo Pérez Jiménez de construir uma refinaria de petróleo causaram preocupação; os Estados Unidos os consideraram um afastamento significativo de uma política favorável ao desenvolvimento industrial privado. Além disso, preocupava Washington os acordos militares para compra de armamentos sofisticados da Itália, França e Inglaterra sob o pretexto da ameaça comunista. Em fevereiro, menos de um mês depois que Pérez Jiménez foi deposto, a *Mobil Oil* da Venezuela anunciou planos de investir US \$ 28 milhões na construção de uma nova refinaria. Tanto a *Shell* quanto a *Creole* aumentaram a capacidade de suas refinarias, enquanto a *Richmond* expandiu suas unidades de destilação. Apesar da derrubada de Pérez Jiménez, 1958 e 1959 foram anos recordes na construção de novas refinarias instalações.

Para os anos 1960, a Venezuela encontra-se em uma situação de dependência, dentre os dezoito grupos que operam no país, poucos possuíam, de fato, independência operativa (TRUJILLO, 1968: 140). Nesse sentido, 98% das ações da *Creole Petroleum Corporation* pertenciam à *Standard Oil* de Nova Jérsei; 100% das ações da Companhia *Shell* da Venezuela pertenciam à *Royal Dutch Shell*; 50% das ações da *Mene Grande Oil Company* pertenciam à *Gulf Oil Corporation* dos EUA e o 50% restante estava dividido em partes iguais entre a *Creole* e a *Shell* (TRUJILLO, 1968: 140-141). À exceção da *Philips Petroleum Company* e da *C.V.P.* As demais companhias eram todas estadunidenses e possuíam vínculos próximos à *Standard Oil* de Nova Jérsei (TRUJILLO, 1968). Nesse período, a produção estava concentrada na mão de três nações: 70% controlada por empresas norte-americanas e os 30% restantes divididos entre ingleses e holandeses (TRUJILLO, 1968: 140-141).

TABELA 3 — Organização da Produção de Petróleo na Venezuela de Acordo com a Participação de Companhias Estrangeiras

Nome das Companhias	Origem Acionistas	Hectares Concedidos	Quantidade de Refinarias	Produção de Petróleo (m ³)	Petróleo Refinado (b/d)
Creole	Americana	653.833	2	80.015.448	509.000
Shell	Anglo-Holandesa	400.416	5	54.647.149	351.600
Ven-Gulf*	Americana	0	1	0	159.000

Mobil	Americana	166.625	2	7.816.635	80.500
Chevron	Americana	135.157	1	3.541.964	57.500
Sinclair	Americana	166.647	1	4.325.713	38.000
Philips	Americana	50.059	1	4.223.112	4.300
Texas	Americana	155.260	1	4.339.551	10.000
C.V.P.	Venezuelana	n.a.	1	471.028	16.300
Mene Grande*	Americana	600.227	0	24.888.357	0
Texaco Maracaibo Inc.	Americana	3.147	0	5.934.392	0
Coro Petroleum Company	n.a.	70.865	0	737.500	0
Outros	n.a.	239.279	0	14.610.368	0
Total	n.a.	2.641.515	15	205.551.217	1.226.200
*Subsidiarias da Gulf Oil					

Fonte: TRUJILLO, 1968

Diante de um cenário em que se apresentava como candidato à presidência, Betancourt garantiu às empresas petrolíferas que as mudanças futuras na as políticas petrolíferas ocorreriam apenas por meio de “discussões cuidadosas entre as partes”, com vistas ao petróleo venezuelano manter sua capacidade de competir normalmente com a de outros países (WORLD PETROLEUM, 1958: 46). Em linha com seu mandato anterior, Betancourt garantiu às empresas de petróleo que ao alinharem-se aos governos democráticos da Venezuela garantiriam seus lucros (SALAS, 2005). Embora as petrolíferas possam ter aumentado a produção para compensar novos impostos, sua disposição de aumentar os gastos para aumentar a produção indicava sua confiança na situação política dentro da Venezuela. Allen Dulles, o diretor da CIA, relatou que Betancourt favoreceu uma fórmula mais próxima da divisão 60/40 em vez da 75/25 defendida por alguns nacionalistas (SALAS, 2005). A nova divisão 60/40 parecia aceitável para as autoridades dos EUA, uma vez que, de acordo com Dulles, por “aplicação de todas as receitas e câmbio medidas a Venezuela hoje recebe cerca de 56% da receita líquida do petróleo indústria” (SALAS, 2005).

Pesquisas voltadas para a ingerência dos Estados Unidos através da indústria do petróleo reiteram a tese de que há uma unidade entre ambos os atores, não sendo possível precisar qual detém mais poder porque aqui estamos considerando as companhias estrangeiras de petróleo como capitais transnacionais. Novamente, apresenta-se um entrelaçamento complexo entre petróleo e poder e política e economia. Nesse sentido discute-se além da

proximidade entre percepções dos Estados Unidos acerca do tipo de regime político adotado na Venezuela, voltando-nos para como a indústria de petróleo americana aproxima essas duas Repúblicas, de forma a apoiar e influenciar a presença dos Estados Unidos na política venezuelana. As companhias estrangeiras com milhões investidos no país adaptaram-se e provaram ser capazes de atuar sob diferentes arranjos políticos, confrontando a onda de nacionalizações iniciada no continente e sentindo-se receosas sobre um nacionalismo árabe emergente. Com esses desdobramentos a Venezuela passou a habitar o centro das preocupações do governo americano e da indústria de petróleo (SALAS, 2005).

2.4 O PERÍODO DE VIGÊNCIA DO *PACTO DE PUNTO FIJO*

A queda do regime ditatorial de Marcos Pérez Jiménez em 1958 marca o início de uma nova era democrática: o *Puntofijismo*. O *Puntofijismo* se tornou um sistema bipartidário onde o partido *Acción Democrática* (AD) e o Comitê de Organização Política Eleitoral Independente (COPEI) alternavam o poder durante décadas após o abandono da aliança por um terceiro partido, o União Republicana Democrática (URD). O pacto configurou-se como um *lobby* formado pela elite empresarial local e por interesses corporativos dos Estados Unidos, com o objetivo de manter a estabilidade criando consenso em meio a disputas arraigadas entre fatores políticos e sociais (MANTOVANI, 2014: 128). Para tanto, o pacto criou um “sistema populista de conciliação de elites”, constituído por um sistema complexo de negociação e acomodação de interesses heterogêneos por meio de uma série de regras informais e arranjos institucionais para garantir apoio e continuidade ao regime democrático emergente (REY, 1991: 543). Os dois primeiros governos civis do AD não apresentaram grande diferença em relação à agenda de interesses americana, tanto por compartilharem uma mesma plataforma política, alinhada aos interesses norte-americanos, como também por se preocuparem com a consolidação do regime democrático (OLIVEIRA, 2011). Durante a vigência do governo de Rômulo Betancourt, os acordos realizados e a aliança com o empresariado americano provou-se eficiente, esse governo é caracterizado por um modelo político e econômico associado e submetido às companhias transnacionais associadas a Nelson Rockefeller (SALAS, 2005; SEVERO, 2009). Sob a marca *hecho em Venezuela* a maior parte do valor obtido com a venda dos produtos era remetida em direção a países hegemônicos (SEVERO, 2009: 125-143). Houve alinhamento total à agenda de interesses americana, com a participação de membros do governo, por primeira vez, nas reuniões das juntas diretivas de empresas privadas e sessões do conselho executivo dessas empresas; em

outras palavras, o Estado foi tomado de assalto pelo setor privado nacional e estrangeiro (ARAUJO, 2006; FIGUEROA, 1996; SEVERO, 2009).

Existe uma divergência na literatura quanto ao papel e as bases da agenda política e econômica adotada pelo *Pacto de Punto Fijo*⁴⁴, alguns autores assinalam que essa foi uma virada democrática na Venezuela, que deu seguimento à modernização do país; outros autores assinalam que esse foi um modelo que fortaleceu as alianças entre as oligarquias venezuelanas e os interesses americanos⁴⁵ (SALAS, 2005). No que diz respeito às relações bilaterais com os EUA, o governo substituiu o 60:40 pelo 50:50 (MOMMER, 1983). O que interessou ao Governo aqui foi esconder a queda quantitativa, visto que segundo condições específicas, a participação anual mínima de 50% representa muito menos do que uma média de cerca de 60%. Esta manobra política ficou muito mais fácil, já que desde 1943 também se falava em 50/50 (MOMMER, 1983). Diferente de Mommer (1983) outros autores como Ysea (2013) apontam que diante das negociações pactuadas a vantagem efetiva do 60-40 não se manteria com o tempo, tornando-se sujeita às oscilações nos custos de produção do petróleo.

Os eventos da Segunda Guerra Mundial e da nacionalização da indústria mexicana foram seguidos pelo excesso de oferta na década de 1950 com a alta na produção no Oriente Médio (HASSAN, 2019). Com objetivo de proteger a indústria interna diante do surgimento em peso dos produtores no Oriente Médio Dwight Eisenhower impôs restrições à importação do petróleo bruto estrangeiro em 1959 (RABE, 1982: 158). Nesse contexto, a Venezuela toma a iniciativa para gestionar possíveis prejuízos diante da superprodução de petróleo, no sentido econômico e político, enxergava que uma parceria entre os países produtores só viria a fortalecê-los no mercado mundial (RABE, 1982). A verdadeira razão de ser da OPEP está dada primeiro pela existência do Cartel Internacional do Petróleo⁴⁶, o cartel dos inquilinos, que fazia com que os estados donos do petróleo competissem mundialmente pelos campos de petróleo - isso foi o que objetivamente tornou necessária a cartelização dos países produtores de petróleo (MOMMER, 1983). Em 1960, o ministro Juan Pablo Pérez Alfonzo⁴⁷ viajou à Arábia Saudita

⁴⁴Devemos reiterar o contexto histórico onde o acordo foi firmado (em Nova Iorque, em 1957) com objetivo de garantir a alternância de poder entre os principais partidos das elites econômicas venezuelanas (SEVERO, 2009; OLIVEIRA, 2011; MOURA, 2013; ABREU, 2019).

⁴⁵“They maintained that middle-class nationalist rhetoric served to obscure the fact that AD did not fundamentally challenge the power relations that existed between the state and the foreign corporations.” (SALAS, 2005: 147)

⁴⁶A existência do Cartel Internacional do Petróleo, o cartel das Sete Irmãs, que fazia com que os estados donos do petróleo competissem mundialmente pelos campos de petróleo, foi o que objetivamente tornou necessária a cartelização desses estados (DELGADO, 2016).

⁴⁷Segundo N. Bailey, “a formação da OPEP, de que amiúde se culpa (sic) a Venezuela, somente ocorreu depois que a sugestão do Ministro do Petróleo Juan Pablo Pérez Alfonzo de uma comunidade energética norte-americana

para reunir-se com os maiores produtores de petróleo globais, Arábia Saudita, Iraque, Kuwait e Irã. Para a Venezuela, o objetivo era imitar o acordo coletivo entre os estados dos EUA para restringir a produção, com o objetivo de negociar uma maior parte das receitas do petróleo e conservar os suprimentos, e assim permitir um processo ordenado de crescimento econômico e, ainda, evitar um processo prematuro de esgotamento das reservas (MITCHELL, 2011: 167; TRUJILLO, 1968). A OPEP possibilitou aos países exportadores a possibilidade de unificar suas políticas a fim de evitar o deterioro de suas economias e romper o domínio exercido pelos consórcios estrangeiros.

Pode-se afirmar que a política petrolífera dos regimes democráticos da Venezuela se baseou fundamentalmente nos postulados implantados pelo Dr. Juan Pablo Pérez Alfonzo, na qualidade de Ministro de Desenvolvimento em 1945 durante sua atuação como Ministro de Minas e Hidrocarbonetos no período 1959-1964 (BALESTRINI, 1991: 193; YSEA, 2013). Essas diretrizes não eram bem vistas pelo empresariado privado, Pedro Tinoco, afirmava que a política de “não mais concessões” foi a síntese de oito anos de falta de uma política petrolífera (MOMMER, 1983). A política petrolífera que prevaleceu até a nacionalização garantiu uma exploração mais racional dos hidrocarbonetos e a defesa e conservação desta riqueza, tanto a nível nacional como internacional (BALESTRINI, 1991). A política petrolífera do Ministro de Desenvolvimento Dr. Juan Pérez Alfonzo incluiu em 1960 a constituição de uma empresa estatal administrada por venezuelanos para a exploração de petróleo. Ele teve a satisfação de ver seus ideais em execução quanto ao fortalecimento dos preços do petróleo através da gestão da OPEP e na nacionalização do petróleo (BALESTRINI, 1991).

TABELA 4 — Comportamento das Reservas Venezuelanas de Petróleo Cru Referente ao Aumento Bruto das Reservas e a Duração das Reservas em Anos (em Milhões de Metros Cúbicos)

fosse ignorada pelos Estados Unidos”. Apesar de 68% das exportações venezuelanas de petróleo se destinem aos Estados Unidos (correspondendo a 15% das importações americanas do produto) existiria aparente recusa estadunidense em reconhecer a Venezuela como fornecedor estável de hidrocarbonetos. No que tange a não-concessão por Washington a Caracas de preferências nesse campo, em contraposição ao tratamento conferido ao México e Canadá.

RESERVAS VENEZOLANAS DE PETROLEO CRUDO
(millones de metros cúbicos)

Años	Aumento bruto en las reservas	Producción anual	Aumento neto de las reservas	Nivel de las reservas al 31 - 12	Duración de las reservas (años)
1957	415	161	254	2.479	15,4
1958	340	151	189	2.668	17,7
1959	196	161	35	2.703	16,8
1960	230	166	64	2.767	16,7
1961	86	169	—83	2.684	15,8
1962	174	186	—12	2.672	14,4
1963	221	188	33	2.705	14,4
1964	227	197	29	2.734	13,9
1965	210	202	8	2.742	13,6
1966	136	196	—60	2.682	13,7
1967 (1)	61	206	—145	2.537	12,3

(1) Cifras preliminares.

Fuente: Ministerio de Minas e Hidrocarburos. Memoria y Cuenta 1967. Caracas, 1968.

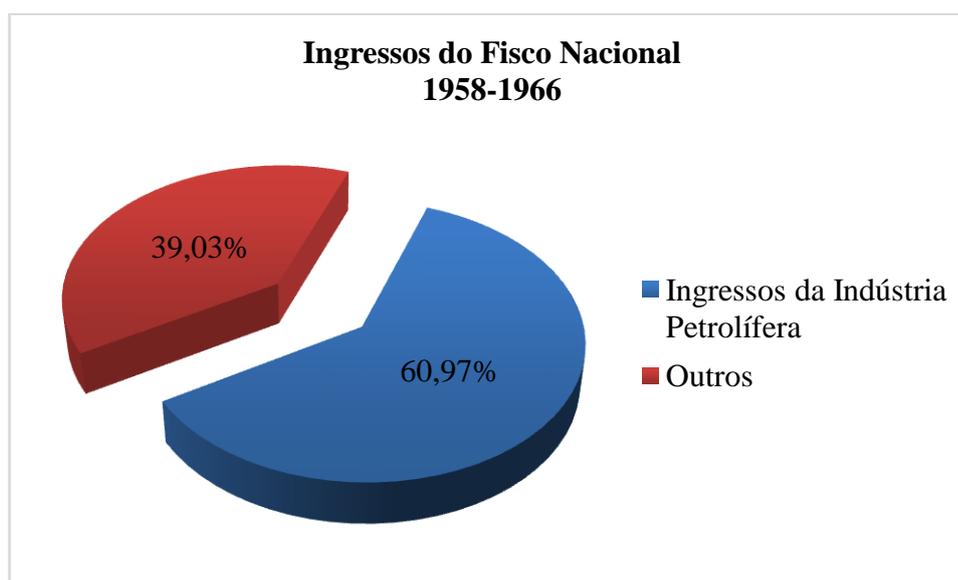
Fonte: TRUJILLO, 1968: 138

Houve um tensionamento moderado na relação com os Estados Unidos em razão das restrições impostas por esse país à importação do petróleo venezuelano, para salvaguardar seu próprio mercado, e devido à decisão venezuelana de se tornar membro fundador da OPEP (HILLMAN; SILVA, 2003). Nos idos da década de 1960 e 1970, a Venezuela pretendeu aprofundar a cooperação com os países da região, projeto este que foi suspenso em meio à crise da dívida na década de 1980 (OLIVEIRA, 2011).

A legislação para exploração do petróleo na Venezuela esteve condicionada às dinâmicas de poder na política doméstica e na política internacional. Esteve sujeita à articulação entre grupos no executivo nacional, no empresariado nacional e entre os investidores estrangeiros. Cada um desses três grupos não é um monólito, mas existem duas agendas: a busca de vantagem sobre a apropriação dos recursos por parte do Estado ou a busca por lucro através do investimento por parte do capital estrangeiro, ambos não coexistem porque os interesses das companhias petrolíferas estrangeiras são contrários ao interesse nacional. Durante todo o século XX, o Estado venezuelano teve como parte de sua receita os ingressos obtidos com a taxaço de empresas e/ou indivíduos que exploravam as riquezas de seu subsolo (TRUJILLO, 1958). Esses impostos e a percentagem a que correspondiam do fisco nacional alterou-se conforme o nível de conhecimento do regime mais vantajoso para si, assim como o contexto internacional de excesso ou escassez de oferta (HASSAN, 2019; MOMMER, 1983; TRUJILLO, 1968). Esses impostos incidiam sobre o tipo de concessão outorgada pelo Estado a uma pessoa natural ou jurídica assim como sobre as atividades

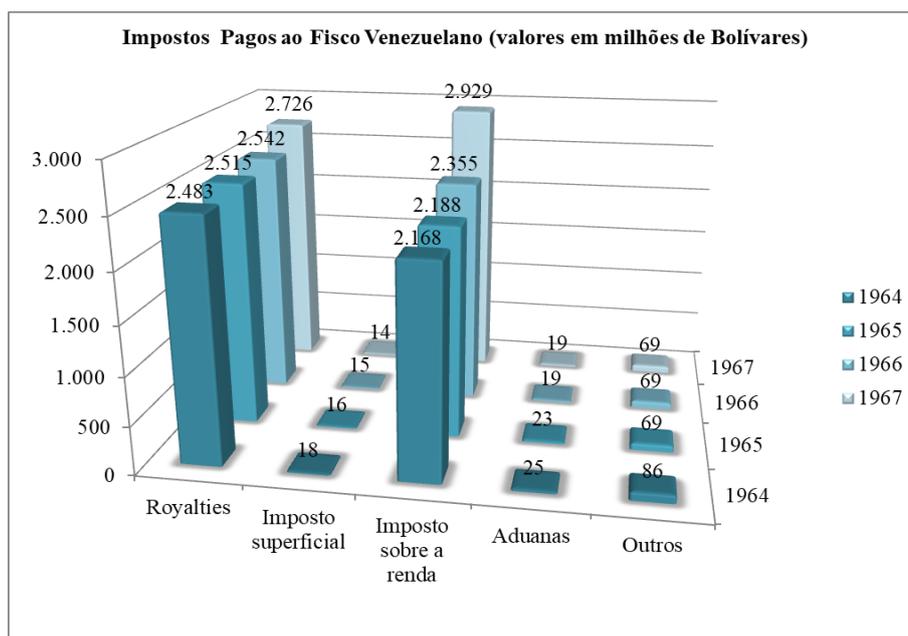
relacionadas ao exercício das companhias no país, e dividiam-se em 3 categorias: sobre a atividade da indústria no território; sobre a renda obtida pelas companhias e sobre as aduanas. O primeiro tipo se divide em cinco subtipos: exploração ou regalia, exploração, exploração, consumo e transporte (TRUJILLO, 1968).

GRÁFICO 1 — Segmentação dos Ingressos do Fisco Nacional Dividido por Indústria Petrolífera e Outros entre 1958-1966



Fonte: TRUJILLO, 1968

GRÁFICO 2 — Impostos Pagos ao Fisco Venezuelano entre os anos de 1964-1967 classificados por categorias



Fonte: TRUJILLO, 1968: 122

Os números para o final da década de 1960 expunham o caráter majoritariamente explorador que ainda caracterizava a indústria do petróleo na Venezuela, 95% do total produzido foi exportado (TRUJILLO, 1968). Dois fatos são importantes: a indústria do país está baseada em um recurso que depende das condições do mercado mundial; e o petróleo venezuelano possui características especiais que o tornam imprescindível em certos processos de refino (TRUJILLO, 1968: 145). Durante os últimos anos da década de 1960 a participação da Venezuela nos mercados mundiais é ultrapassada pelo Oriente Médio, não obstante, segue ocupando uma posição significativa nos mercados mundiais, respondendo em 1967 a 18,8% da produção no comércio mundial líquido (TRUJILLO, 1968: 144).

Com a reivindicação dos governos pela construção de refinarias no país, temos para 1968 a bacia de Maracaibo-Falcón que correspondia a mais de 75% da produção de petróleo refinado no país, seguida pela bacia Oriental ou bacia do Orinoco, que correspondia a 20%, por último, a bacia é denominada Apure-Barinas, com aproximadamente 3% (TRUJILLO, 1968). Ela correspondia a aproximadamente 3% do total do país (TRUJILLO, 1968). O mapa abaixo demonstra sua organização no território:



MAPA 2 — Distribuição e Extensão das Bacias de Petróleo Venezuelanas no Território Nacional

Fonte: TRUJILLO, 1968: 136

Durante a década de 1970 o *Puntofijismo* vive seu auge devido ao contexto internacional do *boom* petrolífero, a idade de ouro do governo, ocorre em função de uma crise energética mundial causada pelo aumento do preço do petróleo. Ademais, a um nível político, a OPEP se recusava a vender barris aos países que apoiavam Israel no momento, caso dos Estados Unidos e alguns países da Europa. Nesse cenário de embargo aos EUA a Venezuela não suspendeu suas exportações ao país (GRISANTI, 2017). Dessa forma, percebemos que no momento no qual havia uma crise a nível mundial, ocorria um dos melhores tempos para a economia venezuelana com as altas cifras de venda de petróleo.

A OPEP teve um impacto significativo no controle de preços pelos países produtores no primeiro choque do petróleo, em 1973, quando houve uma recuperação de 12 anos de queda consecutiva no preço do petróleo (SEVERO, 2009). Os países decidiram conjuntamente pela realização de um embargo e diminuição da produção, por conseguinte, aumentou o valor do petróleo no mercado internacional (SEVERO, 2009). O preço evoluiu de 9,4 dólares em 1970 para 47,54 dólares em 1974 (SEVERO, 2009). Assim como o ingresso de divisas, o orçamento

do Estado venezuelano multiplicou-se por três, e a liquidez monetária cresceu quase 200% também o PIB experimentou um crescimento de 30% (SEVERO, 2009). Como consequência desse crescimento, a demanda interna também aumentou fazendo crescer as importações e exercendo pressão sobre o aumento dos preços (FUNDAFUTURO, 1992; SEVERO, 2009).

Na década de 1970 foram realizadas várias tentativas para assegurar o abastecimento de petróleo e em 1974 foi criada a Agência Internacional de Energia (AIE) e em 1975 a Lei de Conservação e Política de Energia (EPCA) que incluía a criação da Reserva Estratégica de Petróleo (SPR), isso reitera o caráter militar da busca pelo abastecimento, e a preocupação pelos recursos de política exterior da Venezuela: o petróleo, uma variável estruturante, assume um lugar nuclear nos assuntos de segurança internacional (DELGADO, 2016).

A liberdade absoluta às transações de capital estrangeiro começou a mudar na década de 1970. Em 1973, a eclosão de outra guerra árabe-israelense e o embargo do petróleo decretado pelos países árabes produtores de petróleo gerou um rápido aumento de quatro vezes nos preços do petróleo, seguido por outro aumento rápido de três vezes em 1979; enquanto isso desencadeou a crise de energia para os consumidores de petróleo, para os países exportadores de petróleo, como a Venezuela, produziu um significativo aumento das receitas do petróleo (SEVERO, 2009).

Nesse período a Cooperação Venezuelana de Petróleo (CVP) se transforma na companhia estatal Petróleos de Venezuela (PDVSA), que afetou os interesses comerciais norte-americanos (SILVA, 1987: 186). Alguns autores têm uma posição divergente sobre os impactos da nacionalização sobre os interesses do capital transnacional, esse é o caso de L. W. Severo e Bernard Mommer, o primeiro retomará o movimento feito durante o segundo governo de Pérez ao qual a literatura venezuelana refere-se como “*Nacionalización Chucuta*” em referência a uma “falsa” nacionalização, que não privilegiava o investimento de modo a desenvolver a economia nacional (SEVERO, 2009; MOMMER, 1983). Como resultado da nacionalização realizada em 1º de janeiro de 1976, no primeiro mandato presidencial de Carlos Andrés Pérez, não há concessões, mas sim cessões, não há concessionárias estatais, o Estado exerce soberania permanente sobre a riqueza do petróleo e formula a política de Minas e Hidrocarbonetos por intermédio do Ministério de Minas e Energia de acordo com o artigo 35 da Lei Orgânica da Administração Central e a executa por meio do Grande Estado empresa Petróleos de Venezuela SA (BALESTRINI, 1998: 204). Neste episódio não houve reação por parte dos EUA porque a PDVSA não se contrapunha aos interesses americanos (SEVERO, 2009).

A diminuição da carga fiscal após 1976 permitiu a PDVSA acumular cerca de 5,5 bilhões de dólares em um fundo para futuros investimentos. Em 1983, o preço do petróleo diminuiu drasticamente pela racionalização do seu consumo a nível mundial, pelo aumento de produção da OPEP e pelos acordos que os conflitos no Oriente Médio geraram (VILLASENIN, 2017: 46). Durante o governo de Luis Herrera Campins foi determinada a conversão do fundo de investimentos da PDVSA em reservas internacionais do Banco Central da Venezuela (BCV), visando contrapor-se à sua diminuição; a partir de 1983, a PDVSA inicia um processo de internacionalização, onde destinaria uma parte crescente de seus recursos para a compra de ativos no exterior, em especial de refinarias (MOMMER, 1991; STRONEN, 2017) - isso mascarou a fuga de capitais que atingiu esse setor. Esse processo ficou conhecido como a Abertura Petrolífera ou também Internacionalização da PDVSA. Segundo Ellner (2008: 81) nos anos subsequentes companhias estatais entraram em um processo deliberado de bancarrota, preparando o espaço para o processo de privatização. Esse processo teve continuidade nos anos seguintes, no segunda mandato de Andrés Perez programas de ajuste estrutural ajustaram os preços do petróleo ao mercado internacional (MOMMER, 1996).

A Abertura Petrolífera esteve atrelada a uma liberalização do marco regulatório em detrimento da arrecadação fiscal e da soberania jurídica do Estado-proprietário, na maior parte dos contratos estabelecidos com as transnacionais petrolíferas a participação da PDVSA era minoritária (MOMMER, 2003). A queda nos preços de petróleo diminuiu o poder de negociação da Venezuela, as organizações de crédito internacionais e o principal parceiro comercial da Venezuela, os Estados Unidos, pressionaram o Estado para realizar a abertura⁴⁸, o que significou o fim das políticas nacionalistas e o enfraquecimento das relações com a OPEP e promoveu uma abertura da indústria petrolífera novamente para as transnacionais. Apesar do aumento na produção e nos gastos operacionais da PDVSA (ESPINASA, 2006), a arrecadação passou de 60% para menos de 40%, atingindo seu menor patamar desde a década de 1950 (MOMMER, 2003).

O final do século XX ficou marcado pela adoção do receituário neoliberal, com a abertura petrolífera a política de liberalização e ajuste econômico renunciada durante a década de 1980. Em linha com essas políticas, durante a década de 1990 a Venezuela foi nomeada coordenadora regional da “Iniciativa Energética Hemisférica” que incluía medidas

⁴⁸Para superar a crise econômica continental, o chamado “Consenso de Washington” propôs uma série de políticas como a liberdade total de mercados, disciplina fiscal e desregulamentação do Estado dos diferentes setores da economia entre eles o setor de energia que se considerou necessário para superar a crise (RUIZ-CARO, 2006: 15)

para melhorar o investimento estrangeiro no setor de energia da região abrindo a exploração do setor para empresas privadas. A Guerra do Golfo significou o atraso na promoção desta proposta que posteriormente foi apresentada no âmbito das negociações do Acordo de Livre Comércio das Américas (RUIZ-CARO, 2006: 16). A lei de privatização de 1992 facilitou a privatização generalizada de setores estratégicos; a exceção de algumas commodities básicas, os controles de preços foram suspensos, as tarifas foram fortemente reduzidas, e as restrições aos investimentos estrangeiros foram removidas (STRONEN, 2017).

Foram muitas e significativas as mudanças observadas no desenvolvimento de uma indústria de petróleo na Venezuela. Como demonstramos ao longo do capítulo alguns movimentos de continuidade e ruptura interromperam ou reiteraram um processo de dependência e um forte nexos em relação ao capital transnacional. Buscamos recuperar os fundamentos históricos porque só dessa maneira é possível compreender alguns períodos importantes sem cair em generalizações ou até excepcionalismos, como frequentemente é atribuído ao período democrático do *Pacto de Punto Fijo*. Não há uma unanimidade entre acadêmicos sobre três governos significativos na evolução da indústria de petróleo venezuelana: Cipriano Castro, Juan Vicente Gómez, os dois mandatos de Rômulo Betancourt (e os muitos governos parte do *Pacto de Punto Fijo*). Por essa razão através de uma revisão bibliográfica buscamos as principais referências e sintetizamos argumentos distintos para satisfazer os objetivos estabelecidos, que juntos procuram responder de que forma o petróleo venezuelano faz parte da agenda de política externa americana.

Pontuamos que a falta de integração da economia será reiterada com o início da economia petrolífera⁴⁹ uma vez que se agrava a situação do comércio de importações com o uso das divisas provenientes não mais da agricultura, mas do petróleo, e com o crescimento de uma economia improdutiva (TRUJILLO, 1968). A renda petrolífera não foi investida de modo a impulsionar um movimento de industrialização seja do petróleo ou de uma indústria de base de forma estrutural (TRUJILLO, 1968; MORENO, 1968; SEVERO, 2009). O modelo energético vigente enriqueceu a elite local venezuelana ancorado nos capitais transnacionais onde contribui para o desenvolvimento industrial de seus países de origem. O desenvolvimento da indústria do petróleo consolida um projeto socioeconômico benéfico às oligarquias aliadas aos capitais transnacionais, com a ausência de um projeto de desenvolvimento industrial até o governo de Medina Angarita (SEVERO, 2009).

⁴⁹Já para o ano de 1925 as exportações de petróleo superaram as exportações de origem agropecuária (TRUJILLO, 1968).

Ao analisar os movimentos da política doméstica relacionados às mudanças no Sistema Interestatal Capitalista compreendemos que o período do *Pacto de Punto Fijo* reitera um modelo de desenvolvimento dependente e alinhado à agenda de interesses anglo-saxões. Ao final do século XX esse modelo torna-se insustentável e passa a ser questionado pela população, uma vez que agravou contradições de um país rico em recursos minerais e, ao mesmo tempo, sem uma indústria própria. Além disso, esse modelo de desenvolvimento gera uma distorção para a sociedade porque as elites econômicas se beneficiaram dele em detrimento da integração da economia⁵⁰ (FURTADO, 1974; SEVERO, 2009; STRONEN, 2017).

Ao longo do século XX, fica visível o poder de barganha que o Estado adquire mediante duas problemáticas: o contexto do Sistema Interestatal e a orientação do Estado venezuelano. Ao longo do capítulo demonstramos como as dinâmicas internas articulam-se na relação bilateral da Venezuela com os Estados Unidos. A crença compartilhada por muitos intelectuais ao longo do século XX de que a riqueza do petróleo se tornou uma força colonizadora e demoníaca está imortalizada nos trabalhos de Rodolfo Quintero (1968)⁵¹ e nas obras seminais *Mene*, de Arturo Uslar Pietri, e *Oficina N. 1.* de Ramón Díaz Sanchez. Esses pensadores demonizaram inequivocamente os Estados Unidos, a riqueza do petróleo, a rápida urbanização e aparatos burocráticos e tecnológicos como predadores e destruidores de cultura nacional, dividindo a história da Venezuela em uma idílica era pré-petróleo e uma cultura da era do petróleo - que trouxe o campo do petróleo e a cidade do petróleo.

O romancista, ensaísta e político Arturo Uslar Pietri cunhou o slogan 'semear o óleo' em um artigo de jornal publicado em 1936 (SEVERO, 2009) usando a metonímia - óleo tornando-se semelhante a uma 'semente' rara – propôs que os “frutos” do óleo deveriam ser investidos no desenvolvimento e modernização da economia agrícola, fazendo uma referência direta à terra onde a 'semente' é semeada e as riquezas são colhidas, dessa forma contrabalancearia os efeitos caso o Estado não assumisse essa postura.

⁵⁰O caráter do modelo socioeconômico venezuelano tem como base uma economia rentista onde se materializa um cenário de subdesenvolvimento com abundância de divisas, iniciado a partir da mudança de uma economia agroexportadora com um incipiente comércio baseado nas divisas por exportação para uma economia petrolífera, quando se iniciou a entrada de muitos dólares no país advindos da compra do petróleo. Desde então, a economia da Venezuela é estruturada em um modelo dependente da renda gerada pela exportação do hidrocarboneto, onde notamos poucos ou nulos investimentos em agricultura e indústria (FURTADO, 1967).

⁵¹A força estrangeira de conquista possui sua própria tecnologia, instrumentos, invenções, equipamentos e dispositivos imateriais como a linguagem, a arte e a ciência que dizimam as culturas locais e indígenas (QUINTERO, 2011: 19-20) - sustentados pela exploração da riqueza petrolífera nacional por meio de empresas estrangeiras monopolistas.

Com a *Standard Oil* vieram os interesses dos Rockefellers, embora esses próprios já tenham vendido seus ativos para investidores locais sua pegada ainda é visível hoje nos negócios agrícolas e de telecomunicações, ainda depois da nacionalização da indústria ocorrida em 1976. Foi dessa forma que as relações entre os Estados Unidos e a Venezuela foram marcadas pela existência de interesses comuns e por certo conflito cuja raiz está na assimetria de seus poderes relativos.

CAPÍTULO 3 — AS RELAÇÕES BILATERAIS ENTRE A VENEZUELA E OS ESTADOS UNIDOS DURANTE O GOVERNO DE HUGO CHÁVEZ FRÍAS: A INTERSECÇÃO ENTRE GEOESTRATÉGIA E ENERGIA (1999/2013)

Nos capítulos prévios, nos debruçamos sobre a geoestratégia e a energia enquanto objetivos da agenda americana — essenciais para o sucesso desse Estado na competição Interestatal. Nesse sentido, a Venezuela caracteriza-se enquanto território em disputa: tanto por sua localização geoestratégica quanto pelas enormes reservas de hidrocarbonetos ali presentes, como exposto ao longo dos dois capítulos anteriores. Sendo esses dois aspectos pilares no âmbito da competição Interestatal, a Venezuela é um tema relevante na agenda para a manutenção da hegemonia americana. Nosso objetivo aqui é observar a intensidade e a forma pela qual há uma ruptura na tradição da relação bilateral entre a Venezuela e os Estados Unidos nos campos da estratégia de defesa hemisférica e no fornecimento seguro de energia, a partir da “petrodiplomacia” de Hugo Chávez.

A “petrodiplomacia” é caracterizada pelo suporte dado pelas enormes reservas de petróleo para negociar em espaços que objetivam o interesse nacional venezuelano (OLIVEIRA, 2011; PEDROSO, 2011; DELGADO, 2016). Esse movimento está acompanhado por uma contestação à concepção de nova ordem mundial prevalecente desde a Queda do Muro de Berlim em 1989, quando o Sistema Internacional está sob a égide dos Estados Unidos, detentores do poder nessa ordem unipolar sob a égide de um sistema econômico e político criado em conjunto com a Inglaterra. Os Estados Unidos assumiram mais do que um papel de mediador nos foros multilaterais da América Latina, como ocorre na Organização dos Estados Americanos (OEA). Em síntese: utilizaram esses espaços como canais para manutenção de sua ingerência na América Latina.

Ao longo de pouco mais de uma década, o presidente Hugo Chávez adotou uma agenda geoestratégica e política fundamentada na defesa da soberania, adotando como tática a busca da liderança regional e o fomento de uma coalizão entre os países caribenhos. O presidente concordava com a premissa de Spykman (1942) ao propor a integração entre seu país e seus vizinhos como ferramenta para equilibrar a balança de poder no hemisfério. Além disso, no plano internacional Chávez negociou acordos militares, de infraestrutura e energéticos com outras potências que colocavam em xeque a doutrina de defesa hemisférica, preâmbulo da atuação da política externa americana na América Latina. Esse posicionamento gerou atrito

tanto pela proeminência e articulação dos países da região para buscarem sua autonomia quanto promove a entrada no território de seus dois principais competidores: Rússia e China.

Neste capítulo, analisaremos ambas as agendas de política externa para colocá-las em perspectiva e compreender os interesses de ambos Estados nas áreas estratégicas da geoestratégia e energia, onde também estão inclusos os setores de telecomunicações, defesa e transporte. Para isso, seguiremos a seguinte estrutura: primeiro, a análise da agenda americana no período pós-Guerra Fria. Fundamentamos essa análise nos documentos oficiais estratégicos americanos: *National Security Strategy* (NSS, 1996, 1999, 2000, 2002, 2006). Segundo, o pensamento político de Hugo Chávez, e a fundamentação para delineamento da atuação externa venezuelana. Depois disso, realizaremos uma análise sobre as leituras americanas em relação à agenda de segurança venezuelana, presente em artigos científicos e livros além de documentos desclassificados em 2010. Por fim, realizamos a intersecção dos itens anteriores, de modo a analisar a relação bilateral entre os Estados Unidos da América e a República Bolivariana da Venezuela nas questões: estratégia de defesa hemisférica e fornecimento seguro de energia.

3.1 A ESTRATÉGIA AMERICANA PARA O HEMISFÉRIO OCIDENTAL ENTRE 1999-2013

A fim de delinear os objetivos dos Estados Unidos no hemisfério ocidental, apontaremos a fundamentação para manutenção da hegemonia. Combinamos uma análise do planejamento e da atuação dos Estados Unidos, para compreender o contexto no qual se situa essa agenda de um lado, e observamos o arranjo de poder no hemisfério e os empecilhos à prática dessa agenda. A seção visa apresentar um panorama sobre o lugar da América Latina na geoestratégia americana no pós-Guerra Fria — e o Grande Caribe que aí se insere.

A análise sobre a atuação americana ao longo da década de 1990 aponta na América Latina uma relação assimétrica e de instrumentalização dos governos na região, onde conta com instrumentos econômicos, financeiros e militares, simultaneamente à ausência de rivais extra hemisféricos. Essa atuação, quando analisada, aponta para as falhas e os desdobramentos posteriores à década de 1990. As falhas da política externa de Bill Clinton foram, entre muitos fatores, precedente para a mudança da orientação para um novo século americano (PECEQUILO, 2011; HERZ, 2002).

Na política externa americana, em alguns períodos mais multilaterais e em outros priorizando a unilateralidade, há uma preocupação constante em assegurar a ordem ocidental e seu sistema de valores: a democracia estadunidense e a livre iniciativa. Esse imperativo tem

relação direta com a estratégia de segurança americana, que se enxerga como potência excepcional no sistema internacional. Os Estados Unidos, no pós-Guerra Fria, percebe-se como única potência com poder militar capaz de defender seus aliados. Os documentos de segurança de 1996-2010, orbitam ao longo da inter-relação entre os interesses americanos e a visão geoestratégica sobre a reorganização de forças no sistema Interestatal.

No decorrer do tempo os EUA passam a perceber as aspirantes a potência (NSS, 1999, 2000) sob o prisma do engajamento para promoção da balança de poder. Atrelando a Rússia ao sistema de cooperação europeu e a um programa de desarmamento nuclear ao mesmo tempo em que mantém a inteligência sobre esse país e a China. No tabuleiro global estabelecem aliados e inimigos, e essa mudança é enfatizada na primeira década do século XXI, quando Estados vistos como democracias estáveis passam a ser classificados como Estados Párias (*Rogue States*). Esse é o caso da Venezuela e da Síria, após o afastamento da órbita de influência política e econômica americana, passando a negociar com outros Estados assumindo o princípio da soberania estatal. Ambos os Estados se juntam a uma longa lista: Iraque, Afeganistão, Irã, Coreia do Norte e Cuba.

Após o 11 de setembro de 2001, a Doutrina Bush atinge sua forma mais bem-acabada, com os conceitos de segurança preemptiva e o Eixo do Mal, ideário diretamente relacionado aos Estados Párias (PECEQUILO, 2011). Sobre ele sublinhamos: “O conceito de Eixo do Mal, é similar ao Império do Mal de Reagan (o que demonstra a ponte entre os projetos)” (PECEQUILO, 2011: 367). Os Estados Párias (*Rogue States*) são Estados com elevado potencial de destruição e ameaça à segurança regional que possuem armas de destruição em massa e cooperam com grupos terroristas em um Sistema Interestatal profundamente interconectado (NSS, 2002; PECEQUILO, 2011).

A ameaça não se limita ao hemisfério Ocidental, ameaçam a Ordem Ocidental em sua totalidade, o que inclui tanto o modelo econômico capitalista quanto o sistema político democrático, assim como a segurança dessas populações. Ao referir-se a esses Estado Bush não dissocia a segurança dos Estados Unidos das nações amigas. O então presidente advertiu, em discurso dado em 2002: “Estados como estes, e seus aliados terroristas, constituem um ‘Eixo do Mal’, armado para ameaçar a paz do mundo” (PECEQUILO, 2011). Isso é importante porque Estados que eram anteriormente vistos como democracias estáveis passam a ser classificados como Pária. No hemisfério ocidental é mandatório que os Estados Pária sejam isolados para que não sobrevivam ou projetem seu poder.

Repetidas vezes, o governo da Venezuela, durante a presidência de Hugo Chávez foi associado à produção de armas de destruição em massa, relacionando as parcerias realizadas com o Irã para desenvolvimento de energia nuclear à produção de uma bomba nuclear. Em conjunto, os movimentos de Chávez na direção de compra de armamentos da Rússia foram vistos como ameaça pelos Estados Unidos. A associação entre Chávez e a construção de uma bomba nuclear foi amplamente difundida pela mídia internacional, somada a sua cooperação com grupos terroristas no Oriente Médio e na América Latina (ROWAN; SCHOEN, 2009; PADGETT, 2009; TIME, 2009; NORIEGA, 2010).

Na hierarquia das prioridades americanas se inseria uma estratégia para a Eurásia, região pivô da disputa pelo poder global, como apontado por Brzezinski (1997) com a expansão da Rússia, China e Índia. Em conjunto, era imperativo manter uma ordem política favorável no Oriente Médio; conter a expansão russa e diminuir cada vez mais sua influência sobre o território dos Bálcãs europeus (BRZEZINSKI, 1997). Além disso, a crescente instabilidade no Oriente Médio ameaçava o acesso ao petróleo em condições preferenciais aos Estados Unidos, pois era um problema que a maioria dos governos mantivesse domínio do Estado sobre o petróleo (PAINTER, 2012). Esse foi o caso do Iraque, que, segundo os EUA, projetava sua instabilidade política no Oriente Médio e ameaçava a segurança da Arábia Saudita (SACHS, 2013).

A doutrina de segurança vigente durante a presidência Bush adota como vetor a noção de guerra preventiva, um precedente para que o unilateralismo fosse levado às últimas consequências. A partir de uma ameaça permanente à ordem ocidental criava um imperativo de segurança que se estendia a toda a comunidade de nações que estavam sob o signo da democracia ocidental. O resultado disso é a construção do interesse nacional americano associado a um dever de proteção da comunidade de nações, visto que seu poder não encontrava paralelo no Sistema Internacional. Soma-se a isso a falta de uma política de segurança por parte da Europa. Em síntese, seus principais aliados apresentavam um déficit nas capacidades militares (PECEQUILO, 2011). Por essa razão torna-se dever proteger essas nações da ameaça externa do terrorismo.

O unilateralismo adotado por Bush é parte da busca pela maximização dos interesses americanos na longa duração da política externa americana. Nesse sentido é importante compreender o legado de sua doutrina para o pós-Guerra Fria e as motivações que fundamentam a adoção de uma postura caracterizada como unilateralista, em contraste ao governo Clinton (ONEA, 2013). A orientação da política externa foi uma resposta à crescente

perda de prestígio e/ou deferência que esse Estado considerava como sua devida recompensa tendo em conta sua responsabilidade única como potência dominante (ONEA, 2013). A adoção de uma mudança tática objetivava a garantia dos interesses americanos, possibilitando que sua não-atuação trouxesse mais ganhos do que perdas. Os Estados Unidos não mais se envolveriam em acordos multilaterais e/ou assumiriam o custo político da não atuação (não seriam associados a um lugar de liderança insuficiente).

Com isso, reafirmavam seu poder pela demonstração de que sua atuação visava à manutenção da posição de potência global, passando assim da noção de “Nação Indispensável” à “Nação Inviolável”. A América não deve renunciar a sua responsabilidade em proteger, em nome de sua segurança e de seus aliados; agindo diante de desafios à expansão da ordem democrática; “O único caminho para a paz e a segurança é o caminho da ação”. (NSS, 2002: 14; PECEQUILO, 2011: 397). Segundo Pecequilo (2011) e Onea (2013): A América não seria limitada pelas regras do sistema internacional.

Os Estados Unidos têm a percepção de que existe uma disputa de poder em curso e cada vez mais a informação e sua defesa diante de ataques que objetivam a obtenção de informações estratégicas militares e políticas dos Estados Unidos torna-se mandatório. A garantia e manutenção da transparência de informação no hemisfério inseriu-se na pauta de combate ao narcoterrorismo e segurança hemisférica (GUZZI, 2008; NSS, 2000; QDR, 2001). A guerra também se atualiza, em resposta às mudanças em um sistema globalizado e uma rede mundial de pessoas, nesse sentido os EUA mantêm uma atuação ofensiva em territórios de seu interesse. Embora não intervenha diretamente nesses territórios, esse país exerce uma influência a partir do monopólio da criação do consenso de paz mundial, ainda que conduza guerras robustas como no Afeganistão e Iraque.

A dispersão das agências estadunidenses ao redor do globo, com massivos investimentos pró-democracia dá poder aos Estados Unidos para influenciar ainda mais o consenso mundial sobre a percepção dos governos que classifica como antidemocráticos, citamos como principais: *Freedom House* e *National Endowment for Democracy*. Sobretudo, a reorganização de forças no campo político influencia diretamente interesses americanos para a continuidade da expansão de sua riqueza e ameaça também seu poder, enquanto os Estados antidemocráticos entram em tensão com os interesses vitais dos Estados Unidos. A mudança em um contexto político favorável aos Estados Unidos na América Latina e no Oriente Médio gera um ataque ao domínio político e o acesso aos recursos minerais nesses territórios, como aprofundaremos a seguir.

No hemisfério ocidental o combate ao narcotráfico assume o conceito de narcoterrorismo, considerando todas as organizações que anteriormente figuravam como movimentos guerrilheiros à lista de grupos terroristas — “usando o argumento de que os recursos provenientes dos ilícitos poderiam financiar as atividades daqueles grupos no continente americano, sem distinção entre eles” (GUZZI, 2008: 70). Como aponta Guzzi (2008) os números chegam à soma de meio milhão de dólares destinados ao combate ao narcotráfico. Essa parceria foi especialmente relevante porque a região de maior insegurança é a região andina — onde a utilização e militarização do território possibilitariam maior controle e ataque às ameaças regionais.

A agenda em questão fomentou o progresso econômico americano, a crescente e elevada militarização da região, que serviu também como laboratório americano para aquisição de conhecimento sobre a operação e tática em guerras assimétricas (BHAGWAT, 2006; GUZZI, 2008). Essa ação solidificou também uma parceria entre os militares estadunidenses e latino-americanos, que alinharam uma agenda de defesa hemisférica em uma diversidade de Foros e iniciativas (HERZ, 2002). O alinhamento automático implica em abrir mão da soberania, mantendo a dependência e o monopólio dos EUA sobre as agendas de segurança latino-americanas. Essa ação está consoante com a agenda dos documentos elaborados na transição para o século XXI e mantém-se ao longo das duas presidências de Bush. O otimismo excessivo sobre sua liderança no hemisfério somado aos desdobramentos das medidas econômicas neoliberais mantém um cenário de instabilidade política, ao mesmo tempo em que detém o controle político, territorial e econômico sobre a América Latina.

A promessa do “Século das Américas” manteve as expectativas quanto às negociações da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), remetendo ao *Fast-Track* (dessa vez não estagnaria nessa fase)⁵², fortaleceu o combate ao narcotráfico na Colômbia com as operações Plano Colômbia e Plano Patriota⁵³ e a oposição a Hugo Chávez na Venezuela. “O discurso populista, reformista, e de unidade latino-americana de Chávez era visto com preocupação, afetando a questão do comércio de petróleo e a estabilidade continental” (PECEQUILO, 2011: 372).

⁵²No discurso de George W. Bush na IV Cúpula das Américas, o presidente faz analogia ao progresso de um espaço de livre comércio nas Américas, em seu governo não seria estagnado pelo poder legislativo (remetendo a um dos principais motivos para a estagnação dessa iniciativa na presidência Clinton) (ARGENTINA, 2016)

⁵³Para mais detalhes acerca do investimento do governo e o narcoterrorismo enquanto agenda securitária da Doutrina Bush para a região andina ver: Guzzi (2008) e Bragança e Guedes (2018).

Coincidem nesses territórios interesses geoestratégicos e a expansão do capital de matriz estadunidense, diversas fontes e documentos apontam para a busca da diversificação das fontes de petróleo como interesse contido na execução das guerras (PAINTER, 2012). Assim foram definidos governos aliados e inimigos no governo Bush. O argumento anterior é reiterado a partir de três consequências das guerras executadas nesse período: a instabilidade política no pós-intervenção nos Estados Párias (Iraque e Afeganistão), o acesso às fontes de petróleo — e o controle político desses territórios associando-se aos governos de transição e aos líderes de oposição — e o lucro de empresas de matriz americana, na produção e venda de armamentos, acesso a esses mercados e controle de matéria-prima.

O conjunto de interesses vitais americano permanece o mesmo na administração seguinte. A diversificação e aproximação política de governos vistos como ameaça pela presidência Bush visa repaginar a definição de liderança dos Estados Unidos, assumindo uma postura que caracteriza historicamente os governos democratas, buscando demonstrar através da concertação que a parceria entre seu governo e outros Estados garantiria benefícios mútuos. Há uma mudança tática que visa reformular a imagem da liderança americana após o elevado tensionamento provocado pela orientação da Doutrina Bush. No governo Obama, a intervenção é vista como recurso a ser deixado por último, no entanto não nega sua utilização diante de ameaças externas à segurança dos Estados Unidos e nações aliadas. Política e diplomaticamente, esse foi um governo que estabeleceu as relações com os governos latino-americanos como um todo, aproximando-se de atores-chave e propondo a via da cooperação para o hemisfério ocidental.

Em meio às mudanças políticas na agenda dos governos associados à chamada “*Pink Tide*”, os EUA devem se readequar a esse cenário: no caso, o termo se refere à eleição de governos progressistas de esquerda na América Latina e que não se alinham automaticamente aos Estados Unidos. Soma-se a isso a diversificação de parcerias estratégicas entre esses governos, a Rússia e a China, configurando um cenário de dissuasão de poder.

A política externa de Obama atua para que seu governo não seja associado ao intervencionismo passado das administrações Bush, Clinton e W. Bush. Essa postura resulta de um cálculo estratégico, por essa razão não adota uma estratégia ofensiva na região. Essa mudança de postura nos campos político e diplomático não é acompanhada por uma mudança no conjunto de interesses americanos, que permaneceu inalterado, nos campos financeiro, político, econômico e militar. Há uma mudança tática significativa, contudo acentua a contradição entre a postura política e diplomática de Obama e a dimensão pragmática na

manutenção da hegemonia. Ao contrário do discurso de abertura em sua primeira participação na Cúpula das Américas, realizada em 2009, não há uma mudança na agenda de interesses americanos, sua postura política de expansão de poder e riqueza agora recalcula seus movimentos diante de uma mudança substancial na balança de poder.

3.2 A CONCEPÇÃO POLÍTICA CHAVISTA: O LÍDER, O IDEÁRIO E O PRINCÍPIO DA SOBERANIA

A principal característica do relacionamento entre os Estados Unidos e a Venezuela é a dupla dinâmica de conflito e interdependência (EWELL, 1996). A agenda americana em seu hemisfério opera segundo a expansão de seu poder e riqueza, contudo esses objetivos impedem que outras nações exerçam sua soberania, visto que o progresso de seu Estado deve romper com o alinhamento automático em relação a esse poderoso vizinho do norte para buscar uma posição de negociação que vise o interesse nacional. O conteúdo da política externa chavista resgata valores que reivindicam a integração latino-americana e a cooperação Sul-Sul, remontando ao marco histórico da Conferência de Bandung de 1955 (OLIVEIRA, 2011, VENEZUELA, 2007a). Sua agenda não necessariamente pretende entrar em conflito com o Ocidente, mas se propõe a ampliar a participação de outros países não-tradicionais no Sistema Interestatal Ocidental, pela proposta de uma Terceira Via (OLIVEIRA, 2011, VENEZUELA, 2001a, 2007a, 2007b).

Hugo Chávez foi, por sua formação, um militar com extensa leitura humanista. Por essa razão, teve um contato aprofundado com a história latino-americana e resgatou algumas figuras históricas que nos ajudam a enxergar por pinceladas o quadro intelectual que definiu o seu governo, composto pelas seguintes figuras: Simón Bolívar, Ezequiel Zamora, Simón Rodríguez, Francisco Miranda e José Martí:

O 'bolivarianismo' que inspira este movimento não configura uma doutrina nem um corpo teórico que possa ser utilizado para solucionar os problemas reais que a sociedade enfrenta, é antes um espaço no qual é atribuído um conteúdo metafórico à sociedade venezuelana. Através da formação de símbolos, são reforçados os valores que nos definem nacionalmente, estruturando-se através do fortalecimento da figura do Libertador, matizando-a com duas figuras emblemáticas: Ezequiel Zamora e Simón Rodríguez, os quais fornecem ao movimento o caráter igualitário e revolucionário, para se diferenciar das invocações bolivarianas que tradicionalmente tinham sido realizadas para sustentar a hegemonia das elites políticas e econômicas do país. Assim, Ezequiel Zamora dá um sentido estratégico ao discurso bolivariano pela liderança que exerceu sobre os pardos, negros e indígenas, população segregada social e politicamente do Estado em sua luta igualitária contra os brancos crioulos; e o educador Simón Rodríguez, mestre do Libertador, lhe outorga o caráter revolucionário, porque é o símbolo da investigação científica, da educação e dos problemas da produção econômica, da idéia de república e cidadania e da importância de ajustar estes valores universais em projetos políticos que respondam

a especificidades nacionais (ROJAS, 2001: 90-98 apud CAMEJO, 2002: 18 apud LANDER, 2005: 195).

A visão política de Chávez é composta por um histórico sobre pensar a política a partir de bases populares, dialogando mais diretamente com classes sociais que conformaram a base da pirâmide social venezuelana. Seu primeiro ensaio ocorreu em 1994, com a Agenda Alternativa Bolivariana (AAB) (SEVERO, 2009), segundo Chávez:

La Agenda Alternativa Bolivariana rompe con el fundamentalismo neoliberal, se rebela contra él, derriba los estrechos y negros muros de la visión unilateral, fragmentaria y reduccionista, para mirar en derredor y percibir la realidad en toda su magnitud, a través de un enfoque humanístico, integral, holístico, ecológico (...) Así, la estrategia bolivariana se plantea no solamente la reestructuración del estado, sino de todo el sistema político, desde sus fundamentos filosóficos mismos, hasta sus componentes y las relaciones que los regulan. Por esa razón hablamos del proceso necesario de reconstrucción o refundación del Poder Nacional en todas sus facetas, basado en la legitimidad y la soberanía. El poder constituido no tiene a estas alturas la más mínima capacidad para hacerlo, por lo que habremos necesariamente de recurrir al poder constituyente, para ir hacia la instauración de la Quinta República: la República Bolivariana (FRÍAS, 1994 apud SEVERO, 2009: 226).

Os valores adotados por Chávez, da árvore de três raízes, têm um caráter de integrar e recuperar a história venezuelana (LANDER, 2005). Chávez busca por meio da recuperação da história nacional integrá-la à política nacional, para constituir uma identidade bolivariana que durante seu governo tem nas figuras de Simón Bolívar, José Martí e Francisco Miranda três nomes significativos. A figura de Bolívar coloca-se como reivindicadora da soberania, agora sob um novo prisma, a relação da Venezuela em relação a seus vizinhos e a presença americana no território. Dessa forma, Chávez reitera a importância de construir um projeto político adequado à nação venezuelana. Principalmente na ocupação da posição de proeminência da América Latina nas parcerias políticas realizadas. A visão do presidente sobre Bolívar reitera o que assinala Rozo Acuña (1988):

Sorprendente encontrar un militar criollo en el contexto social y político de la América Española, pero también en el mundial, que conozca bien la evolución política del mundo antiguo y moderno occidental, más específicamente Grecia, Roma, Inglaterra, Francia, las Repúblicas renacentistas de Italia, los Estados Unidos de América. Este personaje es Simón Bolívar quien como militar es comparable con Alejandro Magno, Aníbal, Julio César, Napoleón Bonaparte. Su hazaña de liberar un subcontinente en las condiciones materiales y militares en que lo hizo Bolívar, lo coloca en el mismo nivel de esos grandes héroes de la Historia Universal (ACUÑA, 1988: XVI-XVII apud CALDERÓN, 2016: 141).

Segundo a pesquisa de Pádua (2008), o fato de a Assembleia Nacional Constituinte (ANC) contar com uma composição majoritária pró-chavista, a Constituição teve como ponto de partida um documento proposto pelo próprio presidente em relação ao conteúdo que faria

parte da nova Carta (PÁDUA, 2008). A partir dessa análise observamos que a Constituição da República Bolivariana da Venezuela (CRBV) configura um instrumento de poder elaborado a partir de própria cosmovisão de Chávez. Nela, percebemos os principais pilares que norteiam a revolução chavista: a defesa da soberania e dos recursos para o desenvolvimento e a promoção da cooperação entre as nações, de modo a impulsionar a integração latino-americana (VENEZUELA, 1999; PÁDUA, 2008). É importante entender, sobretudo, que existem alguns momentos de ruptura dentro do próprio chavismo, onde as premissas sobre a relação com os Estados Unidos são alteradas:

Quando Chávez ganha as eleições e chega à Presidência da República, o governo não conta nem com um corpo ideológico ou doutrinário sistemático, nem com as linhas mestras claras do que poderia ser um projeto de país em seus principais âmbitos, nem com organizações políticas com capacidade para responder de forma adequada a estas carências. Em termos das clássicas distinções entre esquerda e direita, o projeto, em suas fases iniciais, foi heterogêneo e teve em seu seio, inclusive, posturas que podiam ser catalogadas como sendo de um tradicional nacionalismo militar conservador (LANDER, 2005: 194).

De forma complementar, Chávez propõe a superação da ideia que o próprio venezuelano tinha de si, que se antes estava restrita ao consumo agora se ampliava à ideia de organização política e politização em massa da sociedade. Vemos na criação do Poder Cidadão e do Poder Eleitoral a inauguração de uma forma participativa de exercício da democracia. Ainda, a Constituição tenta superar o modelo representativo liberal (BRUCE, 2016). Com isso, o que queremos acentuar é o estabelecimento de parâmetros distintos daqueles que conformaram a organização política das colônias latino-americanas. O movimento dado por Chávez é inédito porque se confrontam esses antigos valores estabelecidos a partir do excepcionalismo americano vigente no período do *Pacto de Punto Fijo*.

De acordo com Lander (2005), no período que corresponde ao *Pacto de Punto Fijo* a relação de cooperação entre a Venezuela e Washington tinha como sustentáculo um acordo em que, devido ao alinhamento automático, esse país foi associado pelos Estados Unidos ao parâmetro a ser seguido no restante do hemisfério. Há uma ideia de que a Venezuela foi no século XX um país excepcional no hemisfério, em meio a um período em que a América Latina era em sua maioria governada por ditaduras militares, a Venezuela manteve um regime democrático. O que levantamos aqui se situa no plano estrutural: Chávez realiza um movimento direcionado a cortar o cordão umbilical quando das independências na Iberoamérica, tendo como objetivo a disputa de ideias do que é a democracia. Toda a discussão sobre imperialismo intensificada após a participação americana na tentativa de golpe de Estado

no país, em 2002, coloca em xeque o anticolonialismo sustentado pelos Estados Unidos e questionado por Chávez.

A nova institucionalidade democrática, a partir de então, combina, portanto, a promoção da participação e do protagonismo cívico ao lado de manutenção de um Executivo forte, personificado em sua liderança e que investe em canais extra-institucionais para aprofundar a relação direta com sua base social (BRUCE, 2016: 277).

As Forças Armadas tornaram-se peças centrais na mediação entre o governo (em especial, o Presidente) e a sociedade (BRUCE, 2016). Chamamos atenção com isso para a importância tanto da estabilidade política quanto do fortalecimento de uma identidade e nacionalidade venezuelanas para dar força à tomada de decisões por parte de Chávez em sua agenda de política internacional. Com o processo de politização ocorrido durante o governo de Chávez, o valor da soberania tornou-se presente na vida cotidiana. A soberania foi associada à existência mesma do Estado e amplamente reiterada inter-relacionando esse valor à justiça social e aos mitos fundadores. Essa atuação teve como consequência a adesão da população à defesa da soberania, personificada no presidente. Segundo Bruce (2016) a revolução na visão que o próprio venezuelano tinha de si, relacionava a mobilização política à soberania (BRUCE, 2016: 234). Esse movimento fez com que os próprios venezuelanos abraçassem a defesa do território. Vemos também que diferente da postura anterior, espelhada nos valores e no ideário americano antissoviético, a postura de ocupação de um lugar de liderança regional não seria possível sem a parceria com Cuba. Ao logo do capítulo adentraremos na importância dessa parceria, mas, adiantamos, a aproximação de Cuba fornece à Venezuela o aporte de um arcabouço teórico anti-imperialista, assim como o fortalecimento das posições venezuelanas na região caribenha.

Inicialmente, a postura de Chávez estava definida pelo multilateralismo e a solidariedade latino-americana. Gradativamente, realiza um cálculo estratégico com objetivo de diversificar suas parcerias estratégicas e utilização das divisas do petróleo para promover o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento de capital humano (VENEUELA, 2001a). Após os eventos de 2002, onde se viu confrontado por Washington e deparou-se com uma ação de derrubada do governo que contou com atores internos, assume uma postura antiamericanista e acelera a busca por parcerias extra-hemisféricas.

No Caribe, Chávez aproxima-se de Cuba e cria importantes organizações para integração regional, além disso, realiza parcerias estratégicas com os dois principais competidores na disputa pelo poder global: Rússia e China. Em síntese, apesar de uma postura

antiamericana que cresce exponencialmente ano a ano após o Golpe de 2002, a Venezuela propõe antes ampliar a participação do Terceiro Mundo no Sistema Internacional a um conflito *per se* com a Europa e os Estados Unidos, o Norte Global. Torna-se uma voz dissidente e fomenta um processo cujo objetivo é terminar a ingerência estadunidense na região. Pelo que já foi pontuado até aqui, esse é um objetivo que ameaça a balança de poder americana.

3.3 A POLÍTICA EXTERNA DE HUGO CHÁVEZ

Segundo o documento *Plan de Desarrollo de la Nación Simón Bolívar* (2001-2007) a Venezuela atua buscando a gestação de espaços multipolares que se contraponham à dinâmica unipolar e globalizante resultante do abrupto final de uma ordem bipolar (VENEZUELA, 2001a: 159). O sucesso de sua agenda foi possível pela relação política do presidente com os Chefes de Estado, onde reiterou o valor da multipolaridade e respeito à autodeterminação em países que têm seu sistema político atacado publicamente e reiteradamente pelo eixo dos Estados Unidos e Inglaterra. Diante do enfraquecimento das parcerias econômicas e infraestruturais americanas na América Latina, outras potências enxergaram espaço para estabelecer acordos estratégicos nas áreas de infraestrutura, defesa e comércio (HERZ, 2002).

A percepção de Hugo Chávez sobre a distribuição de poder no sistema internacional fez com que assumisse o papel de articulador da integração regional. Como demonstramos, sua ideologia está fundamentada nas obras de Simón Bolívar e José Martí, o “sonho venezuelano”, que segundo posicionamento do chefe de Estado e as diretrizes nos documentos do governo é a integração latino-americana. Dessa forma, seu entorno de atuação imediato é o Caribe e gradativamente realiza movimentos através de acordos bilaterais e atuação em organizações multilaterais para integrar o Caribe e América Central à América do Sul. Segundo Creuzfeldt (2020), há um componente que faz parte da política externa chavista que não está presente nos documentos oficiais, que é a natureza centralizada dessas decisões, tornando obscuras as ‘nuances’ da política externa da Venezuela — e fortemente ligada ao líder, o executivo formal de política externa (FPE) (CREUZFELDT, 2020).

A política externa venezuelana passou por diferentes percepções sobre o sistema internacional, impressas em seus documentos oficiais. O período inicial, de 1999–2004, corresponde à estruturação da agenda. Nessa agenda a Venezuela prioriza as relações com países latino-americanos e caribenhos e a redefinição de um modelo de segurança hemisférica integral e multidimensional. Expressa a importância de desenvolver um marco estável de segurança e cooperação internacional que permitirá o fortalecimento de instituições

econômicas regionais e de segurança hemisférica (VENEZUELA, 2001a). A partir da complementaridade das economias latino-americanas e caribenhas propõe parcerias mais vantajosas para os países em desenvolvimento do que as oferecidas pelos canais tradicionais. Com isso, refere-se à Cooperação Sul-Sul e a um movimento de países não-alinhados. Reafirma também a necessidade de aprofundar as relações com países vizinhos, referindo-se às relações comercial e energética com os Estados Unidos. Chávez propõe a diversificação das relações internacionais venezuelanas e a recuperação do protagonismo da OPEP, visando a incorporação de novos membros e a cooperação entre as empresas nacionais petroleiras do bloco. O documento dá ênfase à necessidade de parcerias nos campos da segurança alimentar, energia, comercial, defesa, capital humano, e cultura. Em síntese, o governo priorizaria o eixo Sul-Sul, principalmente com as nações latino-americanas e caribenhas, mas não excluía parcerias estratégicas com grandes potências no eixo Sul-Norte (VENEZUELA, 2001a).

O aumento das tensões entre Washington e a Venezuela após a tentativa de derrubada do regime implicaram na alteração do cálculo estratégico. A substituição de Chávez por uma figura representante dos interesses americanos mostrou-se como solução viável para a garantia dos interesses políticos, energéticos e geoestratégicos. Soma-se a isso um movimento coordenado de sabotagem realizado por dentro do país, o caso do *Paro Petrolero* (2002) (SEVERO, 2009). Por consequência há uma mudança tática no posicionamento do governo. Chávez passa a utilizar uma permanente reafirmação de seu país como contrapeso ao poder americano para aproximar-se de parcerias estratégicas. Ao invés de privilegiar a multipolaridade busca associação a partir de um discurso antiamericanista, associando a ideia de que a América Latina pertence a um espaço que não depende de cosmovisões ocidentalizantes. Aproxima-se de países classificados dentro do “Eixo do Mal”, notadamente Irã, Coreia do Norte, Cuba e Líbia, e reitera as relações com outras grandes potências extra hemisféricas: Rússia, Índia e China. Com isso, Chávez insere-se na disputa pelo controle da região do Grande Caribe e articula parcerias entre essas potências e a América Latina.

No “Socialismo do Século XXI” (VENEZUELA, 2007A) o governo de Hugo Chávez privilegiou a chamada democracia participativa e protagonista, com um papel ativo do Estado na distribuição da renda do petróleo, soberania petrolífera venezuelana e o fortalecimento da OPEP, além da solidariedade, multipolaridade e integração política entre os países da América Latina e do Caribe, região catalogada pelos Estados Unidos, desde 1823, como seu “quintal”. Com base nos documentos analisados (VENEZUELA, 2001a, 2007a, 2007b) em conjunto com as pesquisas de Oliveira (2011) e Lander (2005), a estratégia adotada é o

equilíbrio da balança de poder através da aliança com países em desenvolvimento, baseado no princípio da complementaridade. Não aprofundaremos na análise da atuação ao nível interno e na análise sobre o governo chavista, no entanto, não podemos deixar de mencionar haver grande pluralidade na área de Ciência Política e Relações Internacionais sobre a orientação autoritária do governo Chávez associada também à prática de corrupção (CREUZFELDT, 2020). Nesse sentido há críticas sobre a influência dessas características na política externa.

Desde o ponto de vista internacional, os preços do petróleo influenciam a distribuição internacional de poder. A organização do mercado na totalidade e os preços da *commodity* mostram a capacidade de negociação entre demandantes e fornecedores de petróleo, a eficácia de seus mecanismos de controle e sanções políticas, que influenciam o posicionamento internacional e a capacidade de projeção da Venezuela em suas relações. Chávez não imaginava um mundo pós-petróleo, ao contrário, seu modelo baseava-se na certeza de estar sobre as maiores reservas de petróleo do mundo, e um suprimento potencialmente inesgotável de renda de petróleo que garantia a durabilidade política do Petro-Socialismo, um mundo em que a OPEP viveria para sempre para pressionar os preços do petróleo (DELGADO, 2016). Embora a “petrolização” das relações internacionais venezuelanas possa se apresentar como uma via emergente e imaginativa, não podemos deixar de apontar os riscos envolvidos ao condicionar o lastro da atuação internacional a um bem sujeito às oscilações conjunturais, visto que a energia e o petróleo são sobretudo, embora de caráter estratégico, *commodities*. Por essa razão, a “petrolização” da política internacional venezuelana aumenta seus níveis de sensibilidade e vulnerabilidade aos resultados do mercado internacional de petróleo (DELGADO, 2016).

Quando Chávez assumiu o poder, em fevereiro de 1999, uma de suas maiores prioridades era fortalecer a OPEP e aumentar o preço internacional do petróleo. Dessa forma, conseguiu convencer a OPEP a introduzir um sistema de bandas de preços de 22 a 28 dólares por barril, que a OPEP manteria (HASSAN, 2019). No ano seguinte, 2000, o presidente Chávez passou muito tempo viajando para países da OPEP e fora dela, para consolidar seu compromisso com a produção de petróleo por países não-alinhados e para convencê-los a participar do segundo encontro de Chefes de Estado da OPEP, a ser realizado em Caracas (HASSAN, 2019). Em 27 de setembro de 2000, Chávez abriu e sediou esta segunda cúpula da OPEP. A cúpula teve os seguintes objetivos:

1. Restabelecer o diálogo entre a Venezuela e seus parceiros da OPEP;
2. Recuperar a credibilidade da Venezuela na OPEP;

3. Fortalecer a OPEP;
4. Defesa dos preços do petróleo;
5. Reassumir uma posição de liderança dentro da OPEP;
6. Consolidar as relações entre a Venezuela e o mundo árabe e islâmico.

Consegue, por essa via, influir de forma imediata e eficaz tanto no fortalecimento da OPEP como na política de restrição da oferta e na recuperação dos preços do petróleo. Segundo Lander (2005: 201): também foi suspenso o processo de abertura petroleira que fazia parte da estratégia de privatização da gerência da Petróleos da Venezuela, o Estado inicia um processo de recuperação do controle do Executivo sobre a política petroleira e sobre as orientações básicas da empresa, que nos anos anteriores havia adquirido crescentes níveis de autonomia em relação ao Estado.

A região prioritária para a atuação é o Caribe, contudo a região não seria isolada do restante do território latino-americano. Segundo a agenda Chavista a América Latina deveria ser integrada por um destino comum, baseado nos ideais de Simón Bolívar e na história comum da região, com isso propõe-se a articular as relações entre o Caribe e outras duas importantes regiões: América do Sul e América Central. A América Central aparece de forma mais presente como extensão do Caribe, dado o caráter das parcerias e a proeminência dos Estados Unidos na região, o que também contrasta com a atuação dessa potência nesses territórios, acumulando um histórico de intervenções ao longo do século XX na região. Soma-se a isso o contexto de governos alinhados à visão política chavista como é o caso da Nicarágua. Outra região que é de importância na política externa é a América do Sul, havendo a aproximação estratégica nas relações bilaterais e organizações multilaterais.

Nessa região sua atuação também se insere na citada Onda Rosa. Durante o período de governo de Hugo Chávez a Venezuela fortaleceu sua participação nos seguintes blocos: no Caribe, a Associação de Estados Caribenhos (ACS), Petrocaribe, Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), além disso, houve a criação da Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América (ALBA-TCP). Em conjunto à atuação em cada um dos blocos houve a articulação entre eles e outros Estados extra hemisféricos (NOESSELT; LANDIVAR, 2013). Em relação às áreas de geoestratégia e energia foram executados projetos nas áreas de defesa, energia, finanças, telecomunicações e transporte (PERMANENT SECRETARIAT OF SELA, 2015a).

No período que compreende 1999–2004 aconteceram vários eventos no Grande Caribe que podem ser considerados amplamente positivos nos processos de integração existentes,

dentre eles destaca-se a cooperação entre os Estados que constituíram a ACS. Em dezembro de 2004 foram estabelecidos objetivos para a atuação da ACS. Foi consolidado o processo de integração sub-regional, houve o avanço em relação ao estabelecimento do Mercado Único e Economia da Comunidade do Caribe (CARICOM) (CSME). Além disso, a Venezuela apoiou a internacionalização da *Citgo Petroleum Corporation* na América Central, em Porto Rico e no restante do Caribe e busca fortalecer suas embaixadas nos países caribenhos, e a diversificação dos intercâmbios com a região (PERMANENT SECRETARIAT OF SELA, 2015a). A Venezuela impulsiona o PETROCARIBE assegurando a coordenação e articulação das políticas energéticas, incluindo petróleo e derivados, gás, eletricidade, cooperação tecnológica, treinamento e desenvolvimento de infraestrutura energética, bem como o uso de fontes alternativas, como vento e energia solar (PERMANENT SECRETARIAT OF SELA, 2015a). As atividades e projetos desenvolvidos por este acordo têm um alto impacto na viabilidade de muitos dos programas e projetos da ACS, atendendo de forma significativa suas necessidades de energia de forma preferencial. Para integração da estrutura energética a PDVSA criou a PDV-Caribe, essa subsidiária venezuelana funcionaria enquanto braço operacional da PETROCARIBE, assegurando a viabilidade operacional entre os signatários. Isso ocorreu através da instalação de infraestrutura, implantação de embarcações de serviço, terminais de abastecimento, capacidade de refino e sistemas de mercado (PERMANENT SECRETARIAT OF SELA, 2015a). Com isso, eliminaria participação de intermediários privados nesses processos e auxiliaria a comercialização e intercâmbio direto entre os países signatários através de assistência bilateral da Venezuela para cada membro pelo estabelecimento de *joint ventures* com os Estados signatários (PERMANENT SECRETARIAT OF SELA, 2015a). Os objetivos da PDV-Caribe e da ACS (PERMANENT SECRETARIAT OF SELA, 2015a, 2015b) podem ser resumidos por:

1. Apoio ao planejamento conjunto, organização e desenvolvimento de capacidades entre os signatários para: transportar, receber, armazenar, distribuir e comercializar hidrocarbonetos de forma direta e segura;
2. Meios confiáveis de abastecimento para os países do Caribe e da América Central para o efeito de promoção do desenvolvimento sustentável através da adoção de uma estratégia com objetivos e parâmetros para avaliar a sua aplicação e os resultados obtidos;
3. Promover projetos de infraestrutura que conduzam à gestão soberana da energia no Caribe e América Central objetivando melhorar o bem-estar coletivo e a qualidade de vida para seu povo;

4. Coordenar a realização de projetos sociais nos países membros com financiamento da ALBA-Fundo Caribe.

Como apontam Senhoras e Neto (2009) a parceria estabelecida por Chávez com seus vizinhos caribenhos só foi possível devido a uma conjuntura econômica favorável nos mercados de *commodities*. Isso se deveu ao aumento do consumo mundial e à alavancagem financeira via especulação por agentes econômicos no mercado futuro e de derivativos, levando ao aumento do poder econômico e político dos grandes países exportadores de petróleo (SENHORAS; NETO, 2009). Nesse cenário de aumento dos preços do petróleo ocorreu a desvalorização do dólar como reserva de valor nas transações internacionais (SENHORAS; NETO, 2009). A Venezuela tornou-se um ator importante para a formação de uma agenda de Estado denominada Petroamerica com objetivo de promover iniciativas de integração energética na América Latina. Para isso instrumentalizou acordos e investimentos conjuntos na exploração de petróleo e gás, partindo das capacidades desenvolvidas e experiências acumuladas pelas empresas PDVSA (Venezuela), Petrobrás (Brasil) e PEMEX (México) (SENHORAS; NETO, 2009).

A cooperação em petróleo, gás e fornecimento de petróleo foi promovida através de programas como Petrocaribe, Petroandina, Petroamérica e PetroSur, além disso foram realizadas doações por parte da Venezuela a países caribenhos e intercâmbios “comerciais” intermediados por uma lógica decolonial (SEABRA; GIMENEZ, 2015). O país também realizou venda subsidiada de petróleo e assistência econômica de diversos tipos. Foram financiados o banco ALBA, o fundo ALBA-Caribe e o gasoduto Sul-Americano (CALDERÓN, 2016; DELGADO, 2016). A integração entre os blocos, baseada nas estruturas políticas e institucionais de seus Estados parte, cria um espaço institucional complementar onde as políticas articulam-se entre si nos acordos bilaterais e multilaterais.

Na área de defesa há primeiro o princípio de que só será possível com o fortalecimento das capacidades políticas e econômicas dos Estados-Membros. Esses Estados consolidaram em conjunto um espaço securitário baseado em agendas elaboradas a partir dos interesses comuns, nos blocos ALBA-TCP e ACS. O acordo de *Pétion Ville*, no âmbito da ACS, inter-relaciona a segurança ao transporte e ao comércio no Grande Caribe, e essa ao desenvolvimento de uma estratégia marítima e portuária para essa região, de modo a traçar um plano estratégico para o desenvolvimento dos portos marítimos, de modo a alcançar um setor marítimo competitivo, capaz de satisfazer as necessidades no campo do comércio exterior regional. Para isso foram propostas iniciativas referentes à integração entre os dados marítimos referentes à região e o

intercâmbio de conhecimento acerca do uso de tecnologia para criação de um sistema *Maritime Electronic Highway* nesse espaço. Por fim, vale destacar a entrada em vigor do Acordo de Transporte Aéreo entre os países membros e a política “*Uniting The Caribbean by Air and Sea*”, de modo a proporcionar o enquadramento legal para várias opções de serviços aéreos, e ao mesmo tempo, para garantir o mais alto grau de segurança e proteção das operações da aviação civil regional. Essas duas políticas são um passo importante para a segurança do espaço marítimo e de céus abertos no Grande Caribe. Sobretudo, expressa a vontade política dos Estados membros de enfrentar as graves deficiências existentes nas conexões aéreas e marítimas do Grande Caribe (PERMANENT SECRETARIAT OF SELA, 2015). No âmbito da ALBA-TCP, os países entraram em acordo sobre a exploração do território de forma responsável, com objetivo de conservar o território propondo posicionar o Grande Caribe como líder no competitivo mercado de “*carbon emission awareness*”.

A complicada relação de Caracas com Bogotá merece atenção especial. Não é exagero dizer que a relação entre Caracas e Washington, durante o governo de Álvaro Uribe, passou através de Bogotá. Washington aproximou-se da Colômbia, Peru e Chile, e apoiou o tensionamento das relações entre Colômbia, Venezuela e Equador; isso parte da proposta da agenda de segurança para o hemisfério, muito mais próxima daquela abordada no início do capítulo. Essa agenda entrava antagonizava a Venezuela que seguia sendo acusada pelo governo Americano de associação com grupos terroristas como as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e o exército de Libertação Nacional (ELN). A Venezuela viu com alarme a ampliação do número de bases no território vizinho da Colômbia (OAS, 2008). Em 2008, o território colombiano foi usado pela diplomacia colombiana para conseguir a aprovação do acordo de livre comércio (TLC) com Washington.

Em outubro de 2009, sem consultar o Congresso do República e contra as mobilizações sociais assinam o questionado ‘Acordo Complementar de Cooperação e Assistência Técnica em Defesa e Segurança entre os governos da Colômbia e dos Estados Unidos’, em que o sólo colombiano é oferecido para a instalação de sete bases militares dos Estados Unidos para ajudar a conter o projeto político revolucionário de outro de seus vizinhos: a Venezuela (PÉREZ, 2011: 159).

Na América do Sul, há uma divergência político-ideológica significativa nas relações com a Colômbia, única na história republicana da Venezuela. A relação Colômbia-Estados Unidos tem um caráter militarista elevado, com visão regionalista do conflito armado na Colômbia, que é percebido como uma ameaça pelo governo venezuelano. Há uma percepção de aproximação político-ideológica entre o presidente Chávez e a guerrilha colombiana, que

somada à posição de neutralidade diante do conflito colombiano e a escassa cooperação em matéria de segurança geraram desconfiança por parte da Colômbia. A Venezuela retirou-se da Comunidade Andina de Nações (CAN) em 2006 e solicitou sua entrada no MERCOSUL, isso deveu-se, mais uma vez, a sua postura contrária aos Estados Unidos, aos posicionamentos do presidente Álvaro Uribe, e os tratados de livre comércio ratificados entre o Peru, a Colômbia e os EUA (DELGADO, 2016).

3.3.1 *Soft Balancing the U.S.:* A Aproximação e Fortalecimento da Parceria Estratégica com a Rússia e a China

Além das parcerias externas com países latino-americanos e europeus, o cálculo estratégico aproximou a Venezuela de outros países extra-hemisféricos, potências e Estados em desenvolvimento, por duas razões:

1. A aproximação político-ideológica;
2. a qualidade das parcerias para concretizar objetivos de interesse nacional.

O caráter das parcerias somado às convergências acerca da ordem política global são as duas principais razões que explicam o fortalecimento da associação estratégica com a Rússia e a China. Indo mais além de acordos de cooperação baseados na troca de bens e serviços, é necessário desenvolver as principais capacidades do Estado em áreas de infraestrutura, defesa e energia. Em síntese, é preciso pensar em parcerias mais complexas que abarquem essas áreas para que o livre-comércio beneficie de forma comum as partes em acordo. As duas áreas que analisamos aqui, geoestratégia e energia, e suas sub-áreas de infraestrutura, telecomunicações, transporte e defesa, também devem ser privilegiadas nos acordos de política externa.

Muito além de um sócio comercial, a China assumiu a liderança no Caribe enquanto principal parceira de atores-chave, em uma política de construção de entradas em uma região estratégica (NOESSELT; SOLIZ-LANDIVAR, 2013). A agenda de interesses comuns e as condições nas quais se deram as relações corroboraram ao aprofundamento das relações entre Caracas e Beijing, principalmente pela postura diplomática chinesa ao colocar-se como parte do mundo em desenvolvimento e seguir o princípio de ganhos-mútuos em seus espaços de negociação. Segundo Noesselt e Soliz-Landivar (2013), não há em relação a Beijing a associação a qualquer categoria de exportação ou transferência de normas de seu próprio sistema político. Dividiremos essa sessão em três partes, em um primeiro momento aprofundaremos os principais pontos de convergência política entre os dois países, importante fator para aproximação de ambos. Depois disso falaremos sobre as áreas estratégicas e

principais acordos firmados nas áreas que concernem a geoestratégia e defesa entre ambos os países. Nosso objetivo é realizar uma leitura ampla sobre as iniciativas propostas para compreender possíveis ganhos ou perdas nesses acordos.

Entre os estudos consultados a leitura em relação à Venezuela converge acerca das motivações para o aprofundamento com a China, em um primeiro momento há o desejo de diversificar as parcerias políticas e, posteriormente, ganhar capital político e um sócio estratégico à medida que deixa de fazer parte da órbita política de Washington. Sobre a outra parte da parceria isso não se repete, predominando a pluralidade de visões acerca das leituras chinesas sobre a triangulação Venezuela-China-Estados Unidos, mostrando-se muito mais complexa quando estudada com profundidade. Enquanto os estudos de Herrera (2017) apontam o incentivo ao antagonismo, para Creutzfeldt (2014) a China não incentiva o antagonismo em relação aos EUA, antes há um cálculo estratégico e a identificação de um vácuo político na região, onde busca a inserção constatados os ganhos que essa parceria proporciona. Por essa razão manteremos uma posição moderada, apontando que convergem politicamente entre Caracas e Beijing a busca pela multipolaridade no sistema internacional e apoio a um movimento de países não-alinhados.

Alguns estudos apontam que a atuação também ocorre como resposta à atuação dos Estados Unidos no Mar da China Meridional e a aproximação em relação ao Japão, nesse sentido se essa potência interfere no “quintal” chinês ela também o fará no “quintal” americano: “*Si te metes en mi vecindario, yo me meto en el tuyo*” (HERRERA, 2017) Soma-se no conjunto a busca de aumento do capital político em relação ao princípio de “Uma China” (CREUTZFELDT, 2014; HERRERA, 2017). Além disso, como já mencionado no texto e presente nos estudos de Creutzfeldt (2014) e nos documentos oficiais chineses (2001, 2008) o Caribe é área estratégica para expansão da atuação chinesa, inclusive por sua relevância no sistema internacional. A mudança em direção a parcerias mais estratégicas deve ser entendida nesse marco temporal, pois a partir de 2001 inicia-se a etapa chamada de “salto” (CREUTZFELDT, 2014). Por mais de dez anos a indústria espacial chinesa foi a principal parceira no desenvolvimento e execução dos projetos espaciais venezuelanos (PEÑA; YUMIN, 2017). No setor de telecomunicações houve o investimento para a integração territorial do país através da melhora nas capacidades de telecomunicação para distintas áreas, incluindo o monitoramento das condições ambientais, o “transporte” de telefone, internet de alta velocidade e serviços de televisão para áreas isoladas do país e da fronteira. Através da transferência de tecnologia e desenvolvimento do capital humano, com objetivo de atingir a

independência tecnológica; coordenar e usar ciência e tecnologia espaciais para satisfazer as necessidades sociais e apoiar programas nacionais e promover a integração e cooperação regional e internacional (PEÑA; YUMIN, 2017). O programa espacial venezuelano desenvolveu programas para ajudar a difundir o uso de dados de sensoriamento remoto, através da ABAE (DELGADO-LÓPEZ, 2012; PEÑA; YUMIN, 2017, NOESSELT; LANDIVAR, 2013). Alguns dados relevantes sobre essa agência são o treinamento de 3.544 profissionais locais em diferentes áreas da ciência e tecnologia espacial, incluindo treinamento em outros países e o aumento da atividade espacial na região da América Latina e do Caribe (PEÑA; YUMIN, 2017). Neste sentido, a cooperação internacional da Venezuela através da ABAE visa consolidar os planos, programas e projetos na área espacial promovidos pelo Governo Nacional, privilegiando aqueles de âmbito social e regional (DELGADO-LÓPEZ, 2012; PEÑA; YUMIN, 2017). Outro importante acordo foi o desenvolvimento e colocada em órbita de dois satélites venezuelanos, utilizados por alguns países no hemisfério para o monitoramento ambiental de seus territórios (PEÑA; YUMIN, 2017).

Há um amplo debate sobre o caráter das parcerias chinesas em relação à América Latina e Caribe. Enquanto estudos apontam que para a China não é interessante e tampouco viável que a região adquira autonomia e possa competir no globo, sendo essa a principal motivação para a mudança no perfil das exportações para a região com produtos manufaturados de alto valor agregado (HERRERA, 2017); por outro lado, os estudos de Peña e Yumin (2017) apontam o capital político e econômico que parte dos acordos entre a Venezuela e a China, reiterando a transição da região de parceiro comercial para assuntos de “alta política”, como a geoestratégia e a energia (PEÑA; YUMIN, 2017). As atividades de cooperação previam: cooperação bilateral e multilateral; negociação e execução de projetos e programas científicos e tecnológicos; configurações de participação internacional (fóruns, workshops, cursos, conferências, seminários); treinamento de talentos humanos e troca de experiências (PEÑA; YUMIN, 2017). Ao que concerne a pesquisa foram realizados acordos relevantes nas áreas de: telecomunicações, infraestrutura, energia e defesa. Foi estabelecida uma comissão sino-venezuelana para intercâmbio de alto nível (2001), por meio do fundo de financiamento conjunto sino-venezuelano (NOESSELT; LANDIVAR, 2013).

No estágio inicial do chavismo, a Venezuela continuou a ser cliente das indústrias militares dos países da Organização do Tratado do Atlântico Norte e seus aliados. Na segunda fase do mandato de Chávez, as compras foram direcionadas, sobretudo, para a Rússia e a China. Depois da Rússia, a China foi o segundo maior exportador de armas. Segundo dados do

Instituto de Pesquisa da Paz Internacional de Estocolmo (SIPRI), o país adquiriu 18 aeronaves de combate e treinamento K-8VV Karakorum (K-8) em 2010 (SIPRI 2020). Com eles, a China também vendeu para a Venezuela 100 mísseis ar-ar PL-5, cujas bases de lançamento são os K-8. Menos atraente para a mídia, mas mais proeminente para as Forças Armadas da Venezuela e para os EUA, foi a aquisição do sistema de detecção operacional tridimensional assistido por radar. Os dez sistemas JYL-1, cada um com um alcance de detecção de até 320 quilômetros de distância e 25.000 metros de altura, foram entregues entre 2006 e 2009. Entre 2010 e 2011, três sistemas JYL-11B — a versão móvel do JYL-1, com um alcance de 210km e um teto de detecção de 12.000m (SIPRI 2020). Embora não haja informações sobre a capacidade operacional total desses sistemas, em teoria eles poderiam cobrir mais de 916.445 km² do território continental e do mar territorial (SIPRI, 2020).

O petróleo tornou-se uma plataforma de política externa de Chávez em favor de empresas estabelecidas em nações aliadas, como a China e a Rússia (HASSAN, 2019). Assim, a legislação da Venezuela estabeleceu as bases para um sistema que defende os princípios do nacionalismo, mantendo a propriedade e o controle sobre os reservatórios, recursos de petróleo e gás e os processos envolvidos na produção e desenvolvimento (HASSAN, 2019). Foram realizados acordos com a *China National Oil Offshore* para o projeto *Gran Mariscal Sucre* e com a *joint venture China National Petroleum Corporation (CNPC)* (HASSAN, 2019).

A espinha dorsal da parceria russo-venezuelana é política e geoestratégica, primeiro do ponto de vista das vantagens tecnológicas para exploração do petróleo e gás natural, assim como na rede financeira possibilitando a gradativa independência em relação às tecnologias americanas nas áreas de *upstream* e *downstream*. Ambos os países compartilhavam a motivação de criar um espaço independente dos Estados Unidos. Nesse sentido o cálculo estratégico da Venezuela seria buscar parcerias estratégicas a partir de convergências políticas e intercâmbios de recursos minerais e tecnologia, negociando de modo a obter benefícios para todas as partes negociantes. Mapeamos que a parceria com a Rússia se dá pelo potencial geográfico da Venezuela e fortalecimento da presença russa no hemisfério ocidental. Esse fortalecimento criaria um espaço autônomo em relação às ações dos Estados Unidos também nas finanças, sustentáculo do poder. Com a existência de uma cesta de moedas comuns proposta nos foros do qual a Rússia participava, fortalecer a parceria com a Venezuela aumentaria o peso desses países no Sistema Internacional. Dessa forma, não é possível compreender a parceria entre a Venezuela e Rússia de forma dissociada da política externa americana, a reconstrução e reorganização de poderes na Eurásia e no Rimland.

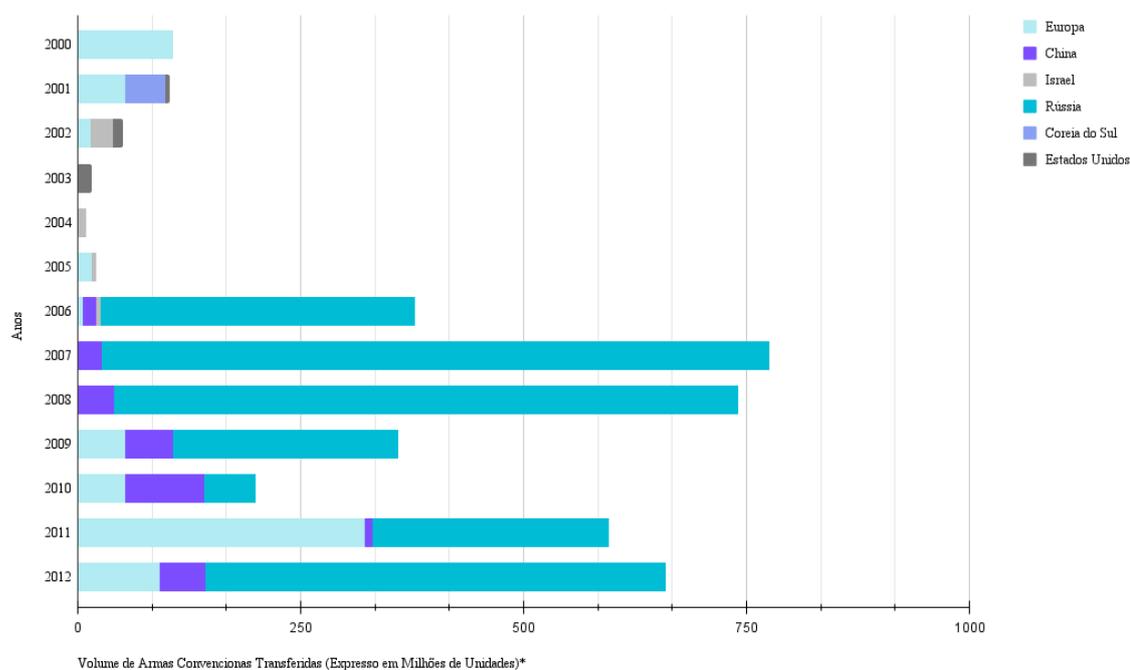
A parceria russo-venezuelana contou com mais de 60 instrumentos de cooperação, além da aquisição de armas e um acordo de cooperação para o uso pacífico da energia nuclear, do qual se derivaria o compromisso russo de proporcionar tecnologia nuclear e de construir uma central nuclear na Venezuela. Sobretudo, a parceria possibilitou a compra de tecnologia militar por parte da Venezuela, de forma a modernizar os exercícios militares e estreitar laços com essa potência no âmbito de uma proposta sobre o que e de que forma seria realizada a segurança nacional. Utilizando como fonte a base de dados virtual do SIPRI, observamos que o ano de 2006 é um marco para a parceria militar entre a Venezuela e a Rússia, que se torna seu principal fornecedor nos anos seguintes, seguida pela China e Espanha. A proeminência dessas duas potências significa uma aproximação da Venezuela no campo das parcerias estratégicas de países rivais dos Estados Unidos. A diversificação dos parceiros militares por parte da Venezuela⁵⁴ esteve motivada tanto pelas vantagens oferecidas nessas negociações (pelo caráter da qualidade dos armamentos) quanto por proximidades quanto ao fortalecimento de um eixo não-ocidentalizante no sistema internacional. O que está em jogo nas parcerias extra-hemisféricas é a disputa pela reorganização de forças, disputando um espaço onde a unipolaridade daria lugar a um arranjo político mais favorável à autonomia da América Latina e da Ásia. O gráfico abaixo (Figura 5) foi elaborado com base nos dados fornecidos pelo SIPRI onde o valor real das transferências é calculado com base no indicador próprio do Instituto, chamado de *Trend-Indicator-Value* (TIV)⁵⁵.

⁵⁴Ainda segundo os dados do SIPRI (2021), ao analisar o período de vinte anos que antecedeu o governo de Hugo Chávez, observamos que os principais parceiros militares estavam situados no eixo Estados Unidos-Europa. Temos para esse período os principais parceiros militares: em primeiro lugar Itália (48.9%), seguida pelos Estados Unidos (21.8%) e França (13.4%).

⁵⁵Calculado de acordo com o custo de produção estimado para armamentos convencionais e as quantidades entregues em acordos. O indicador de volumes é calculado como nesse exemplo: “Em 2011, a Alemanha entregou três navios de patrulha *offshore* de 80 m [...] para Brunei Darussalam. Um OPV-80 está avaliado em 63 milhões de SIPRI TIV; a entrega de três OPV-80 foi, portanto, avaliada em 189 milhões de TIV. Não há dados divulgados publicamente sobre o valor financeiro do negócio” (HOLTOM et al, 2012: 3, tradução nossa).

GRÁFICO 3 — Principais fornecedores de armamento para a Venezuela de acordo com o número de itens pedido sob acordo entre 2000-2013*

Transferência de Armamentos Importados pela Venezuela entre 2000-2013



Os dados referem-se às entregas reais das principais armas convencionais de acordo com o valor indicador de tendência (*Trend-Indicator Value*). Elaborado pela autora em consulta à base de dados virtual do SIPRI. Fonte: (SIPRI, 2021).

*Abrange uma gama de atividades por meio das quais o destinatário recebe permissão para produzir as principais armas convencionais a partir de kits ou projetos fornecidos por um fornecedor estrangeiro. O Banco de Dados de Transferências de Armas do SIPRI não inclui transferências de armas pequenas, caminhões, munições, equipamentos de apoio, serviços ou tecnologia e a maioria das armas leves e componentes. Além disso, constam todas as vendas internacionais e presentes de armas, incluindo licenças de fabricação. Armas emprestadas ou arrendadas estão incluídas se o empréstimo ou arrendamento for de pelo menos três meses (HOLTOM et al, 2012).

3.4 AS RELAÇÕES BILATERAIS ENTRE OS ESTADOS UNIDOS E A VENEZUELA

Se continuarmos a analisar as relações hemisféricas e bilaterais entre Caracas e Washington, entenderemos que essa relação bilateral é, junto a Colômbia, a mais complexa que a Venezuela teve nas últimas décadas. Esta relação reflete grosseiramente as realidades que Tucídides descreveu em seu famoso relato da Guerra do Peloponeso, em particular o histórico “Diálogo de Melos”, base fundamental do pensamento realista das Relações Internacionais. É importante enfatizar isso, mesmo que pareça óbvio, porque as ações do governo dos Estados Unidos em relação à Venezuela, hoje, estão motivadas em grande parte pelos interesses de atores que são fortemente influenciados pela “política interna” do país, em particular a política do estado da Flórida, a sede histórica do anti-castrismo e sede da crescente

diáspora venezuelana em oposição ao atual governo de Caracas. A diplomacia venezuelana sempre esteve muito ciente desta realidade.

O objetivo do diagnóstico de Chávez acerca da balança de poder na região era combater a influência americana e aumentar os custos para a política externa americana a partir dessa oposição. A presidência de Chávez também apresentou o desenvolvimento de uma forma inovadora de “*Soft Power*” com uma política externa e ajuda externa livre de condições, como meio de promover uma nova forma de desenvolvimento e modelo de democracia participativa no hemisfério e para além dele. Esta política expandiu a atração do chavismo como uma ideologia na América Latina e além. A Venezuela, no que lhe concerne, aproveitou um ótimo momento econômico impulsionado pela alta no preço do petróleo para estabelecer relações econômicas mais profundas com a maioria dos países do região em troca de apoio diplomático

Apesar da formulação de uma estrutura institucional voltada para reivindicar a soberania sobre o petróleo e estabelecer parcerias mais autônomas, Chávez não conseguiu reverter a maior contradição de sua política externa, seu mais volumoso sócio comercial seguiu sendo os Estados Unidos do começo ao final do governo. Embora tenha reduzido as exportações de petróleo para os Estados Unidos (uma combinação de produção em declínio, aumento do consumo interno, expansão de subsídios aos importadores de petróleo da América Latina e maiores esforços para expandir as exportações de petróleo para a China), o fornecimento de petróleo nunca foi interrompido. O posicionamento antagônico em relação ao caráter das relações estadunidenses com os países em desenvolvimento não foi acompanhado por um embargo aos Estados Unidos, e também durante o referido período não impuseram um embargo à Venezuela. Como aponta Calderón (2016):

En el marco de esta posición antiimperialista el Chavismo abrió su mercado petrolero a otros destinos y diversificó la exportación. Y en este mismo tono discursivo dice que revierte la, inconclusa, privatización de la industria del petróleo iniciada en 1976 por el ex-presidente Carlos Andrés Pérez, pero, realmente lo que hace es cambiar la fórmula de explotación con el capital por la de empresas mixtas. Para ello, la revolución produce todo un marco legal para la explotación de la industria petrolera, de igual forma, con el capital extranjero (CALDERÓN, 2016: 193-194).

Chávez torna-se, de forma cada vez mais intensa, um problema por resolver de Washington, referida junto a Cuba como desestabilizadora da ordem regional (NSS, 2006). Segundo Kissinger (2001: 87-88) Chávez configura um líder demagogo e corrupto, que perturba a ordem hemisférica e flerta com o antiamericanismo de Fidel Castro. Não é

suficiente analisar o tensionamento entre ambos os Estados a partir da articulação política local e os interesses econômicos de Washington, ou o valor do capital investido nas reservas de petróleo, gás natural, minério de ferro, entre outros. O cálculo estratégico de Chávez e, como demonstrado ao longo do capítulo, a ênfase em desenvolver tecnologia de ponta, influencia ao mesmo tempo as relações de Washington em relação a seus principais rivais e o monopólio sobre as agendas de geoestratégia e energia em dois movimentos combinados: intra-hemisfério e extra-hemisfério, em um sistema internacional profundamente interligado. Essa afirmação explica a articulação dos EUA no Golfo Pérsico e na África. Cabe aqui pensar que as *majors* estadunidenses beneficiam-se de um arranjo político favorável ao uso desses territórios para exploração e distribuição do petróleo e gás natural. Com isso, as alianças estabelecidas por Chávez têm como consequência um enfrentamento por parte de Washington tendo em mente a distribuição do poder. Não se trata apenas da perda de controle no hemisfério ocidental e sim a articulação com Estados rivais dos Estados Unidos onde acordos os excluam e proporcionem maior autonomia dos Estados não-alinhados em relação a sua hegemonia. Sobretudo, ameaçam sua permanência no jogo das grandes potências.

Os primeiros anos do governo Chávez são vistos com alarme por Washington, após a publicação das leis habilitantes e a mudança no regime de exploração do petróleo, promovendo a nacionalização da PDVSA. Há a instalação de Pedro Carmona, apoiado pelos Estados Unidos. De fato, as Forças Armadas venezuelanas, com o apoio da mídia e dos setores empresariais, depuseram temporariamente Chávez no golpe de 2002 que motivou o pedido de mediação internacional (MCCOY; DIEZ, 2011). Como já pontuamos, nosso foco não é a política doméstica e a repercussão da organização no setor das elites venezuelanas, no entanto, é importante pontuar que foram atores importantes para articulação política dos Estados Unidos, promovendo a derrubada do regime sem intervenção direta (SEVERO, 2009; OLIVEIRA, 2011; PEDROSO, 2011).

O embaixador norte-americano na Venezuela Charles Shapiro demonstrou apoio ao governo golpista, enquanto o FMI anunciava recursos financeiros ao país, ainda, o ‘mentor intelectual’ de Chávez, Miquilena – aquele mesmo homem que foi presidente da Assembléia Nacional e ministro durante a elaboração da nova constituição – se uniu com a oposição e assumiu o cargo de assessor de assuntos energéticos do presidente George Bush (LOPES, 2007: 38-39).

Um ponto importante e constantemente negligenciado é o enfrentamento realizado por Washington através do monopólio sobre a informação. A Venezuela é um território onde existe uma pluralidade de ideias sobre quase todos os assuntos nas áreas de economia e

política, indo desde adeptos ao receituário neoliberal e favoráveis ao governo Bush até marxistas fervorosos e com posição antiamericana, nesse contexto seria possível debater os temas em um amplo espectro, refletindo a diversidade nas opiniões dentro do país:

[...] the spectrum of opinions offered by the media was extremely narrow, and largely limited to the critical extreme of opinion, with the newspapers presenting the country much more similarly to the official line of the US government than to the empirical data from the likes of the UN, or even reports the US government had paid for, let alone to the views of the majority of the Venezuelan public (MACLEOD, 2018: 132).

Como demonstram os estudos de Macleod (2018) e Emersberger e Podur (2021), há uma deterioração sistemática por parte de Washington no eixo ocidental, com objetivo de, através da propagação de notícias que associam o governo à corrupção e autoritarismo enfraquecer esse governo ao olhar da comunidade internacional e, também, dos próprios venezuelanos. Ainda, é possível observar tanto nos documentos oficiais quanto em declarações públicas a demonização de Chávez. O secretário de Defesa de Bush, Donald Rumsfeld rotulou Chávez de um “novo Hitler”, e o presidente Obama declarou um estado de emergência nos EUA devido à “ameaça extraordinária” representada pela Venezuela. Há uma crítica permanente à apropriação do regime democrático por parte de Chávez, associando a Venezuela a um país que não respeita as liberdades políticas e recorre a práticas corruptas. É constante a crítica na imprensa ao discurso chavista, caracterizando-o como demagogo e pedindo que Chávez diminua o tom de enfrentamento aos Estados Unidos.

Durante o governo de Chávez houve uma inflexão política à atuação da política externa americana. Há o fortalecimento das relações exteriores venezuelanas com seus sócios na OPEP e a crítica às intervenções americanas no Afeganistão, Iraque, Irã, Honduras, Líbia e Síria. As parcerias controversas na visão dos Estados Unidos com países que apoiam o terrorismo e suprimem as liberdades democráticas fazem com que esse governo também seja associado ao terrorismo. Na América Latina, Chávez também apoia os grupos guerrilheiros das FARC e *Sendero Luminoso*, do Peru, ambos classificados como terroristas.

Não há um confronto direto entre os Estados Unidos e a Venezuela durante a presidência de Hugo Chávez, no entanto, a análise das agendas políticas e documentos oficiais demonstram haver uma inflexão nos interesses nacionais propostos pelo dois Estados. Durante o governo Bush houve a aproximação da Colômbia, reiterando a parceria econômica e militar dos governos anteriores, dando continuidade à militarização do território com objetivo de combater o narcoterrorismo. Nesse sentido houve aumento de tensão na região,

principalmente após a crise diplomática andina, em 2008, entre a Colômbia, o Equador e a Venezuela. A Colômbia acusou a Venezuela de manter relações próximas com o grupo guerrilheiro das FARC, incluindo o financiamento entre ambas as partes. O posicionamento dos governos latino-americanos sobre essa crise na OEA refletiu um momento muito particular, quando houve uma unificação nas posições dos países sul-americanos, centro-americanos e caribenhos a respeito da violação da soberania territorial equatoriana. A Venezuela posicionou-se nesta ocasião e na crise em relação à Bolívia no mesmo ano, quando expulsou o embaixador norte-americano em Caracas. Com isso, vemos que a articulação da Venezuela caracterizada pelo posicionamento do governo foi relevante no processo de adoção de posições comuns por Estados que também passavam a adotar uma agenda de política externa independente. Após esses eventos, em 2009 há a intensificação da presença militar dos Estados Unidos na Colômbia através de um acordo onde a Colômbia coloca o território à disposição dos Estados Unidos para instalação de sete bases militares servindo como Postos de Operação Avançados (*Forward Operation Locations*) e Postos Cooperativos de Segurança (*Cooperative Security Locations*). No campo da Ciência Política e da defesa não há um consenso sobre a mobilização de recursos por parte dos Estados Unidos para o controle político da região. Por um lado, afirma-se que a política de segurança estadunidense está alinhada ao combate ao narcoterrorismo e crime organizado.

Por outro lado, alguns pesquisadores apontam que os movimentos militares realizados durante o governo Bush e Obama de instalação de bases militares na Colômbia, aproximação do Brasil e reativação da Quarta Frota tem o objetivo de controle político sobre a região, mantendo sua primazia nesses territórios (HERZ, 2002; PÉREZ, 2011). PÉREZ (2011) aponta que esses movimentos estão relacionados à intimidação ao governo venezuelano. Ainda, não há distanciamento e/ou desacordo relevante entre os projetos políticos democrata e republicano no que se refere à América Latina (TOKATLIAN, 2008 apud PÉREZ, 2011). Mais além das orientações de cada presidente a política exterior estadunidense se mantém devido a condições e fenômenos estruturais (PECEQUILO, 2011; PÉREZ, 2011).

Ainda que os Estados Unidos tenham entrado em guerra no Golfo Pérsico e mantenham o investimento militar contra os grupos associados ao narcotráfico e à guerrilha, a Venezuela não deixou de ser um território disputado e relevante na agenda de Washington. Esse Estado não invadiu a Venezuela para retomar o controle sobre as reservas de petróleo porque não existiam condições para que a Venezuela seguisse aprofundando sua estrutura produtiva sem o investimento de empresas transnacionais. Dado o aprofundamento e a

tecnologia investida pelas companhias ocidentais de petróleo criou-se uma dependência que gerava certa tranquilidade por parte dos Estados Unidos em relação ao uso de sanções econômicas para garantia de seus interesses.

Em meio à disputa eleitoral, um *paper* escrito por Ray Walser e publicado pela *Heritage, think thank* republicano, realiza uma análise apontando não existirem divergências significativas na visão democrata e republicana sobre o governo da Venezuela. Assim, compreendemos na totalidade as áreas sensíveis à segurança dos Estados Unidos e a estratégia recomendada para enfrentar esse desafio. A crítica principal é a construção de um contrapeso por parte de Caracas aos Estados Unidos, utilizando o petróleo para forjar uma ordem antiamericana, no hemisfério e fora dele, nas alianças que foram descritas na seção anterior. O conjunto de países aos quais a Venezuela se alia é baseado majoritariamente no antiamericanismo, e, ameaça a segurança dos Estados Unidos. A análise ainda levanta um ponto que merece atenção, a necessidade de forjar uma alternativa ao petróleo proveniente da empresa PDVSA enquanto for administrada segundo os interesses do Estado venezuelano, que responderia a interesses pessoais de Chávez e outros membros do governo. A proposição de uma alternativa é ofensiva, sugerindo a possibilidade de pensar uma estratégia para a privatização da empresa. Segundo o artigo:

While threats from transnational criminal organizations, drug cartels, and terrorist groups pose a major threat to the U.S. and the Western Hemisphere, Venezuela, as currently led by Hugo Chávez, poses the most significant, multifaceted, state-based diplomatic and security challenge to U.S interests in the hemisphere (WALSER, 2009: 24).

As pesquisas de Pérez (2011) e Gill (2019) reiteram a relação entre o tensionamento da agenda de política externa venezuelana e os interesses americanos. Ao longo do período em que Chávez esteve na presidência as agências americanas utilizaram do poder institucional conferido e da arquitetura para atuar em coordenação com a embaixada estadunidense em Caracas. Nesse contexto, houve um exercício sistemático da Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional (*United States of America Agency for International Development* — USAID) e da *National Endowment for Democracy* (NED) para promover um enfraquecimento e o desgaste do governo pela via eleitoral (GILL, 2019). Também foi relevante a cooperação entre a embaixada estadunidense e agentes do judiciário venezuelano.

Segundo os documentos desclassificados durante o “Cablegate”, de 2010, aqueles específicos à embaixada estadunidense em Caracas são provas da atuação dos Estados Unidos para fortalecer a oposição, que não tinha capacidade para mobilização e tampouco entendia como se comunicar com a população venezuelana; para isso contaram com treinamento de

políticos estadunidenses através do *International Republican Institute* (IRI). Nesses documentos constam descritas variadas sugestões para fragilizar o governo de Chávez “por dentro”. Esse objetivo demonstrou ser mais difícil do que calculou Washington, visto que tanto o contexto interno de fortalecimento do governo quanto a atitude de resposta dele em relação a ONGs promotoras da democracia disputaram a governabilidade. Em síntese, o arrefecimento do governo se mostra de maneira persistente um objetivo complexo em parte devido à reação do governo às organizações de oposição, e em parte pela adesão da população ao governo, mas, em grande medida, devido a pouca habilidade da oposição de mobilização política. Essa última afirmação está baseada no diagnóstico estadunidense sobre a oposição, presente nos documentos desclassificados.

Segundo um telegrama de 2006, há uma estratégia prevista para as atividades da embaixada no período, especificamente o referendo para as eleições presidenciais de 2006. Segundo esse telegrama (CABLEGATE, 11/09/2006d) a *USAID/Office for Transition Initiative* (OTI) deve:

1. Fortalecer as instituições democráticas;
2. Penetrar na base política de Chávez;
3. Dividir o chavismo;
4. Proteger os negócios vitais americanos;
5. Isolar Chávez internacionalmente.

Através também de grupos promotores dos direitos humanos e mais de 3000 fóruns e workshops as ONGs influenciariam ativistas de oposição para lidar com Chavistas linha-dura, com o objetivo de afastá-los lentamente do Chavismo (CABLEGATE, 11/09/2006d). Além disso, criou-se uma rede de articulação internacional de modo a influenciar nos processos legislativos referentes à limitação da atuação das ONGs estrangeiras, em movimento semelhante que acontecia em Belarus, China, Irã e Rússia (CAROTHERS, 2006). Esses programas procuraram “isolar Chávez internacionalmente”, enviando representantes da Venezuela à comunidade de direitos humanos em todo o mundo e trazendo líderes estrangeiros ao país para se reunirem com os membros da comunidade venezuelana de direitos humanos (GILL, 2019). Ainda, os EUA buscaram frustrar os esforços do governo venezuelano na tentativa de impedir posições de liderança para a Venezuela ao nível internacional. O exemplo perfeito dessa estratégia envolveu a campanha dos EUA para impedir a Venezuela de obter um assento no Conselho de Segurança da ONU em 2006 (GILL, 2019).

As one high-ranking USAID representative told me, he believed that it was imperative to stop the influence of Venezuela in Latin America and throughout the

world. This person stated that it was “not good for the U.S. to have a rich, powerful dictator to thwart the U.S. ... [in addition to] Evo [and] Daniel Ortega [in Latin America]. We would say [to the Bush administration] ‘it's not the Middle East, but it's not good to have that problem in our backyard.’ We would try and lobby Latin America countries in the U.N. not to support him (GILL, 2019: 14-15).

Diferente da tática de enfrentamento de W. Bush, Obama adotou um discurso moderado e não propôs um confronto aberto com a Venezuela, no entanto, diferente da administração anterior estabeleceu um diálogo em organizações multilaterais e negociações bilaterais como a CELAC. O discurso adotado por ele aponta uma agenda comum de defesa do hemisfério diante de competidores fortes como a China. Através de seu conselheiro Brzezinski e a secretária de Estado Hillary Clinton, o governo deveria utilizar a aliança com atores-chave na região somado a operações de inteligência; um enfoque inteligente consistiria na utilização de todos os meios a disposição, incluindo a supremacia militar e econômica. Privilegiaria assim novas estratégias em relação à administração anterior, utilizando a dissuasão e persuasão em relação à América Latina. Obama colocava a responsabilidade do surgimento de governantes demagogos em referência à Chávez. Ao mobilizar os recursos do Estado na Guerra do Iraque negligenciou na América Latina os governos amigos e foi ineficiente em relação aos Estados adversários (PÉREZ, 2011).

O presidente americano sinaliza haver o compartilhamento de uma ordem política ocidental e propõe uma união colaborativa para enfrentar o desafio de novas potências. O presidente aproxima-se do Brasil nas áreas militar e espacial e fortalece a agenda de segurança histórica mantida com a Colômbia. A relação com a Colômbia é muito mais ampla que o livre-comércio, está relacionada ao compartilhamento de valores entre ambos os países diante da forma não-democrática expressa pela forma como governa Chávez, sua retórica e política anti-americanas e suas tentativas de influenciar os processos internos de outros países (AFP, 2008 apud PÉREZ, 2011). A tônica das relações entre ambos os países é de tensão e isolamento.

No período do Pós-Guerra Fria, os Estados Unidos sustentam um complexo industrial-militar-financeiro sem precedentes na história contemporânea do Sistema Internacional. Em um sistema interligado, possuindo embaixadas e bases militares em todos os rincões do globo, os Estados Unidos sustentam sua hegemonia através da estratégia que os estudos de Engdahl (2011) se referem como “Dominação de Espectro-Total”. A estrutura criada nos escombros da Segunda Guerra consolida-se no pós-Guerra Fria. Nessa ordem unipolar além do poder econômico há o monopólio sobre o consenso. Nesse contexto, sua atuação para busca do

interesse nacional, que tem o núcleo inalterado passa a utilizar uma estratégia que passa pela influência para inserir seus adversários no consenso, associando os regimes opositores à demagogia e ao autoritarismo nos foros multilaterais e em suas parcerias bilaterais; fazendo uso também das “guerras por procuração”. Além disso, utiliza a estratégia de fragilização dos regimes “por dentro”.

A Venezuela de Chávez certamente não é equivalente ao que foram a Nicarágua e a Guatemala no século XX. A reorganização de forças no sistema internacional e o cálculo estratégico realizado por Chávez corrobora para que, mesmo com repetidas tentativas de derrubada do regime por parte de Washington (EMERSBERGER; PODUR, 2021), ele permaneça em exercício até seu afastamento, em 2013. A permanência de Chávez no poder está relacionada tanto ao eixo de países não-alinhados, intra e extra-hemisfério, quanto ao movimento de negociação e pressão para aumento dos preços do petróleo. As pesquisas consultadas ainda apontam que Chávez articulava um bloco similar à OPEP junto ao Irã e Qatar. Além disso, as parcerias estratégicas realizadas com o Irã, Rússia e China possibilitou que saísse da órbita de influência dos Estados Unidos. Com isso, o movimento de enfrentamento à política externa americana foi fundamental para a aproximação política de países com os quais não compartilhava aspectos importantes como a religião e a cultura, tendo sido favorecido pela postura de não-intervenção nos assuntos domésticos.

Há um movimento que caminha em dois sentidos e depende diretamente do petróleo, a associação dos Estados Unidos a uma história ofensiva-colonialista e, ao mesmo tempo, a busca pelo estabelecimento de uma relação respeitosa entre ambos Estados. Nesse sentido, válida a retórica de ser possível aos Estados Unidos mudar seu padrão de relacionamento com a América Latina. Assim Chávez refere-se às presidências de Clinton e ao governo de Obama antes do tensionamento gerado pela associação da Venezuela ao narcoterrorismo na campanha eleitoral de 2008. Antes de golpe de 2002, havia inclusive nos documentos oficiais a busca por fortalecer as relações com seus vizinhos, onde se referia aos Estados Unidos, notadamente, como grande parceiro comercial do país. Não é possível dizer até que ponto Chávez havia calculado ser o limite para a confrontação com os Estados Unidos, após as leis habilitantes (com a nacionalização da PDVSA) e a proposta de atrair potências em ascensão para o hemisfério ocidental. Ao interromper a análise nos últimos anos do governo de Chávez concluímos que o projeto de poder global presente na política externa chavista entra em contradição com os Estados Unidos por defender outra proposta de ordem política, sobretudo, uma ordem não-ocidentalizante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho teve como objetivo explorar em maior profundidade a relação da geoestratégia e da energia enquanto fundamentos da agenda de poder estatal em conjunto, poder e riqueza, na competição Interestatal. Para isso, escolhemos estudar a relação bilateral entre os Estados Unidos e a Venezuela, que, em sua história demonstra de que forma os Estados Unidos mobilizaram seus recursos para monopolizar a exploração de petróleo por parte de seu capital, atuando contra capitais competidores ingleses, como expomos no segundo capítulo do trabalho. Há uma ação planejada pelo Estado para expansão de seu poder que passa necessariamente pelo domínio político de um país rico em reservas de hidrocarbonetos, dessa forma houve uma intervenção na política doméstica venezuelana e a garantia de governos alinhados.

Optamos por realizar uma análise pela ótica da longa duração Braudeliana, porque observada a complexidade do Petroestado venezuelano não é possível compreender as relações bilaterais entre esse país e os Estados Unidos sem contextualizar a relevâncias de suas reservas de petróleo para a expansão e manutenção do sistema americano de poder. Dito isso, devemos adicionar a localização geoestratégica do Grande Caribe para enxergar na totalidade as implicações da agenda venezuelana sobre região onde está localizada. O interesse americano pelo Grande Caribe localiza-se na longa-duração, integrando o núcleo da agenda de política externa americana tão logo mobilizam seus recursos para expulsar os impérios europeus e consolidarem sua liderança. Ao longo da pesquisa esses dois pontos demonstraram ser complementares e ambos são fundamentais para compreender a extensão da importância venezuelana para os Estados Unidos da América. A localização estratégica venezuelana não pode ser utilizada por esse Estado ao seu favor, não deve projetar sua liderança e tampouco articular uma coalizão de países que contraponha os Estados Unidos. A análise de fontes secundárias e pesquisas sobre o Grande Caribe apontam que essa é uma região vista pelos Estados Unidos como essencial para a defesa de seu próprio território, se ameaçada sua hegemonia estariam sujeitos a ataques de potências externas e/ou a perda de controle sobre os recursos naturais e minerais provenientes desses territórios. Mais uma vez, poder e riqueza não devem ser dissociados na grande estratégia de um Estado.

A passagem do tempo foi influenciada por um movimento que conjuga a política doméstica ao plano internacional, reiteramos que um dos elementos definidores do sucesso americano foi seu preciso diagnóstico da balança de poder, dessa forma constituiu alianças e

decidiu por menor ou maior engajamento. Não obstante, isso não impede que ainda enquanto uma jovem nação contraponha-se à influência europeia na América com o objetivo de expulsar as antigas potências naquela que ficou conhecida como a Doutrina Monroe eternizada na máxima do presidente James Monroe: “América para os Americanos”. Esse pensamento quando analisado reflete a concepção de quem é o americano que desfrutará de autonomia, nesse caso, América para os norte-americanos. Passando de uma posição de liderança à supremacia na América, a passagem do século XIX ao XX tem como ponto de virada a Guerra Hispano-Americana que marca a mudança no padrão de engajamento, de moderado à intervencionista.

O que salta aos olhos em um estudo dirigido para mapear de que forma o petróleo venezuelano integra a agenda de política venezuelana é sua característica cíclica. Falando especificamente sobre os hidrocarbonetos, os espaços ocupados pela Venezuela nos planos regional e global estruturaram uma rede entre agentes do Estado venezuelano, os Estados Unidos e as companhias de petróleo. Da mesma forma que o petróleo empurra a Venezuela para o centro das discussões da Casa Branca também se torna uma forma de manter a ingerência política desse território, de forma que há uma penetração dos Estados Unidos em todas as esferas da vida dessa república. A razão disso é que foi criado um aparelho a nível estatal também devido ao petróleo e mantém-se em exercício utilizando essa organização. Isso assegura que a Venezuela mantenha distância de parcerias arrojadas com outras potências, para além da dimensão comercial.

Há uma correlação e delineamentos significativos entre os preços do petróleo e a política externa da Venezuela: quanto mais altos os preços do petróleo, maior é o ativismo da política externa da Venezuela e vice-versa. O mercado de petróleo e, principalmente, os preços internacionais, ditados por este mercado, são um fator determinante causal de questões de projeção internacional, uma vez que afeta também estruturas internas que condicionam a formulação das agendas de política externa e suas capacidades relativas de ação e interação com outros Estados. Desde o ponto de vista internacional, os preços do petróleo influenciam a distribuição internacional de poder e a organização do mercado como um todo e sua expressão nos preços, não se configuram apenas pela racionalidade e eficiência o mercado econômico internacional, mas também mostra a capacidade de negociação entre demandantes e fornecedores de petróleo, a eficácia de seus mecanismos de controle e sanções políticas, que influenciam o posicionamento internacional e a capacidade de projeção da Venezuela em suas relações.

O caso da política externa aqui apresentado é privilegiado porque, como em muito poucos países e muito poucos momentos históricos o petróleo é tão significativa para o interno e para o externo, ou seja, atravessa as diferentes dimensões e atores que convergem na política externa. O petróleo permitiu que a Venezuela mantivesse uma presença e intensidade internacional que não corresponde à sua extensão geográfica e demográfica, nem com seu nível de desenvolvimento econômico ou com seu poder real (capacidade militar).

Ainda que rica em recursos naturais e parte de uma região geoestratégica importante, o petróleo foi definidor da importância e sedimentação das relações entre a Venezuela e os EUA, ao longo do século XX. O movimento de ruptura em relação à ordem política vigente e acesso a espaços importantes de negociação também só foi possível pelas abundantes reservas de petróleo, possibilitando que o petróleo financiasse a agenda política chavista, que priorizou a cooperação Sul-Sul e a coalizão entre países caribenhos. Simultaneamente houve a aproximação em relação a países do Oriente Médio para exercer maior controle sobre os preços do petróleo em espaços multilaterais e acordos bilaterais.

Com base no exposto até aqui, é possível afirmar que as continuidades e discontinuidades do ativismo da política externa venezuelana podem ser inseridas em um padrão recorrente que depende do mercado de petróleo e, principalmente, dos preços internacionais do petróleo. Há discontinuidades dentro de um mesmo mandato presidencial e continuidades entre diferentes presidentes, para as quais são rejeitadas as hipóteses que tentam explicar a política externa com a personalidade dos presidentes. Isso também evita explicações *ad hoc*. O petróleo serviu para o messianismo democrático e para o messianismo bolivariano revolucionário. Por isso, rejeita-se a hipótese de explicar a superexpansão da política externa venezuelana por especificidades ideológicas. Embora existam presidentes e ideologias com maior propensão para a superexpansão da política externa, é mais significativo estudar os momentos que configuram estruturas que permitem (ou limitam) a expansão excessiva da política externa venezuelana. Se a política externa do presidente Chávez for analisada é provável que observe vários momentos diferentes nos níveis de intensidade, sendo o mesmo presidente e o mesmo modelo ideológico.

A agenda de política externa chavista respondeu a movimentos intra e extraterritoriais, estando diretamente ligada à conjuntura internacional e a repercussão da atuação americana, nesse sentido, também foi parte de um período singular em que houve a atuação coordenada de um grupo de chefes de Estado latino-americanos, na primeira década do século XXI. Ainda nesse contexto, o aumento do antiamericanismo foi uma resposta à interação do governo americano com o governo de Hugo Chávez, principalmente após as modificações na

exploração do petróleo, com a publicação das Leis Habilitantes e as posteriores tentativas de desestabilização do governo. Isso fica comprovado nos documentos desclassificados utilizados no terceiro capítulo, onde se detalha uma agenda para atuação por parte da embaixada estadunidense, uma rede de políticos estadunidenses e europeus e organizações de oposição, financiadas e treinadas pelos Estados Unidos. O movimento de ruptura realizado pelo governo de Hugo Chávez em sua política externa tem efeito de *spill-over* sobre suas relações bilaterais com os Estados Unidos. A busca de parcerias estratégicas no espectro da “alta política”, em áreas de defesa, telecomunicações e infra-estrutura é inédita na história da política externa, principalmente quando comparados os governo do *Pacto de Punto Fijo*. A política externa tem como base os documentos publicados pelo governo que versam majoritariamente sobre uma mudança teórica do viés da política externa, que nesse governo atua para promoção da cooperação Sul-Sul, recuperando o arcabouço teórico da Conferência de Bandung, de 1955.

A continuação de uma série de conflitos tem caracterizado a relação entre Caracas e Washington por mais de duas décadas. Esses conflitos têm um grande “cheiro de Petróleo”. Mas essa explicação por si só é simplista e determinística, os conflitos também surgiram como resultado de uma luta de ideias, de diferentes cosmovisões entre Caracas e Washington, e sobre quais deveriam ser as regras que regem o xadrez das relações entre nações do hemisfério. Por um lado, após a queda do muro de Berlim, Washington acreditava ter um monopólio ideológico baseado no “neoliberalismo” e o “regionalismo aberto” baseado no chamado “Consenso de Washington”. A chegada de Hugo Chávez à arena política regional, em 1998, por um vitória eleitoral esmagadora, representou um desafio frontal a essa proposta americana e seus aliados na Venezuela e na região.

O objetivo geral do diagnóstico de Chávez acerca da balança de poder na região era combater a influência americana e aumentar os custos para a política externa americana a partir dessa oposição. A presidência de Chávez também apresentou o desenvolvimento de uma forma inovadora de “*soft power*” com uma política externa e ajuda externa livre de condições, como meio de promover uma nova forma de desenvolvimento e modelo de democracia participativa no hemisfério e para além dele. Esta política expandiu a atração do chavismo como um ideologia na América Latina e além. A Venezuela, por sua vez, aproveitou um ótimo momento econômico impulsionado pela alta no preço do petróleo para estabelecer relações econômicas mais profundas com a maioria dos países da região em troca de apoio diplomático. Enquanto Chávez utilizou uma abordagem hostil e de confronto na política da Venezuela

relações com os Estados Unidos, as relações econômicas dos dois países eram mutuamente benéficas e ininterruptas.

Por esses argumentos encerramos apontando a complexidade da política internacional e a reorganização da ordem mundial ocorrida ao longo de duas décadas, com a aceleração do processo de mundialização das finanças e a recuperação e expansão russa e chinesa, que ascendem a potências no século XXI. Há uma mudança substancial na orientação política da política externa venezuelana que se aproxima de ambas as potências nos campos de infraestrutura, petróleo e defesa. Além disso, Chávez se insere em um momento histórico de pós-crise da dívida, acompanhou o desdobramento da agenda de economia política norte-americana, vista de forma negativa por ele e, posteriormente, faz parte da visão de seu governo. Por isso, a análise da política externa venezuelana através de dados referentes ao comércio é insuficiente para apontar a contradição venezuelana de manutenção dos Estados Unidos como importante sócio comercial, de maneira complementar deve-se analisar os projetos estratégicos e a diversificação de suas parcerias estratégicas, tanto nos países dos quais se aproxima quanto as bases desses acordos.

Como escreve Rangel (1982) existem emoções ambivalentes dos latino-americanos, há uma assimilação dos valores do liberalismo estadunidense que estão na base de suas independências, esse viés é somado à exportação de um modelo de consumo que está no plano das ideias e, como demonstrou o neoliberalismo, penetra todas as esferas da vida social, esse é um modelo que se estabelece em conjunto com a ingerência política. Dessa forma, os Estados Unidos criaram um enclave de difícil solução para os venezuelanos, que reconhecem seus ideais comuns com os americanos, mas também lutam contra o desejo de se separar e estabelecer suas próprias identidades para ocupar um lugar no mundo como nações independentes e soberanas. Isso faz com que às vezes percebam como desprezo quando não recebem a devida consideração, e chegam mesmo a buscar seus próprios modelos econômicos para suas sociedades e suas relações internacionais. Isso significa que as relações com os Estados Unidos são estabelecidas sobre bases conflituosas e o resultado dessa dialética de interesses faz com que o Estado permaneça em instabilidade permanente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUERO, A. The geopolitical and economic dimension of Venezuelan oil in the first decades of the 20th Century and its repercussion in Cojedes State. **Tiempo y Espacio**, Caracas, v. 22, p. 1-26, 2012.
- ALARCÓN, P. M. **La industria del petróleo en Venezuela**. Caracas: Universidad Central de Venezuela, 1972.
- ARAUJO, O. **La industrialización de Venezuela en el siglo XX**. Ministerio de Industrias Básicas y Minería (Mibam). [S.l.]. 2006.
- BHAGWAT, N. **War on Iraq: Business by Other Means**. Nova Délhi: World Affairs. V. 10 (3), 2010.
- ARGENTINA, Televisión Pública. **IV Cumbre de las Américas:: intervenciones de Chávez y Bush, 2005. intervenciones de Chávez y Bush, 2005. 2016. Intervenção de G. W. Bush**. Disponível em: <https://youtu.be/z4T8hPEHM88?t=1144>. Acesso em: 04 ago. 2021.
- AYERBE, L. F. **Os Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia**. São Paulo: UNESP, 2002.
- AZEREDO, M. M. A crise da democracia venezuelana: Relações com os Estados Unidos. In: GUIMARÃES, S. P.; CARDIM, C. H. **Venezuela: Visões Brasileiras**. Brasília: IPRI, 2003. Cap. 2, p. 111-157.
- BALESTRINI, C. **Economía y política petrolera. Tomo I**. Caracas: Academia Nacional., 1991.
- BANDEIRA, L. A. M. **Formação do império americano**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- BARNET, R. **Guerra Perpétua**. México: Fondo de Cultura Economica, 1974.
- BATTAGLINI, O. **El Medinismo**. Caracas: Monte Àvila, 1997.
- BETANCOURT, R. **Venezuela: política y petróleo**. 3. ed. Caracas: Senderos, 1969.
- BINSZTOCK, M.T. e MONIÉ, F. (Orgs.) et al. **Geografia e Geopolítica do Petróleo**. Rio de Janeiro, Editora Mauad, 2012.
- BOUÉ, J. C. **Venezuela: The Political Economy of Oil**. Oxford: Oxford University Press, 1993.
- BRUCE, M. **Estado e democracia nos tempos de Hugo Chávez (1998-2013)**. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.
- CABLEGATE. “USAID/OTI Programmatic Support for Country Team 5 Point Strategy,” U.S. Embassy in Caracas, Venezuela, 2006.

CALDERÓN, C. S. **Cambia y Orden Social en Veneruzela, durante el "Chavismo"**. Universidad Complutense de Madrid. Madrid. 2016.

CAROTHERS, T. The backlash against democracy promotion. **Foreign Affairs**, Washington, v. 85, p. 55-68, 2006.

CARRERAS, C. **United States Economic Penetration of Venezuela and its effects on diplomacy 1895-1906**. Nova Iorque: Grland Publishing, 1987.

CECEÑA, ANA ESTHER. **Umbral de la geopolítica mundial: El Gran Caribe**. Quito: Fedaeaps, 2010.

COHEN, S. B. Geography and strategy: their interrelationship. **Naval War College Review**, 10, Dezembro 1957.

COSTA, Priscila B. O Destino Manifesto do Povo Estadunidense: Uma Análise dos Elementos Delineadores do Sentimento Religioso Voltado à Expansão Territorial. In: Congresso Internacional de História, 5., 2011, Maringá. Anais [...]. Maringá: UEM, 2011. p. 2267-2276.

CREUZFELDT, B. China in Latin America: a follow-up on the development of the relations. *CS* [online]. 2014, n.14, pp.19-45. ISSN 2011-0324. <https://doi.org/10.18046/recs.i14.1851>.

DARWICH, G. Petróleo en Venezuela: experiencias del Siglo XX. **Espacio Abierto: Revista Venezolana de Sociología**, Caracas, v. 23, p. 107-127, Abril 2014.

DE GRAAF, T. V. et al. **The Palgrave Handbook of the International Political Economy of Energy**. Londres: Palgrave Macmillan, 2016.

DELGADO, Fernanda; STIER, Klaus; FEBRARO, Júlia; MARQUES, João Victor. **Precisamos falar sobre a Venezuela: impactos petropolíticos e reflexos para o brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2017. 20 p. (Caderno Opinião).

DELGADO, R. G. M. **Analecta Política**, v. 6, n. 11, 2016.

D'ORAZIO, Francisco. **Análisis económico aplicado a la industria petrolera: Del Ureca al Dorado: una visión completa de la historia petrolera venezolana**. Libros en Red: 2007.

EBEL, R. E. **Geopolítica del Petróleo en Eurasia**. Real Instituto Elcano. Madrid, p. 1-17. 2004. (4).

ELIAS, N. **O processo civilizador: formação do Estado e civilização**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

ELLNER, S. **El Sindicalismo en Venezuela, en el contexto democrático**. Caracas: Fondo Editorial Tropykos, 1995.

ELLNER, S. **Rethinking Venezuelan politics: Class, conflict, and the Chávez phenomenon**. Londres: Lynne Rienner. 2008.

EMERSBERGER, Joe; PODUR, Justin. **Extraordinary Threat: the u.s. empire, the media, and twenty years of coup attempts in venezuela.** Nova Iorque: Monthly Review Press, 2021. 329 p.

ENGDAHL, W. F. **Full-Spectrum Dominance: Totalitarian Democracy in the New World.** 2. ed. [S.l.]: Engdahl, 2011.

EWELL, J. **Venezuela and the United States: From Monroe's Hemisphere to Petroleum's Empire.** Athens: University of Georgia Press, 1996.

FENTON, P. F. Diplomatic Relations of the United States and Venezuela, 1880-1915. **The Hispanic American Historical Review**, Durham, 1928. 330-356.

FERREIRA, G. M. L. **Atla Geográfico.** São Paulo: Editora Moderna, 2010.

FICHOU, J.-P. **A civilização americana.** Campinas: Papirus Editora, 1990.

FIGUEROA, F. B. **Historia económica y social de Venezuela. Tomo II.** Caracas: Biblioteca Central de Venezuela, 1996.

FIORI, J. L. **O poder americano.** Petrópolis: Vozes, 2004.

FIORI, J. L. **O poder global e a nova geopolítica das nações.** São Paulo: Boitempo, 2007.

FOX, W. Geopolitics and International Relations. In: ZOPPO, C.; ZORGIBE, C. **On Geopolitics: Classical and Nuclear.** Dordrecht: Martinus Nijhoff Publishers, 1985.

FURTADO, C. **Ensaio sobre a Venezuela. Subdesenvolvimento com abundância de divisas.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1974.

GARRITY, P. J. Warnings of a parting friend. **The National Interest**, 1996. 14-26.

GILL, T. M. Shifting Imperial Strategies in Contemporary Latin America: The U.S. Empire and Venezuela under Hugo Chávez. **Journal of Historical Sociology**, [S.l.], v. 32, n. 3, p. 294-310, 2019.

GOTT, R. **Cuba: uma nova história.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

GOTTMANN, J. A evolução do Conceito de Território. **Boletim Campineiro de Geografia**, 2, Agosto 2012. 523-546.

GRIMMET, R. **Conventional Arms Transfers to Developing Nations, 1994-2001.** Washington, D.C.: Congressional Research Service, 2002.

GRISANTI, L. X. Tecnología, energía y la maldición de los recursos. In: PEÑA, C. **Venezuela y su Tradición Rentista: Visiones, Enfoques y Evidencias.** Buenos Aires: CLACSO, 2017. p. 55-79.

GUERRA Y SÁNCHEZ, R. **En el camino de la independencia**. Havana: Editorial de Ciencias Sociales, 1974.

GUZZI, A. C. **As relações EUA-América Latina: medidas e consêquências da política externa norte-americana para combater a produção e o tráfico de drogas ilícitas**. Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho". 2008.

HAMILTON, A.; JAY, J.; MADISON, J. **The Federalist Papers**. Oxford: Oxford University Press, 2008. 520 p.

HELFMAN, H. M. Twenty-nine hectic days: public opinion and the oil war of 1872. **Pennsylvania History**, v. 17, n. 2, p. 121-138, 1950.

HERRERA, M. Y. **República Popular China y el nuevo posicionamiento geoestratégico: América Latina en la mira del Dragón**. Revista Política y Estrategia (130) 2017. pp. 189 – 241.

HERZ, M. Política de segurança dos EUA para a América Latina após o final da Guerra Fria. **Estudos Avançados** 16 (46), 2002.

HIRSCH, A. E. V. **Negociación de la deuda externa pública venezolana**. Caracas: Ediciones de la Presidência de la República, 1995.

HOBBSAWM, E. J. **A era dos impérios**. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2012.

HOLTOM, Dr. Paul *et al.* **SIPRI Fact Sheet: measuring international arms transfer**. Solna: Stockholm International Peace Research Institute, 2012. 8 p. Disponível em: <https://www.sipri.org/sites/default/files/files/FS/SIPRIFS1212.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2021.

ISBELL, P. **Energía y geopolítica en América Latina**. Real Instituto Elcano. Madrid, p. 1-16. 2008. (12).

JURBERG, Rodrigo F. **A evolução da indústria petrolífera mundial e os impactos no comércio internacional de petróleo do século XXI após o início da exploração de fontes não convencionais pelos Estados Unidos**. Monografia (Trabalho e Conclusão de Curso) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, p. 86. 2016.

KAPLAN, D. R. **The revenge of Geography**. Nova Iorque: Random House, 2012.

KARLSSON, W. **Manufacturing in Venezuela: Studies on Development and Location**. 2. ed. [S.I.]: Stockholm, Institute of Latin American Studies Publications, 1975.

KARNAL, L. et al. **História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI**. São Paulo: Contexto, 2007.

KELLY, J.; ROMERO, C. A. **The United States and Venezuela: Rethinking a Relationship**. Nova Iorque: Routledge, 2002.

KELLY, J.; ROMERO, C. A. **Venezuela y Estados Unidos. Coincidencias y Conflictos**. Caracas: IESA, 2005.

KERN, S. La demanda de petróleo condiciona la política exterior de Estados Unidos. **Real Instituto Elcano**, Madrid, n. 13, p. 40-46, 2006. ISSN 74.

KISSINGER, H. **Diplomacy**. Nova Iorque: Simon and Schuster, 1994.

KISSINGER, H. **World Order**. Londres: Penguin Books Limited, 2014.

LA SALLE, E. F. La ley de hidrocarburos de Venezuela del año 1943: Un complejo proceso de negociación en el ámbito global. **Academia Nacional de la Ingeniería y el Hábitat**, Caracas, v. 25, p. 176-210, Maio 2013.

LACOSTE, Y. **A geografia. Isso serve, em primeiro lugar, para fazer guerra**. Campinas: Papirus, 1988. 240 p.

LANDER, E. Petróleo y Democracia en Venezuela: del fortalecimiento del Estado a la subversión soterrada y la insurrección abierta. **Revista Galega de Economía**, v. 14, p. 1-14, 2005. ISSN 1-2.

LAS CASAS, B. Carta ao Imperador Carlos I. In: ISHAY, M. R. **Direitos Humanos: Uma Antologia**. São Paulo: Edusp, 2006.

LECUONA, O. Z. **Comercio y poder - relaciones cubano-hispano-norteamericanas en torno a 1898**. Havana: Fondo Editorial Casa de Las Américas, 1998.

LIEUWEN, E. **Petróleo em Venezuela, uma historia**. Caracas: El Perro y la Rana, 2016.

LOGUERCIO, E. A. **Pan-americanismo versus Latino-americanismo. Origens de um debate, na virada dos séculos XIX - XX**. São Paulo: [s.n.], 2007.

LOPES, M. O. D. Imperialismo e bloco no poder na Venezuela: ambiguidades do bolivarianismo de Chávez. **Lutas e Resistências**, Londrina, p. 34-44, 2007. ISSN 2.

MACLEOD, Alan. **Bad News from Venezuela: twenty years of fake news and misreporting**. Nova Iorque: Routledge, 2018. 169 p.

MACKINDER, H. J. **Democratic Ideals and Reality**. Nova Iorque: Henry Holt and Company, 1919.

MACKINDER, S. H. J. The Geographical Pivot of History. **Geographical Journal**, 23, Julho 1904. 421-444.

MACKINDER, S. H. J. The Round World and the Winning of Peace. **Foreign Affairs**, Julho 1943.

MAHAN, A. T. **The Influence of Sea Power Upon History**. [S.l.]: [s.n.], 1890.

MANTOVANI, T. E. **El fantasma de la Gran Venezuela: un estudio del mito del desarrollo y los dilemas del petro-estado en la Revolución Bolivariana.** Caracas: Fundación CELARG, 2014.

MARINGONI, G. **A Venezuela que se inventa: poder, petróleo e intriga nos tempos de Chávez.** São Paulo: Perseu Abramo.

MCBETH, B. S. **Juan Vicente Gómez and the Oil Companies in Venezuela 1908-1935.** Nova Iorque: Cambridge University Press, 1983.

MCBETH, B. S. El impacto económico, político y social de las compañías petroleras en el Zulia, 1922-1935. **Nueva Economía**, Caracas, 2011. 1-88.

MCCOY, Jennifer; DIEZ, Francisco. **International Mediation in Venezuela.** Washington: United States Institute Of Peace, 2011. 298 p.

MIJARES, Victor M.; CREUTZFELDT, Benjamin. Cautious Engagement: continuity and change in the relations between xi jinping?s china and nicolás maduro?s venezuela. **China's Interactions With Latin America And The Caribbean**, [S.L.], p. 115-140, 10 dez. 2020. Tectum – ein Verlag in der Nomos Verlagsgesellschaft. <http://dx.doi.org/10.5771/9783828875982-115>. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/348660032_Cautious_Engagement_Continuity_an_Change_in_the. Acesso em: 12 ago. 2021.

MILLER, A. S. **Precarious Paths to Freedom: The United States, Venezuela, and the Latin American.** Albuquerque: University of New Mexico Press, 2016.

MOMMER, B. **La Cuestión Petrolera.** Caracas: Cendes, 1983.

MOORE JR., B. A guerra civil americana: a última revolução capitalista. In: MOORE JR., B. **As origens sociais da ditadura e da democracia.** Lisboa: Edições Cosmo, 1967.

MORENO, A. **Mirador de la Historia Política de Venezuela.** Caracas-Madrid: Ediciones Edime, 1968.

NORIEGA, Roger F.. Chávez's Secret Nuclear Program. **Foreign Policy.** Washington, p. 1-2. 5 out. 2010. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2010/10/05/chavez-secret-nuclear-program/>. Acesso em: 12 ago. 2021.

NUNES, G. C. **A Guerra Hispano-Americana em movimento: as narrativas imagéticas dos Estados Unidos durante a década de 1890.** XXIV Encontro Estadual da Associação Nacional de História. Guarulhos: [s.n.]. 2018. p. 1-12.

OLIVEIRA, Leivo Ortiz. **O imperialismo estadunidense na América Latina e no Caribe no final do século XIX: a questão de Cuba através do tratado de Paris e da Emenda Platt.** 2015. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

OLIVEIRA, Renata P. **Velhos fundamentos, novas estratégias?** Petróleo, Democracia e a Política Externa de Hugo Chávez (1999-2010). Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, p. 183. 2011.

ONEA, T. A. U.S. Foreign Policy in the Post-Cold War Era: Restraint versus Assertiveness from George H. W. Bush to Barack Obama. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2013.

PÁDUA, A. S. D. Mudança e Continuidade: Notas comparativas da Constituição Bolivariana da Venezuela. **Dialogus**, Ribeirão Preto, v. 1, p. 1-23, 2008.

PAINTER, D. Oil and the American Century. **The Journal of American History: Oil in America History**, v. 99, n. 1, p. 24-39, 2012.

PECEQUILO, C. S. **A política externa dos Estados Unidos**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2011.

PECEQUILO, C. S.; BATISTA, G. F. N. As Consequências da Doutrina Bush para as Políticas de Segurança na América Latina. *Revista de Iniciação Científica da FFC*, v. 9, n. 1, p. 64-80, 2009.

PEDROSO, C. S. **Entre o bolivarianismo e a adesão à hegemonia: a relação de Estados Unidos e Venezuela durante o chavismo**. São Paulo: [s.n.], 2018.

PEÑA, Jose; YUMIN, Tan. The role of Venezuelan space technology in promoting development in Latin America. In: 2017 8TH INTERNATIONAL CONFERENCE ON RECENT ADVANCES IN SPACE TECHNOLOGIES (RAST), 8., 2017, Istanbul. **2017 8th International Conference on Recent Advances in Space Technologies (RAST)**. [S.L.]: Ieee, 2017. p. 449-454. Disponível em: <https://ieeexplore.ieee.org/document/8002940>. Acesso em: 12 ago. 2017.

PENROSE, E. **The Large International Firm in Developing Countries. The International Petroleum Industry**. Londres: George Allen and Uwin, 1968.

PÉREZ JR., L. A. **Cuba Between Empires: 1878-1902**. Pittsburgh: University of Pittsburgh, 1983.

PÉREZ, C. T. La reactivación de la doctrina Monroe: las agendas para la América Andina y el Caribe en la transición republicano-demócrata. **Ciência Política**, Bogotá, v. 6, 2011. ISSN 11.

PERMANENT SECRETARIAT OF SELA. **Evolution of the Association of Caribbean States (ACS): Intra-Regional Relations**. Caracas: SELA, 2015a.

PERMANENT SECRETARIAT OF SELA. **The Bolivarian Alliance for the Peoples of Our America - Peoples' Trade Agreement (ALBA-TCP)**. Caracas: SELA, 2015b.

PETROLEUM, British (ed.). **Statistical Review of World Energy**. 69. ed. Londres: British Petroleum, 2020. 19 p.

PINTO JR., H. Q. (Org.) et al. *Economia da energia: fundamentos econômicos, evolução histórica e organização industrial*. Rio de Janeiro, Editora Campus, 2007.

PLAZA, S. D. L. **Petróleo y soberanía nacional**. Mérida: Universidad de los Andes, 1999.

POLANYI, K. **A subsistência do homem e ensaios correlatos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

RABE, S. G. **The Road to OPEC: United States Relations with Venezuela, 1919-1976**. Austin: University of Texas Press, 1982.

RAMOS, A. L. A.; MIRANDA, A. R. D. A. *Religião Civil, Destino Manifesto e política expansionista estadunidense*. **Ameríndia**, Fortaleza, v. 4, n. 2, 2007.

RANGEL, C. **The Latinamericans: their Love-Hate Relationship with the United States**. Nova Iorque: Transactions Publishers, 1982.

RATZEL, F.; FERNANDES, F. **Ratzel**. São Paulo: Editora Ática, 1990.

REY, J. C. *La Democracia Venezolana y la Crisis del Sistema Populista de Conciliación*. **Revista de Estudios Políticos**, v. 74, p. 533-578, 1991.

REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA (Estado). *Constituição (1999)*. Constituição nº 36860, de 30 de dezembro de 1999. **Constitución de La República Bolivariana de Venezuela 1999**. 2. ed. República Bolivariana de Venezuela: Asamblea Nacional, 14 out. 2011. p. 1-81. Disponível em: https://siteal.iiep.unesco.org/sites/default/files/sit_accion_files/siteal_venezuela_1006.pdf. Acesso em: 28 maio 2018.

RIBEIRO, V. N. D. S. **Petróleo e Processo Bolivariano: uma análise da disputa de petróleo na Venezuela entre 2001 e 2003**. Porto Alegre: [s.n.], 2019.

RODRÍGUEZ, P. P. **Martí e as duas Américas**. Tradução de Ana Corbisier. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006. 320 p.

ROWAN, Michael; SCHOEN, Douglas E.. *Terror At Hugo Chavez's Hand*. **Forbes**. Jersey City, p. 1-2. 21 jan. 2009. Disponível em: https://www.forbes.com/2009/01/21/venezuela-iran-terror-oped-cx_mr_des_0121rowanschoen.html?sh=167961c7652d. Acesso em: 12 ago. 2021.

ROZ, José S. *El Proconsul Rómulo Betancout. Memorias de la degeneración de un país*. Caracas: Monte Ávila, 2009.

RUBIO, M. **Oil and economy in Mexico, 1900-1930s**. Barcelona: Consorcio de Bibliotecas Universitarias de Cataluña, 2005.

RUIZ-CARO, A. **Cooperación y Integración Energética en America Latina y el Caribe**. CEPAL. Santiago do Chile, p. 2-84. 2006.

SALAS, M. T. CULTURA, PODER Y PETRÓLEO: Campos Petroleros y la Construcción de la Ciudadanía en Venezuela. **Espacio Abierto**, Claremont, v. 12, p. 324-348, Julho-Setembro 2003. ISSN 3.

SALAS, M. T. Staying the course: United States Oil Companies in Venezuela 1945-1948. **Latin American Perspectives**, v. 32, n. 2, p. 147-170, Março 2005.

SALAS, M. T. **Venezuela. What Everyone Needs to Know**. Nova Iorque: Oxford University Press, 2015.

SALAS-BOURGOIN, M. A. Sociedad, Estado y Renta Petrolera en Venezuela: una relación unidireccional. **Revista Geográfica Venezolana**, Caracas, 2016. 2-24.

SALAZAR, L. S.; LORENZO, T. G. **Las relaciones interamericanas: continuidades y cambios**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, 2008.

SALAZAR-CARRILLO, J. **Oil and Development in Venezuela during the twentieth Century**. Londres: Praeger, 1994.

SANTA CRUZ, J. L. F. **Política Energética e Política Exterior Norteamericana en el Sistema de Gobernanza**. [S.l.]: [s.n.], 2006.

SCHLESINGER JR., A. **Os Ciclos da História Americana**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.

SEABRA, R. L.; GIMENEZ, H. M. Contra o 'Vazio Teórico' da ALBA, uma Análise Propositiva a Partir da Lei do Valor. **Revistas de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, Brasília, v. 9, p. 26, 2015. ISSN 1.

SEDDON, M. Incorporating corporations: Anglo-US oil diplomacy and conflict over Venezuela , 1941-1943. **Journal of Transatlantic Studies**, Londres, Maio 2012. 134-149.

SENHORAS, E. M.; NETO, R. B. G. Petróleo como arma de poder: uma contextualização da petrodiplomacia venezuelana nas relações internacionais. **Meridiano 47**, Abril 2009. 24-26.

SEVERO, L. W. **Economía venezolana 1899-2008: la lucha por el petróleo y la emancipación**. Caracas: Fundación Editorial el Perro y la Rana, 2009.

SILVA, E. C. D.; HILLMAN, R. Venezuela: Petroleum, Democratization, and International Affairs. In: MORA, F. O. **Latin America and Caribbean Foreign Policy**. [S.l.]: Rowman and Littlefield Publishers, 2003. p. 145-164.

SIMIONI, A. O. S. A Burguesia e a Crise da Dívida Externa Venezuelana no Século XX. Trabalho de Conclusão de Curso. Foz do Iguaçu - 2018.

SMITH, P. H. **Talons of the eagle: Dynamics of U.S.-Latin American Relations**. 2. ed. Oxford New York: Oxford University Press, 1996.

SOSA, P. L. R.; PARDO, L. R. R. **El petróleo como instrumento de progreso: una nueva relación ciudadano-Estado-Petróleo**. 2. ed. Caracas: IESA, 2013.

SPYKMAN, N. J. **America's Strategy in World Politics: The United States and the Balance of Power**. Nova Iorque: Harcourt, Brace and Company, 1942.

STRAKA, T. **La Nación Petrolera: Venezuela 1914-2014**. Caracas: Universidad Metropolitana, 2016.

STRONEN, I. A. **Grassroots Politics and Oil Culture in Venezuela: The Revolutionary Petro-state**. [S.l.]: Palgrave Macmillan, 2017.

SUENSON, G. G. **Geopolítica do Petróleo: uma análise da geopolítica do petróleo como causa não contada da guerra**. Florianópolis: [s.n.], 2017.

TAYLOR, W. C.; LINDEMAN, J. **United States Business Performance Abroad - The Case Study of the Creole Petroleum Corporation in Venezuela**. Washington, D.C.: National Planning Association, 1955.

TAYLOR, W. C.; LNDEMAN, J. **The Creole Petroleum Corporation in Venezuela**. Washington D.C.: National Planning Association, 1955.

TENNASSEE, P. N. **Venezuela, Los Obreros Petroleros y la lucha por la democracia**. Caracas: Editorial Popular, 1979.

TORRES, A. P.; RICO URBINA, A. S. **Geografía Económica (la economía y su desarrollo)**. Barcelona: Editorial Ramón Sopena, 1974.

TORRES, G. **Memórias de Gumersindo Torres. Un funcionario incorruptible en la Dictadura del General Gómez**. Caracas: Ediciones de la Presidencia de la República, 1996.

TRUJILLO, M. R. **Geografía Económica de Venezuela**. Caracas: Librería Mundial, 1968.

TUCKER, R. W.; HENDRICKSON, D. C. **The imperial temptation - the new world order and America's purpose**. Nova Iorque: Council on Foreign Relations, 1992.

URBANEJA, D. B. **La política venezolana desde 1899 hasta 1958**. Caracas: Fundación Centro Gumilla, 2007.

UNITED STATES OF AMERICA.. **A National Security Strategy for a New Century**, 1998. Disponível em: <<http://nssarchive.us/>> Acesso em 10 Agosto 2021.

UNITED STATES OF AMERICA.. **A National Security Strategy for a New Century**, 2000. Disponível em: <<http://nssarchive.us/>> . Acesso em 10 Agosto 2021.

UNITED STATES OF AMERICA.. **A National Security Strategy for a Global Age**, 2001. Disponível em: <<http://nssarchive.us/>> . Acesso em 10 Agosto 2021.

UNITED STATES OF AMERICA. The National Security Strategy of the United States, 2002. Disponível em: <<http://nssarchive.us/>>. Acesso em 10 Agosto 2021.

UNITED STATES OF AMERICA. The National Security Strategy of the United States, 2006. Disponível em: <<http://nssarchive.us/>> . Acesso em 10 Agosto 2021.

UNITED STATES OF AMERICA. National Security Strategy, 2010. Disponível em: <<http://nssarchive.us/>> . Acesso em 10 Agosto 2021.

UNITED STATES OF AMERICA. Quadrennial Defense Review, 2001. Disponível em: <<https://history.defense.gov/Historical-Sources/Quadrennial-Defense-Review/>> . Acesso em 10 Agosto 2021.

VENEZUELA. Marco filosófico de la nueva integración del sur 2007. Disponível em: <http://www.minci.gob.ve/libros_folletos/6/p--13/tp--30/libros_folletos.html>. Acesso em 10 Agosto 2021.

VENEZUELA. Plan de desarrollo económico y social de la nación. 2001. Disponível em: <http://www.minci.gob.ve/libros_folletos/6/p--13/tp--30/libros_folletos.html>. Acesso em 10 Agosto 2021.

VENEZUELA. Programa Económico de Transición 1999. Disponível em: <http://www.minci.gob.ve/libros_folletos/6/p--13/tp--30/libros_folletos.html>. Acesso em 10 Agosto 2021.

VENEZUELA. Proyecto nacional Simón Bolívar y la Venezuela socialista 2007-2013. Disponível em: <<http://www.gobiernoenlinea.ve/noticias-view/shareFile/PPSN.pdf>> 2007.>. Acesso em 10 Agosto 2021.

VENEZUELA. Venezuela Construye su camino: 2001 Año de definiciones para grandes logros. 2001. Disponível em: <http://www.minci.gob.ve/libros_folletos/6/p--13/tp--30/libros_folletos.html>. Acesso em 10 Agosto 2021.

VILLASENIN, L. **El camino de la revolución bolivariana**: sus orígenes y desafíos. Caracas: Acercándonos Ediciones, 2017.

WALSER, R. What to Do about Hugo Chávez: Venezuela's Challenge to Security in the Americas. Washington D.C.: Executive Summary Heritage Foundation, 2243. 2009.

YERGIN, D. **The Prize**: The epic quest for oil, money and power. Nova Iorque: Simon and Schuster, 1991.

ZAVALA, D. M. **Venezuela**: economía, tiempo y nación. Valencia: Vadell Hermanos, 2007.

ANEXO 1 – A Grande Estratégia Americana e sua Atuação no Grande Caribe
 Fonte: GRIMMET, 2002 apud CECEÑA; BARRIOS; YEDRA; INCLÁN, 2010: 24-26

